



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Deise Lucia Antunes Lopes**

**Nós, o CRAS e a Comunidade:**

A experiência de um grupo de convivência de mulheres em um CRAS da Região  
Metropolitana de Florianópolis

Florianópolis

2019

**Deise Lucia Antunes Lopes**

**Nós, o CRAS e a Comunidade:**

A experiência de um grupo de convivência de mulheres em um CRAS da Região  
Metropolitana de Florianópolis

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, área de concentração Psicologia Social e Cultura, linha de pesquisa Estética, Processos de Criação e Política. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientadora: Profa. Kátia Maheirie, Dra.

Coorientadora: Profa. Ana Maria Justo, Dra.

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lopes, Deise Lucia Antunes

Eu, Nós, o CRAS e a Comunidade : A experiência de um grupo de convivência de mulheres em um CRAS da Região Metropolitana de Florianópolis / Deise Lucia Antunes Lopes ; orientador, Drª Kátia Maheirie, coorientador, Drª. Ana Maria Justo, 2019.  
115 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Política de assistência social. 3. CRAS. 4. Grupos. 5. Construção coletiva . I. Maheirie, Drª Kátia . II. Justo, Drª. Ana Maria . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

Deise Lucia Antunes Lopes

**Nós, o CRAS e a Comunidade:**

A experiência de um grupo de convivência de mulheres em um CRAS da Região Metropolitana de Florianópolis

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profª.Daniela Ribeiro Schneider, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª.Liliane Moser, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª.Sylvia Mara Pires de Freitas, Dra.  
Universidade Estadual de Maringá

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

---

Profª.Andrea Barbará da Silva Bousfield, Dra.  
Coordenadora do Programa

---

Profª.Kátia Maheirie, Dra.  
Orientadora

---

Profª.Ana Maria Justo, Dra.  
Coorientadora

Florianópolis, 2019.

## AGRADECIMENTOS

Às professoras Dra. Kátia Maheirie e a Dra. Ana Maria Justo, agradeço à confiança e pela construção coletiva deste trabalho.

Às professoras Daniela Ribeiro Schneider, Liliane Moser e a Sylvania Mara Pires de Freitas sou grata por terem aceitado o convite para compor a banca de defesa desta dissertação.

À equipe do CRAS, Ana Paula, Cris, Felipe, Juliana, Rodrigo pelo compartilhamento das ideias e ações, em especial a Ellen, por termos juntas identificado a vulnerabilidade das mulheres do território e acreditado que era possível a constituição de um grupo para elas.

À Secretaria Municipal de Assistência Social do município pela concordância na realização da pesquisa.

Às mulheres do grupo, agradeço por terem aceitado participar desta pesquisa.

Aos colegas, professores e equipe de trabalhadores da secretaria da Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, meu agradecimento pelos espaços de discussão, pelas trocas, contribuições e acolhida.

A Patrícia, agradeço o apoio no “suporte técnico” para a revisão e conclusão deste trabalho.

Ao Marcelo sou grata por ser o companheiro de todas as horas.

A Lara por ser a leveza que se precisa nesta caminhada.

A toda a família que, mesmo não entendendo os porquês, estavam atentos e ansiosos para a conclusão deste trabalho.

## RESUMO

A Política Nacional de Assistência Social criada no ano de 2004 é um dos importantes marcos legais para a implantação de um sistema de proteção social para os cidadãos brasileiros. Por meio do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, uma série de serviços tipificados permitiram o atendimento em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica – PSB e Proteção Social Especial – PSE. Dentre os serviços previstos na proteção social básica, o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, caracteriza-se como “porta de entrada” promovendo o acesso da população à política de assistência social. Esta dissertação, portanto, tem por objetivo apresentar a experiência de uma pesquisa-intervenção realizada em um CRAS da região metropolitana de Florianópolis. Tal pesquisa foi realizada com um grupo de mulheres que, desde 2017 foi se consolidando como um grupo organizado, o qual busca a manutenção de suas atividades por meio da ação conjunta de todas as participantes. O artesanato, mediador dos encontros desde o início, promoveu o encontro destas mulheres com outras mulheres do território e com o CRAS. Assim, este estudo se desdobrou em compreender como se constituiu este grupo e como foi possível a sua manutenção até os dias atuais. Considerando a escassez de recursos enviados pela prefeitura, a manutenção dos insumos para as atividades advém da venda da sua produção coletiva. Ressalto que, em sua constituição, esta atividade visa promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários previstos pela política e, para além das atividades de artesanato, busca a articulação e a negociação de temas de interesse da equipe PAIF e das mulheres, visto que as rodas de conversa são uma prática utilizada com este grupo. Quanto à matriz teórica utilizada na pesquisa-intervenção e no desenvolvimento desta escrita, a teoria de grupos de Jean Paul Sartre fundamentou o caminho percorrido. Os resultados desta intervenção resultaram em dois artigos: (1) *A inteligibilidade de um grupo em movimento, apresentando os resultados de uma roda de conversa*, no qual foi utilizado o método da entrevista coletiva e, (2) *Encontro de mulheres em um CRAS: uma experiência na construção grupal*, no qual foi utilizado o diário de campo como instrumento para as discussões propostas. Por fim, compreende-se que a atividade grupal existente se constituiu como um importante espaço de encontro entre as mulheres do território, bem como foi capaz de gerar inúmeras possibilidades, visto o seu caráter dialético na direção da construção grupal.

**Palavras-chave:** Política de assistência social 1. CRAS 2. Grupos 3. Construção coletiva 4.

## ABSTRACT

**Abstract:** The National Social Assistance Policy created in 2004 is one of the important legal frameworks for the implementation of a social protection system for Brazilian citizens. Through the Unified System of Social Assistance - SUAS, a series of typified services allowed the attendance in two levels of protection: Basic Social Protection - PSB and Special Social Protection - PSE. Among the services provided for in basic social protection, the Reference Center for Social Assistance - CRAS, is characterized as a “gateway” promoting the population's access to social assistance policy. This dissertation, therefore, has as to present the experience of an intervention research conducted in a CRAS of the metropolitan region of Florianópolis. This research was conducted with a group of women that since 2017 has been consolidating itself as an organized group, that seeks the maintenance of their activities through the joint action of all participants. The handicraft, mediator of the meetings from the beginning, promoted the meeting of these women with other women of the territory and with CRAS. So, this study unfolded in understanding how this group was constituted and how it was possible to maintain it until the present day. Considering the scarcity of resources sent by the city hall, the maintenance of the inputs for the activities comes from the sale of its collective production. I point out that, in its constitution, this activity aims to promote the family bond and community ties provided for in the policy and, beyond the handicraft activities, seeks to articulate and negotiate topics of interest to the PAIF and the women's, as Talk wheels are a practice used with this group. As for the theoretical matrix used in intervention research and in the development of this writing, Jean Paul Sartre's group theory supported the path taken. The results of this intervention resulted in two articles: (1) The intelligibility of a moving group, presenting the results of a conversation wheel, in which the collective interview method was used, and (2) Meeting women in a CRAS: an experience in group construction, in which the field diary was used as an instrument for the proposed discussions. Finally, it is understood that the existing group activity was constituted as an important meeting place for women of the territory, as well as being able to generate countless possibilities, considering its dialectical character in the direction of group construction.

**Keywords:** Social assistance policy 1. CRAS 2. Groups 3. Collective building 4.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Nuvem de palavras referente ao corpus entrevista.....	54
<b>Figura 2.</b> Análise de similitude referente ao corpus entrevista. ....	55
<b>Figura 3.</b> Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente relativa ao corpus Diário de Campo.....	84
<b>Figura 4.</b> Plano fatorial das classes da CHD do corpus Diário de campo .....	91



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BPC - Benefício de Prestação Continuada

BF - Bolsa Família

CCVF - Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

CEPSH - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CHD - Classificação Hierárquica Descendente

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IRAMUTEQ - Interface de R para Análise de Material Textual e Questionários

LACCOS - Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição

NUPRA - Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família

PSB - Proteção Social Básica

PSE - Proteção Social Especial

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PPGP - Programa de Pós-Graduação em Psicologia

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUS - Sistema Único de Saúde

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>PERCURSOS TRILHADOS: O MÉTODO DA PESQUISA.....</b>	<b>22</b>
<b>3</b>	<b>O HORIZONTE TEÓRICO.....</b>	<b>30</b>
<b>4</b>	<b>ARTIGO 1 – A INTELIGIBILIDADE DE UM GRUPO EM MOVIMENTO .....</b>	<b>38</b>
<b>5</b>	<b>ARTIGO 2 – ENCONTRO DE MULHERES EM UM CRAS: UMA EXPERIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO GRUPAL .....</b>	<b>70</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>100</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>
	<b>APÊNDICE A – Roteiro para entrevista coletiva.....</b>	<b>111</b>
	<b>ANEXO A – Termo de consentimento livre e esclarecido .....</b>	<b>112</b>
	<b>ANEXO B – Autorização institucional .....</b>	<b>114</b>
	<b>ANEXO C – Termo de autorização de uso de imagem .....</b>	<b>115</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A escolha por retornar à academia e realizar uma pesquisa não é algo tão simples e objetivo quanto parece ser. Ter motivações para pesquisar, pressupõem que há inquietações e lacunas que precisam ser sanadas, esclarecidas e, sobretudo, no meu caso, acalmar as angústias decorrentes do exercício profissional.

No ambiente acadêmico, este processo de pesquisar não é algo tão certo e fechado como imaginei que fosse, o percurso entre aulas, cursos e eventos, por vezes tumultuam, bagunçam, no bom sentido, sobre os caminhos e recortes necessários a seguir. Porém, compreendo que este caminho foi extremamente rico e desafiador, pois articular o campo e a academia numa dupla jornada como pesquisadora e trabalhadora da Política de Assistência Social não foi tarefa fácil, considerando também, os desafios que cotidianamente nós trabalhadores de políticas públicas vivemos em nosso país.

No entanto, é importante contextualizar que minha trajetória em políticas públicas iniciou há algumas décadas, mais precisamente em 1996 em um município da região metropolitana de Florianópolis<sup>1</sup>. Nestes vinte e três anos como mulher e trabalhadora das políticas públicas de Saúde e Assistência Social, em quatro momentos desta jornada, constatei a necessidade de articular o campo à universidade. Digo isto, pois já em 2002, ainda na graduação, pesquisei sobre a inserção da Psicologia no Programa de Saúde da Família (PSF)<sup>2</sup>; em 2010 pesquisei sobre o atendimento à famílias em serviços substitutivos de Saúde Mental, neste momento fazia Especialização Multiprofissional em Saúde da Família; em 2013 na Especialização em Gestão em Saúde Pública, me debrucei sobre a saúde do trabalhador do SUS (Sistema Único de Saúde). Em 2017, já como psicóloga no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)<sup>3</sup>, percebo a necessidade de aprimorar e compreender a execução das atividades coletivas e grupais neste serviço.

É importante destacar também que, atuando “na ponta”<sup>4</sup>, no serviço de Atenção Básica em saúde como profissional de nível médio, experimentei o gosto pela atuação em

---

<sup>1</sup> Compõe os municípios da região metropolita de Florianópolis: São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos, Águas Mornas, São Pedro de Alcântara.

<sup>2</sup> PSF refere-se ao antigo Programa de Saúde da Família tendo o termo sido alterado para Estratégia de Saúde da Família, que pressupõe a organização da Atenção Básica do país de acordo com os preceitos do SUS. Fonte: portaria GM/MS 2.488 de 21/10/2011.

<sup>3</sup> O CRAS é um equipamento que executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio-assistenciais locais da política de assistência social. Fonte: PNAS/2004.

<sup>4</sup> Expressão utilizada pelos profissionais que atuam diretamente no atendimento à usuários em políticas públicas.

comunidades. Assim, depois de formada em Psicologia, foi apenas no ano de 2013 que comecei a atuar como psicóloga concursada em um CRAS, pois era imperativo para mim retornar à comunidade e viver novamente os desafios, os encantos e as inúmeras possibilidades que o território oferece. De acordo com Pereira (2002) o conceito de comunidade tem sido empregado em amplos sentidos, em diferentes concepções a partir de instituições e até no meio popular, porém, a que escolhi trazer para esse trabalho, pode ser definida em linhas gerais como:

Comunidade é um agrupamento de pessoas que vivem em uma determinada área geográfica ou território (rural ou urbano) cujos membros têm alguma atividade, interesse, objetivo ou função em comum, com ou sem consciência de pertencimento, e de forma plural, com múltiplas concepções ideológicas, culturais, religiosas, étnicas e econômicas (PEREIRA, 2002, p. 145).

O CRAS, local que atuo e, onde foi realizada a pesquisa, iniciou as suas atividades à população no ano de 2010 para apenas um bairro, que na ocasião correspondia a seis comunidades. De acordo com o IBGE de 2010, a área de abrangência da época correspondia a um total de 11.108 residentes. Naquela ocasião, o serviço funcionava em uma casa alugada pela prefeitura municipal. No ano de 2012, devido às inadequações do imóvel, mudou-se para um outro estabelecimento também alugado, porém com uma melhor estrutura para o atendimento à população. Até o presente momento, o CRAS continua neste mesmo prédio e após processo de territorialização realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, no ano de 2016, foi incorporado mais um bairro, totalizando a partir de então o atendimento à doze comunidades, compreendendo uma população de 22.046 habitantes, segundo estimativa do IBGE de 2015.<sup>5</sup>

Nos meus primeiros anos no CRAS, motivada pelas diversas complexidades existentes neste campo de atuação profissional, reconheci a necessidade de retornar à universidade. Como acrescenta Freitas (2018),

Ademais, não há neutralidade em nossas escolhas. O foco de pesquisa sempre está relacionado com nosso projeto; além dos resultados dessa poderem ajudar a outras pessoas quando socializados, acredito que primeiramente queremos respostas que amenizem nossas angústias (FREITAS, 2018 p. 27).

---

<sup>5</sup> Fonte: SMS Estimativa populacional IBGE – ano de referência 2015. Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/unidades\\_saude/populacao/uls\\_2015\\_index.php](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/unidades_saude/populacao/uls_2015_index.php) . Acesso em: 12 out. 2019.

Em acordo com a autora, desde 2017, momento em que ingressei no mestrado, venho buscando elucidar uma das minhas angústias, como ofertar de atividades coletivas e grupais no serviço. É certo que não vou aqui esclarecer das minhas outras inquietações como trabalhadora na Política de Assistência, pois foram necessários recortes para chegarmos a apenas um problema de pesquisa. Digo isto, pois por se tratar de uma política jovem, existem inúmeras outras questões que merecem ser melhor estudadas e aprimoradas.

Desde a minha chegada ao CRAS, em 2013, fui experimentando e me permitindo conhecer sobre os fazeres de uma trabalhadora neste serviço. Pois, após passar por dezesseis anos no SUS, sentia a necessidade de conhecer melhor o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Dessa forma, estava colocado de início um grande desafio, trabalhar em uma nova política. Ao longo do tempo percebi que esta não era nova apenas para mim, por se tratar de uma política “jovem”, implantada em 2005, era algo novo para muitos profissionais das mais diferentes áreas e atuações que podem e poderiam compor o SUAS.

No primeiro ano de atuação, fui compreendendo a atuação neste lugar, e sobretudo sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sendo que, sua principal função é caráter articulador e prestador na oferta de serviços que podem compor o equipamento CRAS. Conforme definido em documentos pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

As ações do PAIF devem ser planejadas e avaliadas com a participação das famílias usuárias, das organizações e movimentos populares do território, visando o aperfeiçoamento do Serviço, a partir de sua melhor adequação às necessidades locais, bem como o fortalecimento do protagonismo destas famílias, dos espaços de participação democrática e de instâncias de controle social (BRASIL, 2012b, p. 14).

Para a execução das atividades do PAIF, considerando os elementos elencados acima, são preconizadas ações para o atendimento à população, sendo elas: a acolhida; as oficinas com famílias; as ações comunitárias; as ações particularizadas; e os encaminhamentos. Tais ações podem ocorrer de maneira individual ou coletiva.

Entendendo as orientações e os recortes que compõem o PAIF, segui com o trabalho nesta perspectiva. Porém, nesse percurso constatei uma dificuldade na execução das oficinas com famílias. Apesar de todo o respaldo teórico e metodológico que aprendemos na graduação em Psicologia, esses recursos, bem com os prescritos pelos cadernos de orientações técnicas do PAIF, não foram suficientes para que nos primeiros anos conseguíssemos ter êxito em atividades coletivas, apesar de algumas tentativas, pois a adesão dos usuários nesses espaços

sempre era baixa. É importante destacar que, naquela ocasião, sempre trabalhava em conjunto com a Assistente Social, de modo que dividíamos essas angústias juntas.

Em nossas reuniões de equipe no CRAS, em reuniões técnicas e capacitações promovidas pela Secretaria de Assistência Social, o tema “grupos” era sempre recorrente. A não adesão dos usuários às propostas das equipes de PAIF eram queixas comuns. Compreendi que minha inquietação não era diferente da inquietação dos meus colegas, e nesses últimos anos venho pensando quais seriam as melhores estratégias para mobilizar os usuários a participarem de espaços de coletivização, sendo eles no CRAS ou no território. As orientações técnicas<sup>6</sup> apontam para a importância das oficinas com famílias, como uma potência para a discussão e a problematização da vida cotidiana dos usuários que utilizam o SUAS. No entanto, há uma dificuldade real e objetiva vivenciada cotidianamente pelos trabalhadores dos CRAS quanto à consolidação desses espaços.

Após algumas tentativas frustradas em promover atividades coletivas, no ano de 2014 decidimos por construir uma proposta de intervenção que possibilitasse ofertar uma atividade coletiva para mulheres no serviço. Tal motivação se deu pelo fato de que eu e minha colega de trabalho, Assistente Social, em nossas atividades diárias enquanto PAIF, observávamos nas visitas domiciliares e nos atendimentos no CRAS uma certa quantidade de mulheres que viviam em isolamento social e comunitário<sup>7</sup>. Nas conversas, nas visitas e nas observações, constatávamos que as mulheres de um bairro específico tinham sempre em suas casas ou no seu fazer, o gosto pelo artesanato. Com isto, nos propusemos a pensar em uma atividade para essas mulheres, tendo em vista a possibilidade de trabalharmos os vínculos entre elas e a comunidade. Neste sentido, a proposta então foi oferecer, no formato de oficinas, atividades que incluíssem o artesanato, ou seja, algo que já era conhecido e comum entre elas, seria, portanto, o mediador desses encontros.

Embora o projeto e todo o planejamento para as oficinas estivessem prontos desde 2014, foi apenas no ano de 2016 que foram recebidos materiais para as oficinas, bem como uma oficina formada em artes plásticas para conduzir as atividades. Deste modo, realizamos cinco encontros no formato de oficinas no ano de 2016, e esta experiência nos permitiu estabelecer o vínculo com as usuárias e a continuidade destas atividades para o ano seguinte.

---

<sup>6</sup>BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**, Vol. 2. 1ª Ed. Brasília, 2012.

<sup>7</sup>A segurança de convívio familiar e comunitário, a ser alicerçada pelo PAIF, refere-se ao direito de indivíduos e famílias a atendimento e/ou acompanhamento que os apoiem na superação de situações de vulnerabilidade e isolamento social, ou enfraquecimento dos seus vínculos. Este público é considerado prioritário nos atendimentos do PAIF (BRASIL, 2012).

Com os primeiros passos dados em 2016, seguimos com esta atividade no CRAS até hoje e, portanto, chego aqui ao problema que motivou a pesquisa. Como foi se constituindo um grupo efetivo a partir de encontros de mulheres no CRAS? Pois, há que se considerar que não havia condições para continuar, não haveria oficinairos e nem materiais disponíveis pela prefeitura para a atividade. No entanto, ao ouvir e acolher o desejo das usuárias nos propomos, enquanto equipe PAIF, dar continuidade, pois era unânime o quanto esta atividade poderia ser potente tanto para o serviço quanto para as usuárias. Deste modo, seguimos oferecendo as oficinas em 2017, quando as próprias participantes conduziam as oficinas de artesanato e trabalhávamos com sobras de materiais do ano anterior. No primeiro semestre de 2017 foi possível constatar que de fato havia um grupo se constituindo ali, ou seja, ultrapassamos a mera condição de oficinas pontuais para um novo momento que necessitaria de outros olhares e fazeres. Para nós, profissionais do PAIF, foi gratificante ver que tivemos êxito e alcançamos os objetivos traçados lá em 2014.

Neste contexto, compreendo que seja necessário fazer uma diferenciação no que se refere ao conceito de oficinas com famílias e o conceito de grupo que aprofundarei ao longo desta escrita. Com relação às oficinas com famílias, esta atividade vem a corresponder com as especificidades da proposta do Trabalho Social com Famílias no âmbito do PAIF. O conceito de Trabalho Social com Famílias, de acordo o caderno de orientações técnicas do PAIF, “Seria: conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um grupo social, unido por vínculos consanguíneos, de afinidade e/ou solidariedade.” (BRASIL, 2012b p.10). Para tanto, os procedimentos adotados pelas equipes, que atuam neste serviço, devem privilegiar: a acolhida; as oficinas com famílias; as ações comunitárias; as ações particularizadas e os encaminhamentos.

Seguindo a referência citada acima, as oficinas com famílias podem compor questões que diz respeito à esfera familiar, bem como à esfera comunitária e, por sua vez, podem ter as seguintes dimensões: ênfase na reflexão; a ênfase na ação e a ênfase na convivência. Destaco esta última, tendo em vista que é nesta perspectiva que conduzimos o grupo de mulheres no CRAS, e, portanto, orientados pelos seguintes pressupostos,

Seu foco está no desenvolvimento: a) de sentimento de pertença e identidade; b) da capacidade de produzir consensos e de negociar conflitos de modo não violento; c) da habilidade de comunicação e interação; d) da proteção mútua entre os membros das famílias; e) de redes de apoio social; f) da capacidade de vocalizar suas necessidades

e desejos; g) da participação social e h) do fortalecimento dos grupos no território que possuem objetivos em comum. É por meio da promoção de troca de experiências e vivências entre os participantes das oficinas, que se consegue trabalhar a dimensão da convivência nas Oficinas com Famílias (BRASIL, 2012b p.34).

Quanto ao conceito de grupos que trago como referencial para este estudo, tem por base a teoria de grupos proposta por Jean Paul Sartre. A escolha por tal autor se deu no caminhar da própria graduação em Psicologia e por, também durante minha trajetória profissional, ter me aprofundado nos estudos sobre sua produção teórica. Tendo certo a relevância das obras produzidas por Sartre, reconheço a importância das primeiras que dialogam com a fenomenologia. Porém, para este estudo farei a opção por duas obras fundamentais para a discussão a que me proponho, são elas: *Questão de Método* e *Crítica da Razão Dialética*. É importante salientar que outras obras do autor foram consultadas e serão apresentadas de acordo com sua relevância, assim como seus interlocutores e outros autores que produziram conhecimento sobre o tema pesquisado.

Para Sartre, “O grupo define-se por seu empreendimento e pelo movimento constante de integração que visa fazer disso uma *práxis* pura, tentando suprimir nele todas as formas de inércia.” (SARTRE, 2002. p. 361). A perspectiva defendida pelo autor, remete-se à perspectiva epistemológica do Materialismo Histórico e da Dialética, considerando a aproximação de Sartre com o Marxismo. Para Maheirie e França (2007), Sartre encontra no marxismo um sistema filosófico de grande importância e insuperável do ponto de vista antropológico. Porém, critica as posições mecanicista que se apropriam da obra de Marx que perdem a noção de humano dos processos históricos e dialéticos. De acordo com as autoras, Sartre recusa-se a abrir mão da historicidade radical proposta pelo marxismo e “aferra-se a perspectiva dialética, concebendo a totalidade como engendrada justamente pelas contradições que encerra – que pelo seu movimento incessante, talvez seja mais adequado denominá-la ‘totalidade destotalizada’.” (Sartre apud MAHEIRIE e FRANÇA, 2007, p. 26). Com estas considerações, proponho-me a dialogar com esta perspectiva defendida pelo autor, no sentido de discorrer sobre a inteligibilidade de um grupo em movimento.

Lapassade (2016) acrescenta que o conceito de dialética de grupos em Sartre tem sua origem na fenomenologia de Hegel. Entretanto, aponta que o termo utilizado por Sartre se define por uma lógica inacabada, uma ação sempre a recomençar, uma totalização sempre em processo, que jamais é uma totalização realizada. Nas palavras do próprio Sartre “a dialética deve ser procurada na relação dos homens com a natureza, com as ‘condições de partida’ e nas relações dos homens entre si.” (SARTRE, 1987, p. 155). Corroborando com o autor, Maheirie



Pretto (2007) apontam que por meio da compreensão dialética, o conhecimento surge a partir das experiências do humano em sua cotidianidade, com as relações do seu tempo (presente, passado e futuro), com as coisas, com os sujeitos e com a cultura do seu tempo. Portanto, a dialética é o movimento dos sujeitos no mundo, nas relações entre si, entre os outros e as coisas. É um sujeito mediado pelo passado e pelo presente, sendo colocado em direção a um futuro, em direção a um possível, ao que ainda não aconteceu, mas que poderá vir a acontecer. Sartre coloca isto da seguinte maneira,

É superando o dado em direção ao campo dos possíveis e realizando uma possibilidade entre todas que o indivíduo se objetiva e contribui para fazer a História: seu projeto toma, então, uma realidade que o agente talvez ignore e que, pelos conflitos que ela manifesta e que engendra, influencia o curso dos acontecimentos (SARTRE, 1987, p. 153).

Cabe aqui colocar o conceito de práxis para Sartre, pois partindo da perspectiva marxista, o autor utiliza a dialética para fundamentar a relação da objetividade com a subjetividade.

A práxis com efeito, é uma passagem do objetivo para o objetivo, através da interiorização; o projeto, como superação subjetiva da objetividade no sentido da objetividade, estendido entre as condições objetivas do meio e as estruturas objetivas do campo dos possíveis, representa em si mesmo a unidade movente da subjetividade e da objetividade, em determinações cardeais da ação. O subjetivo aparece então como um momento necessário do processo objetivo. Para se tornarem condições reais da práxis, as condições materiais que governam as relações humanas devem ser vividas na particularidade das situações particulares (SARTRE, 1987, p. 154).

Nessa perspectiva, Sartre (1987) apresenta o conceito de objetivação como condição do sujeito reter o objetivo e o supera indo em direção a uma nova objetividade. Assim, de forma singular, a subjetividade é constituída por meio da objetividade, em constante movimento, em direção ao que pode vir a ser.

Por fim, conhecer as peculiaridades e as especificidades de um grupo a partir deste referencial teórico, possibilita-me refletir, problematizar e apontar caminhos sobre a oferta de atividades coletivas e grupais para usuários que frequentam os serviços da Política de Assistência Social. Assim, seguindo as definições apresentadas pelas orientações técnicas quando diz que “O atendimento pelo Serviço deve ser de total interesse e concordância das famílias, precedido da análise da equipe técnica” (BRASIL, 2012a, p. 30). Compartilho com esta posição e defendo a liberdade de usuários e famílias no cotidiano da minha prática, pois

entendo que há a necessidade de ruptura com aspectos cristalizados da profissão. Por isso considero fundamentais as seguintes observações,

Um dos primeiros desafios na atuação do profissional de Psicologia é superar o paradigma da Psicologia – pautado no modelo indivíduo, clínico, de desenvolvimento natural – “etnocêntrica, que se pretende universal, missionária e civilizadora, e que nega qualquer singularidade ou outras formas de atribuir significados, e que vê o sujeito com uma visão patologizante. (ROPA & DUARTE apud ALBERTO, FREIRE, LEITE, GOUVEIA, 2014, p. 163).

Cabe destacar ainda que as contradições existentes na Política de Assistência Social, como: a precarização das políticas públicas; as determinantes sociais, econômicas e culturais dificultam a atuação profissional. Entretanto, para Alberto, Freire, Leite, Gouveia (2014), a Psicologia no SUAS ganha um outro posicionamento na sua atuação, não mais voltado para a tradicional prática clínica elitizada. Sendo que, “Sob essa ótica, o psicólogo, ao entrar nas políticas públicas, efetiva a luta pela “deselitização” da profissão, colocando-a ao alcance de toda a população. Esse novo modo de pensar da Psicologia refere-se a uma prática voltada para a garantia e o restabelecimento de direitos.” (ALBERTO, FREIRE, LEITE, GOUVEIA, 2014, p. 155).

Desta maneira, é fundamental criticarmos constantemente nossas posições e práticas na Política de Assistência, uma vez que, embora mais de uma década tenha se passado após a implantação do SUAS, tais práticas podem exercer formas de controle e despolitização dos usuários do sistema, indo na contramão do que está previsto e preconizado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Nesta perspectiva, compartilho com a concepção de que “A metodologia em trabalho comunitário faz uma ruptura com esse lugar privilegiado de alguém que detém um certo saber, prestígio e poder, e opta por uma ação mais dialógica.” (PEREIRA, 2002, p. 151).

É importante mencionar que ao longo desses anos atuando no CRAS, sempre busquei referências teóricas e metodológicas sobre grupos e coletivos que pudessem valer de subsídio para a prática. No entanto, foi para o processo de revisão de literatura para a pesquisa que encontrei um maior número de artigos publicados em bases de dados bibliográficos eletrônicos nacionais.

Deste modo, as bases de dados eletrônicas utilizadas para a pesquisa foram: *BVS PSI – Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia e Portal de Periódicos da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*. Para a busca, utilizei os descritores “CRAS”, “Grupos”, “coletivos”, “assistência social” e “Psicologia”, sempre utilizando o recurso da busca

avançada e “todos os índices”. Uma consulta preliminar foi realizada em abril de 2017. No entanto, a fim de atualizar tal consulta, em maio de 2019 foram localizados novos artigos. Para esta última, ao qual apresento os resultados abaixo, os achados considerados válidos variaram entre os anos de 2004 e maio de 2019, objetivando com isto encontrar publicações sobre o CRAS desde o surgimento da PNAS até os dias atuais.

No Portal de Periódicos da Capes, utilizando os descritores “CRAS” e “grupos” foram localizados 57 artigos. Aos quais, muitos eram do âmbito da saúde pública e optou-se pela exposição dos que apenas faziam referência ao CRAS.

Para tanto, os resultados apontados referiam que 7 artigos estavam relacionados a estudos com usuários em CRAS. Em 2 estudos os autores buscavam a avaliação dos usuários quanto ao serviço (SICARI; OLIVEIRA; PEREIRA, 2015) e (ANDRADE; MORAIS, 2017); dois estudos com usuários utilizando a atividade grupal para a discussão e problematização da vida (MAIA, 2017) e (SANTOS; HECKERT, 2017) e 3 estudos voltados à questão do feminismo com usuárias do programa Bolsa Família, (DETONI; MACHADO; NARDI, 2018), (CARLOTO, MARIANO, 2010) e (AZEVEDO, 2018).

Ao utilizar os descritores “CRAS” e “coletivos” foram localizados 11 artigos, entretanto, estes se repetiram nos achados realizados acima. Para os descritores “Psicologia” e “CRAS”, 73 artigos foram localizados. Novamente havia estudos no âmbito da saúde pública e optou-se por abordar aqui aqueles que se referiam ao CRAS. Assim, 23 se referiam à atuação do profissional da Psicologia e da equipe, 14 se repetiam entre os localizados anteriormente e 8 referiam a estudos realizados com usuários nos CRAS. Para este último, foram identificados 2 estudos com usuários e trabalhadores (ANDRADE; ROMAGNOLI, 2010) e (AUGUSTO *et al.*, 2016) e 6 estudos voltadas eminentemente aos usuários dos CRAS utilizando recursos como oficinas, grupos operativos e entrevistas (SOBRAL; LIMA, 2013), (RESENDE, MELO, 2014), (VIEIRA; DIAS; PEREIRA, 2016), (SANTOS *et al.*, 2013), (PINTO *et al.*, 2015) e (LEANDRO *et al.*, 2018).

Na BVS PSI, Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia, foram utilizados os descritores “CRAS” e “coletivos”, mas não foram apresentados resultados. No entanto, na busca por “CRAS” e “grupos” foram localizados 3 artigos, sendo que apenas um deles (SARAIVA, 2018) realizou grupos focais com mães do programa Bolsa Família. Na busca por “psicologia” e “assistência Social” foram localizados 17 artigos. Sendo que, 4 eram repetidos e apareceram também em outras buscas, 3 se referiam à atuação profissional (RIBEIRO *et al.*, 2014), (CORDEIRO; CURADO, 2017) e (MOTTA; SCARPARO, 2013); uma pesquisa com usuários

(COSTA *et al.*, 2014) e uma com trabalhadores (SCOPINHO; ROSSI, 2017). Os estudos teóricos correlacionando os temas da política de assistência social foram em número de 7 publicações (RAMMINGER, 2001), (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010), (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012, 2013), (BENELLI, 2014, 2016), (MACERATA; PASSOS, 2015).

É importante ressaltar que foram selecionados apenas estudos voltados às profissões previstas para a atuação nos CRAS e estudos voltados a este serviço. Buscou-se deste modo, evidenciar as produções que estivessem relacionadas às discussões teóricas, práticas, e às que trouxessem, sobretudo, a participação de usuários do serviço.

Nesta etapa do processo de pesquisa, compreendi que houve um aumento de estudos no âmbito de CRAS comparados aos anos iniciais de minha trajetória na assistência. Tal constatação me possibilita inferir que é positiva uma discussão mais ampla de elementos teórico-metodológicos que sirvam de referência para outros profissionais que atuam no CRAS. Entendo que, para além do meu desejo em ouvir os usuários do serviço, as considerações deste estudo poderão contribuir ao somar-se a estes outros e permitirem reflexões importantes neste contexto de atuação profissional.

Neste estudo, os objetivos perseguidos durante a pesquisa foram: como objetivo geral, buscou-se conhecer a experiência de um grupo de convivência de mulheres no CRAS. Quanto aos objetivos específicos: buscou-se compreender os sentidos que as mulheres atribuem à sua participação no grupo; analisar o recurso do artesanato na composição da oficina e seu lugar na construção do grupo; e de que maneira as ações em grupo podem se fazer mediadoras na perspectiva do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Importante frisar que tal estudo está vinculado ao projeto de pesquisa Aspectos Psicossociais das Ações Coletivas e sua Objetivação nas Cenas Políticas, coordenado pela professora Dra. Kátia Maheirie. Esta proposta visa investigar empiricamente, no campo da Psicologia Social, ações e formações coletivas e seu impacto no campo político, que por sua vez também está vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e Política (NUPRA) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Com isto, nesta dissertação apresento a metodologia utilizada, o referencial teórico norteador e dois artigos que apresentam a articulação entre o campo e as referências teóricas trabalhadas ao longo desta escrita.

Com relação aos artigos, no primeiro utilizou-se como material de análise a entrevista coletiva realizada com o grupo de mulheres do CRAS. O produto desta entrevista fez parte de uma pesquisa-intervenção realizada entre o período de junho de 2017 a dezembro de 2018. Por

meio do auxílio do *software* IRAMUTEQ foi realizada a análise lexical e partindo disto as discussões que se seguiram buscaram fazer uma reflexão sobre os resultados apontados pelo sistema. Arelado aos resultados, buscou-se, ainda, dar o devido destaque às falas das participantes do grupo, pois era imprescindível ouvir o que essas mulheres traziam da sua participação, da convivência com este grupo e, também, da sua relação com o serviço. Por fim, a dialética dos grupos, na perspectiva proposta por Sartre, tornou possível compreender a importância da relação com o outro e a concepção de um “nós” enquanto produto de uma atividade grupal.

No segundo artigo, debruçou-se sobre o diário de campo produzido ao longo da pesquisa-intervenção. Do mesmo modo como no primeiro artigo, utilizou-se o *software* IRAMUTEQ para o tratamento da análise dos dados. A análise lexical mais uma vez possibilitou a leitura dos resultados ao permitir a categorização do texto em classes. As classes foram detalhadas e analisadas, sendo que se optou por dar destaque a duas classes que mais se relacionavam com os objetivos da pesquisa. Por fim, as discussões foram permeadas pela teoria de grupos de Sartre e possibilitaram a compreensão de um grupo em movimento sendo executado em um CRAS.

## 2 PERCURSOS TRILHADOS: O MÉTODO DA PESQUISA

O propósito desta pesquisa exploratória e qualitativa foi o de utilizar uma metodologia participativa, mais especificamente uma pesquisa-intervenção. A perspectiva da pesquisa intervenção me pareceu a melhor alternativa, pois pelas características do grupo a ser pesquisado e pelo fato de ser uma trabalhadora inserida no serviço e responsável pela condução deste grupo, estar imersa no objeto a ser pesquisado possibilitaria um diálogo mais profundo com o campo. Minayo (2015) acrescenta que o *trabalho de campo* permite a aproximação do pesquisador com a realidade sobre o qual formulou uma pergunta de pesquisa, como também uma maior aproximação e interação com os sujeitos que participam da pesquisa, construindo, assim, um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. A autora defende ainda que, “Pela sua importância, o trabalho de campo deve ser realizado a partir de referenciais teóricos e, também, aspectos operacionais. Isto é, não se pode pensar num trabalho de campo neutro.” (MINAYO, 2015, p 63).

Sobre a neutralidade do pesquisador em ciências humanas, tal questão vem sendo debatida e questionada quanto a sua possibilidade, haja vista a multiplicidade de autores que fazem frente a este debate. Posiciono-me nesta questão, corroborando com as ideias de Spink (2008), quando afirma que, o pesquisador não é um mero participante da pesquisa ou muito menos um observador distante, mas defende que este é parte deste processo. Propõe também que é possível conhecer, chegar mais perto, realizar trocas, conhecer pontos de vista e de onde falam esses sujeitos.

Ainda nesta perspectiva, Groff, Maheirie e Zanella (2010) afirmam que não há neutralidade na produção de conhecimento, pois o pesquisador é um agente que intervém e transforma os contextos em que atua na medida em que produz discursos sobre os lugares e sujeitos de sua pesquisa. As autoras ainda defendem que é preciso,

[...] produzir uma ciência humana que problematize as condições de vida em que se vive, as condições locais, situadas historicamente, (re) produzidas e (re) inventadas por sujeitos que são complexos, heterogêneos e que estão em contínuo movimento de vir a ser, balizado pela história da coletividade da qual ativamente participam e dos projetos de futuro, coletiva e singularmente construídos. Ciência, portanto, dos acontecimentos (GROFF, MAHEIRIE, ZANELLA, 2010, p. 100).

Assim, a aposta pela pesquisa intervenção caminhou com este propósito e direção. Quanto a pesquisa-intervenção, Rocha e Aguiar (2003) referem que esta consiste em uma

tendência de pesquisas participativas, na qual procura investigar a vida de coletividades por meio de sua diversidade qualitativa, assumindo uma intervenção de caráter socioanalítico. Acrescenta ainda que tal metodologia aprofunda a ruptura com os enfoques tradicionais, ampliando as bases teórico-metodológicas, enquanto proposta de atuação com o caráter de transformação da realidade sócio-política, já que sugere uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social.

Ao assumir um estudo de base interventiva, buscou-se refletir sobre a experiência de um grupo de mulheres em seu próprio movimento, ou seja, a experiência grupal foi ocorrendo na medida em que a pesquisa foi se desenvolvendo, tornando, deste modo, evidente que o pesquisador e os sujeitos pesquisados faziam parte do mesmo processo.

Na pesquisa-intervenção, a relação pesquisador/objeto pesquisado é dinâmica e determinará os próprios caminhos da pesquisa, sendo uma produção do grupo envolvido. Pesquisa é, assim, ação, construção, transformação coletiva, análise das forças sócio-históricas e políticas que atuam nas situações e das próprias implicações, inclusive dos referenciais de análise. É um modo de intervenção, na medida em que recorta o cotidiano em suas tarefas, em sua funcionalidade, em sua pragmática-variáveis imprescindíveis à manutenção do campo de trabalho que se configura como eficiente e produtivo no paradigma do mundo moderno (ROCHA E AGUIAR, 2003, p.72).

Tendo eleito a pesquisa intervenção para o estudo, também se faz necessário discorrer sobre a perspectiva da Análise de Implicação. Paulon (2005) considera esta uma importante ferramenta no trabalho da pesquisa-intervenção. No entanto, a corrente da Análise Institucional socioanalítica foi desenvolvida na França a partir dos anos 60 e 70 por Lourau, Lapassade e Hess, ganhando inclusive adeptos na América Latina, e que “[...] possibilita a formulação da pesquisa-intervenção com a perspectiva de interrogar os múltiplos sentidos cristalizados nas instituições.” (ROCHA E AGUIAR, 2003, p.72).

Outra perspectiva da Análise de implicação é a relação que se faz entre pesquisador e sujeitos pesquisados, uma vez que, o ato de intervir, nas considerações de Rossi e Passos (2014) não é observar de fora um objeto dado, mas construí-lo de dentro, ao mesmo passo que constrói a si no momento da intervenção.

Com essas referências, a pesquisa foi realizada em um CRAS da região metropolitana de Florianópolis e é um dos 10 aparelhos da Proteção Social Básica no município. Esta unidade possui um território de abrangência compreendendo 2 grandes bairros da cidade, com 12

comunidades e uma estimativa populacional de 22.046<sup>8</sup> habitantes. O referido CRAS possui 2.252<sup>9</sup> usuários cadastrados e no ano de 2018 realizou em total de 2.619 atendimentos, sendo que 263 pessoas participaram regularmente de grupos no âmbito do PAIF e 385 pessoas participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado. Este CRAS possui ainda 1697<sup>10</sup> pessoas cadastradas no CADÚNICO, 485<sup>11</sup> inscritas no Programa Bolsa Família e 367 inscritas no BPC<sup>12</sup>. Torna-se relevante citar esses números, uma vez que esse é o público prioritário no serviço.

Na construção desta pesquisa-intervenção os sujeitos do estudo foram um grupo de mulheres que participam de uma atividade coletiva oferecida pelo CRAS. Este público que era oriundo de 4 comunidades referenciadas ao território do CRAS que, além de participar desta atividade, eram usuárias do Cadastro Único (CADÚNICO)<sup>13</sup>, ou seja, são beneficiárias do Programa Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada (BPC), com filhos frequentando o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CCFV), bem como participam de atendimentos psicossociais promovidos pela equipe PAIF.

Como esta atividade tinha o caráter aberto, e todas as mulheres do território podiam participar, muitas no primeiro ano passaram por essa proposta. Porém, durante o seu caminhar houve a necessidade de se tornar um grupo fechado, considerando o aumento da procura de mulheres das comunidades pela atividade. Assim, no segundo semestre de 2017 atendendo ao pedido das próprias participantes, tornamos o grupo fechado para um limite máximo de 15 participantes. A entrada de novas mulheres ficaria em lista de espera caso houvesse desistências. Durante os anos, ainda passaram pelos encontros mulheres que foram apenas em um único dia, essas não foram contabilizadas como inseridas na atividade por não retornarem e por não manifestarem desejo pela continuidade de sua participação.

O recorte de tempo que foi utilizado para realização do estudo foi estabelecido pelo período compreendido entre os meses de junho de 2017 a dezembro de 2018. Foi possível constatar que 12 mulheres já frequentavam a atividade anterior ao tempo compreendido para a

---

<sup>8</sup>Fonte: SMS - Estimativa populacional IBGE – ano de referência 2015. Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/unidades\\_saude/populacao/uls\\_2015\\_index.php](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/unidades_saude/populacao/uls_2015_index.php). Acesso em: 20 out. 2019.

<sup>9</sup> Fonte: CRAS - Mês de referência, junho de 2019.

<sup>10</sup> Fonte: CRAS - Mês de referência, setembro de 2019.

<sup>11</sup> Fonte: CRAS - Mês de referência, junho de 2019.

<sup>12</sup> Fonte: CRAS – Mês de referência, abril de 2019.

<sup>13</sup>O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>. Acesso em: 17 maio 2019.



pesquisa e 11 foram inseridas ao longo do período estabelecido. Quanto às desistências, 9 mulheres deixaram de frequentar a atividade, vale salientar que houve o falecimento de uma delas; algumas conseguiram uma colocação no mercado de trabalho formal e informal e outras por questões pessoais não compareceram mais à atividade. No entanto, 14 mulheres permaneceram até o encerramento da pesquisa de campo. Quanto à faixa etária, a idade das participantes compreendia entre os 32 anos aos 77 anos.

É importante destacar que a proposta, que foi prevista pela equipe PAIF, seria uma atividade quinzenal. Entretanto, a partir de setembro de 2017, a pedido das próprias mulheres, tornamos os encontros semanais. Deste modo, no período da pesquisa foram realizados 44 encontros, sendo que em 31 deles foram utilizados o instrumento da roda de conversa. Ressalto ainda que nessas rodas eram discutidos temas de interesse da equipe e das mulheres. Inclusive, em alguns encontros contamos com a participação de convidados externos. Nos encontros em que não pude estar presente as atividades foram conduzidas pelas próprias usuárias.

Quanto aos dados existentes no serviço, estes apontam que desde a formação das oficinas em 2016, foram realizadas 5 oficinas neste ano, tendo uma média de 4 participantes por encontro. No ano de 2017 foram realizados 22 encontros e a média subiu para 8 participantes por encontro e quanto ao ano de 2018 foram realizados 32 encontros, tendo uma média por encontro de 10 participantes. Essas informações apontam para o aumento de participantes por encontros, o que demonstra o interesse das mulheres do território pela atividade grupal.

Um outro aspecto importante a ser citado é a metodologia dos encontros, qual seja, a equipe PAIF sempre esteve presente durante toda a duração dos encontros, seja nas rodas de conversa e nas atividades de artesanato com as mulheres. Esta perspectiva traz a horizontalidade da relação que se deseja estabelecer com as participantes do grupo. E tendo em vista que eu fiquei como responsável por essa atividade no CRAS, posso assegurar que por ser um grupo de troca de experiências, aprendi muitas técnicas de artesanato com elas.

No processo de pesquisar, além da intervenção com o grupo de mulheres, foram necessárias informações que melhor qualificassem o campo. Deste modo, foram coletadas fontes existentes no serviço, bem como outras produzidas ao longo de um ano e seis meses de trabalho com o grupo.

Quanto aos documentos existentes no CRAS, havia um livro ata com o registro de atividades coletivas e um controle de frequência das participantes, pois há uma prerrogativa de que os profissionais do PAIF façam o controle do trabalho produzido no serviço. Com esses

documentos, foi possível ter o registro de implantação desta atividade no serviço, bem como a frequência das participantes nos encontros do grupo. Para acesso a esses documentos, bem como a relatórios socioassistências, elaborados por uma equipe técnica que atua na gestão do município, solicitamos autorização à Secretaria de Assistência Social do Município, o que foi prontamente autorizado. No tocante à pesquisa, também foi autorizada a sua execução.

Quanto ao registro da atividade de campo, este foi produzido a partir de um diário de campo. Este diário resultou em 25 páginas no formato digital, com registros realizados entre o período de junho de 2017 a dezembro de 2018. Dias (2017) ao valer-se de Lourau, esclarece que o diário de pesquisa possibilita a reconstituição da história subjetiva da pesquisadora, mostra a contradição entre a produção pessoal, institucional ou burocrática e propicia, um tipo de reflexão própria do escrever.

Como mencionado, nos encontros do grupo são utilizadas como recurso a ferramenta da Roda de Conversa para a produção de diálogo e debate. Assim, sempre que possível iniciávamos nossos encontros com uma Roda. Na concepção de Moura e Lima (2014), na Roda de Conversa o diálogo apresenta-se como um momento de partilha, envolve o exercício da escuta e da fala, e agregam vários interlocutores. “As colocações de cada participante são construídas por meio da interação com o outro, seja para complementar, discordar, seja para concordar com a fala imediatamente anterior” (MOURA & LIMA, 2014 p. 100). Ainda de acordo com as autoras,

As Rodas de Conversa consistem em um método de participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos, que se expressam e escutam seus pares e a si mesmos por meio do exercício reflexivo. Um dos objetivos é de socializar saberes e implementar a troca de experiências, de conversas, de divulgação e de conhecimentos entre os envolvidos na perspectiva de construir e reconstruir novos conhecimentos sobre a temática proposta (MOURA, LIMA, 2014 p. 101).

Sampaio, Santos, Agostini e Salvador (2014) apontam ainda que, as rodas de conversa possibilitam encontros dialógicos, permitindo a produção e ressignificação de sentidos e saberes aos que participam. Esta experiência também se baseia na horizontalidade das relações de poder valendo-se, portanto, da implicação entre os sujeitos. Implicação esta, compreendida dialeticamente, em que sujeitos são considerados enquanto atores sociais críticos, reflexivos e históricos diante da realidade. Dissolvendo-se deste modo, a figura de um mestre como centro do processo. Assim, na perspectiva dos autores,

As rodas são mais do que disposição física (circular) dos participantes e bem mais que uma relação custo-benefício para o trabalho com grupos. Elas são uma postura ético-política em relação à produção do conhecimento e à transformação social, efetivando-se a partir das negociações entre sujeitos. O espaço da roda de conversa intenciona a construção de novas possibilidades que se abrem ao pensar, num movimento contínuo de perceber – refletir – agir – modificar, em que os participantes podem se reconhecer como condutores de sua ação e da sua própria possibilidade de “ser mais” (SAMPAIO, SANTOS, AGOSTINI, SALVADOR, 2014, p. 1301).

Com o recurso da Roda de Conversa, foi planejado para o estudo uma entrevista coletiva com o referido grupo. O objetivo deste recurso foi buscar os sentidos que as mulheres atribuem à atividade, com o roteiro previamente elaborado, buscamos impressões sobre o CRAS, sobre a participação, motivações e sugestões de melhorias para o futuro do grupo. O convite para participar da entrevista ocorreu em 2017. Porém, foi apenas em julho de 2018 que foi realizada a atividade. Cabe frisar que, a execução da entrevista coletiva e a utilização do recurso de gravação em áudio foi realizado após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH)<sup>14</sup> da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O roteiro elaborado para a entrevista buscou fugir do recorte tradicional em forma de questionário. Minayo (1996) aponta que o roteiro tem outras características, pois visa a apreender o ponto de vista dos sujeitos; contém poucas questões; auxilia na *conversa com finalidade*, devendo ser facilitador de abertura, de acréscimo e de aprofundamento da comunicação. Afirmo que o roteiro deve ser sempre um guia; e não um obstáculo, e, no mais, não pode prever todas as situações e condições do trabalho de campo. Do mesmo modo, a entrevista coletiva seguiu nesta mesma direção, pois embora fosse necessário o alcance dos objetivos da pesquisa, buscou-se, sobretudo, a interação entre as participantes a fim de tornar evidente o que já existia, uma certa dinâmica daquele grupo de mulheres.

No dia 26 de julho de 2018 foi iniciada a Roda de Conversa com o propósito de realizar a entrevista coletiva. Muito embora, no encontro anterior já tivéssemos acordado tudo para este dia; eu, enquanto pesquisadora, iniciei os esclarecimentos referentes aos objetivos da pesquisa. Seguiu-se na leitura conjunta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi assinado por onze mulheres que estavam presentes no encontro do dia. Após todos os esclarecimentos feitos, iniciei a gravação em áudio e conforme previsto, com um roteiro de questões, foi dado o seguimento à entrevista na sequência planejada.

É importante deixar aqui registrado que, durante todo o processo da pesquisa, a equipe do CRAS estava ciente dos passos que estavam sendo dados, pois nas reuniões semanais

---

<sup>14</sup> Parecer Nº 2.725.665.

realizadas levava para a equipe as minhas impressões sobre a condução do grupo, bem como estava aberta às contribuições que me eram dadas. Salientando ainda que, diante do quadro deficitário de profissionais no serviço, eu assumi esta atividade em março de 2017, por isso a necessidade de sempre estar dialogando com a equipe sobre os caminhos a seguir na atividade e, sobretudo, os caminhos que a pesquisa estava tomando.

Quanto a sistematização das informações adquiridas e construídas ao longo do percurso, a transcrição da entrevista e a sua sistematização ocorreram no segundo semestre de 2018, bem como foi concluído o registro de diário de campo. Porém, uma nova possibilidade para análise dos dados surge, tendo em vista o grande volume de informações que foram obtidas. Para resolver esta questão, foi lançado como recurso a utilização do *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), pois seria necessário verificar com profundidade e exatidão as informações, objetivando com isto, criar categorias que permitissem a análise e discussão que abordo nos artigos apresentados nesta dissertação.

De acordo com Camargo e Justo (2013), o uso de *software* específicos para a análise de dados textuais vem sendo utilizado por pesquisadores brasileiros em ciências humanas e sociais desde 1990. No caso do IRAMUTEQ, que é um *software* gratuito, começou a ser utilizado no Brasil em 2013. No entanto, é uma criação do pesquisador francês Pierre Ratinaud no ano de 2009. Tal pesquisador aprimorou e aglutinou outros sistemas em apenas um. Em linhas gerais, quanto ao IRAMUTEQ,

Este programa informático viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude). Ele organiza a distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara (análise de similitude e nuvem de palavras) (CAMARGO E JUSTO, 2013 p. 516).

Deste modo, no que diz respeito ao tratamento de todo o material coletado durante a pesquisa, como: livro ata, registro de frequência de participantes, diário de campo e entrevista coletiva, apenas esses dois últimos passaram pela análise lexical e permitiram que fossem identificados os temas mais evidentes a serem discutidos ao longo do estudo.

No que se refere a análise lexical, esta é um recurso possível quando se busca por meio dos textos, a utilização de métodos estatísticos, como por exemplo, a apresentação de dados quantitativos e qualitativos numa mesma pesquisa.

Torna-se possível, a partir da análise lexical, descrever um material produzido por determinado produtor, seja individual ou coletivamente (um indivíduo ou um grupo), como também pode ser utilizado este tipo de análise com a finalidade comparativa, relacional, comparando produções textuais diferentes em função de variáveis específicas que descrevem quem produziu o texto. (CAMARGO, JUSTO, 2014, p. 40).

Para os autores, a análise lexical tem como unidade de análise o vocabulário, ou seja, das palavras contidas no texto. Assim, o sistema informático permite que primeiramente os dados textuais sejam sistematizados, identificados e organizados de acordo com o vocabulário. Posteriormente o pesquisador inicia a análise dessas informações.

Para este estudo, o *software* IRAMUTEQ serviu de apoio ao processamento de informações e possibilitou uma outra vantagem do sistema, qual seja, a apresentação das informações por meio gráficos, tabelas e imagens. Com isto, além de uma variada gama de informações obtidas com o conteúdo submetido, a visualização do material também é possível nas formas mencionadas, e tais formas também serão apresentadas nos artigos que compõe esta dissertação.

Quanto aos artigos, estes terão a seguinte exposição: O artigo 1 corresponderá a apresentação das informações obtidas por meio da entrevista coletiva realizada com o grupo de mulheres. Neste, serão apresentadas duas possibilidades de análise disponíveis pelo IRAMUTEQ, a *Nuvem de Palavras* e a *Análise de Similitude*. Quanto ao artigo 2, este apresentará as análises realizadas com base na produção textual gerada a partir do diário de campo da pesquisa. Neste, utilizou-se o recurso da *Classificação Hierárquica Descendente* a CHD.

### 3 O HORIZONTE TEÓRICO

Em sua obra, seja literária ou no campo da Filosofia, Sartre apresenta uma ontologia e antropologia para a compreensão do sujeito no mundo. Para as discussões que pretendo apresentar neste estudo, debrucei-me mais especificamente sobre sua antropologia, no que se pauta a teoria de grupos. Em suas considerações, Sartre apresenta o sujeito a partir da história e da dialética, considerando o contexto social da época vivida, as relações humanas estabelecidas e o conjunto dessas mediações como o fundamento do ser no mundo. O sujeito, portanto, é produto e produtor da história, ao passo que a faz nas condições materiais em que vive.

Assim, sujeito e social estão implicados, nessa relação um se produz a partir do outro e vice-versa. “O sujeito como universal-singular é um ser-no-mundo social, singularizando-se a partir das possibilidades do campo sócio-histórico em seus diversos níveis e universalizando-se como ativo de um processo histórico mais amplo” (CASTRO, 2012, p. 78). A singularidade do sujeito se funda, portanto, nesse constante processo que, por meio das necessidades na realidade social, busca na exterioridade alcançar e satisfazer-se enquanto ser desejante.

Ao estar no mundo, desejar algo e lançar-se num horizonte de possibilidades, há que se compreender a relação do sujeito com a temporalidade, ao qual, passado, presente e futuro estão intimamente interligados. Quanto ao passado, este é produto das experimentações vividas pelos sujeitos ao longo de sua história singular. Este passado está fundamentalmente implicado com o ser do sujeito, pois é constituído de experimentações.

Quanto ao presente, este é a pura passagem entre o passado e o futuro, onde o passado ganha a sua relevância no hoje. Nas palavras de Sartre (1998) o presente é “Presença a [...] significa existência fora de si junto a [...] Aquilo que pode ser presente a [...] deve ser de tal modo em seu ser que haja neste uma relação de ser com os demais seres”. (SARTRE, 1998, p. 174), ou seja, consiste em ser presente em relação as coisas, com os outros e a materialidade.

Quanto ao futuro, que ainda não ocorreu, é a perspectiva em que o sujeito se lança com um desejo. Esse desejo a ser alcançado, é projetado pelo sujeito em função de um passado vivido e de um presente vivo, “o futuro é o que tenho-de-ser na medida em que posso não sê-lo.” (SARTRE, 1998, p. 174), no entanto, posso projetar-me em direção àquilo que ainda não é. A este processo de temporalização, chegamos à noção de projeto,

O projeto existe desde que o sujeito é lançado no mundo e se encontra condicionado a todas as suas experiências vividas, as quais oferecem um contorno ou uma

coloração particular que resultará no diferencial entre o projeto de um sujeito e de outro sujeito. É uma totalidade de sínteses dialéticas de superações e conservações de aprendizagens passadas e presentes em favor de um futuro (MAHEIRIE & PRETTO, 2007, p. 458).

A este vivido que é sempre dialético e nunca totalizante, Sartre afirma, “Para nós, o homem caracteriza-se antes de tudo pela superação de uma situação, pelo que ele chega a fazer daquilo que se fez dele, mesmo que ele não se reconheça jamais em sua objetivação” (SARTRE, 1987, p. 152). Assim, nas condições materiais e objetivas dadas, na relação com o passado vivido, o sujeito se lança em um campo de possibilidades, e nas palavras do próprio autor, “Assim, o campo dos possíveis é o objetivo em direção ao qual o agente supera sua situação objetiva. E este campo, por sua vez, depende estreitamente da realidade social e histórica.” (SARTRE, 1987, p. 152). A esse possível, ainda que individual, é a interiorização de um possível inscrito socialmente.

A realidade material e objetiva apontada por Sartre não se refere apenas à relação do sujeito entre as coisas e objetos. Esta relação pressupõe a realidade da presença do outro como constituinte do processo de interiorização do exterior. A importância do outro se dá num processo de mediação entre eu, ele e o mundo. Schneider (2011) acrescenta que o outro aparece na realidade cotidiana, em que eu sou objeto para ele e o outro é objeto para mim. “Assim, o olhar do outro me atinge através do mundo e não transforma somente a mim, mas metamorfoseia o mundo. Sou visto em um mundo visto. O mundo é mediador da minha relação com os outros, assim como os outros são mediadores entre mim e o mundo” (SCHNEIDER, 2011, p. 148).

Sartre (1998), ao afirmar que o outro é um mediador indispensável entre mim e mim mesmo, aponta que a constituição do ser do sujeito passa pelo outro, assim como o futuro e suas possibilidades. Assim,

Esse outro, cuja relação comigo não podemos captar e que jamais é dado, nós o constituímos aos poucos como objeto concreto: não é o outro o instrumento que serve para prever um acontecimento de minha experiência, mas os acontecimentos de minha experiência é que servem para constituir o outro enquanto outro, ou seja, enquanto sistema de representação fora de alcance, como objeto concreto e cognoscível (SARTRE, 1998, p. 297).

Neste caso, o sujeito se constitui a partir de outro, da temporalidade e na relação concreta e constante com o social. Este social, para Castro (2012) é constituído pelo conjunto

de práxis individuais e coletivas, uma relação de produção mútua e contínua que põe a caminhar o processo histórico tanto individual quanto coletivo.

Sobre a concepção de grupos, Sartre em *Crítica da Razão Dialética*, de 1960, apresenta inúmeros conceitos que, ao longo do percurso desta obra, possibilitam a compreensão sobre o surgimento, a manutenção e extinção destes grupos. A racionalidade dialética, presente em todo esse processo, possibilita o entendimento de concepções como: série, grupo em fusão, juramento, fraternidade, terror, organização e instituição. Embora essas concepções não esgotem nesta escrita, pelo rigor e extensão da obra, tais compreensões, apresentadas na sequência, possibilitarão dar respaldo teórico aos artigos que seguem, pois nas concepções do autor,

[...] teremos de estudar na experiência, sucessivamente, a gênese de um grupo, as estruturas de sua práxis – ou, por outras palavras, a racionalidade dialética da ação coletiva – e, por último, o grupo como paixão, ou seja, enquanto luta em si mesmo contra a inércia prática que o afeta (SARTRE, 2002, p. 450).

Quanto aos coletivos, estes estão presentes na estrutura da sociedade como o movimento de sujeitos no mundo que, em certa medida, organizam-se em torno de um determinado arranjo social. Os modos de vida podem resultar em *práxis* efetivas, quando essas experiências coletivas resultam em grupos ou mesmo no campo do prático inerte, em que há coletivos no qual impera a simples passividade.

Um exemplo apresentado pelo próprio autor, a fim de distinguir o conceito de coletivo, é a experiência de pessoas aguardando na fila por um ônibus do transporte coletivo. Uma atividade cotidiana que é usar o esse meio de transporte público é a experiência do simples ajuntamento humano que, ao mesmo tempo, é provisório e contingente. “Com efeito, importa observar, antes de tudo, que se trata de uma pluralidade de solidões: essas pessoas não se preocupam, nem falam umas com as outras e, em geral, nem olham umas para as outras; existem, lado a lado, em redor de um poste de sinalização.” (SARTRE, 2002, p. 362). Neste simples ato cotidiano, não há reciprocidade, não há interação entre os sujeitos, este ato é a pura existência prática entre os entre humanos, ou seja, um conjunto das condutas solitárias.

Contudo, é importante destacar que no ato de pegar um ônibus há implícito um objetivo a ser alcançado, um destino final no qual se deseja chegar. Isto de fato assemelha a conduta dos sujeitos que utilizam o ônibus. No entanto, este objetivo não é vivido de maneira comum, de forma que não se constitui como um projeto em comum. Este ato cotidiano, portanto, configura uma estrutura serial.



Embora esta serialidade expresse o simples agrupamento de pessoas, em certa medida, esta experiência de sociabilidade poderá, a partir de uma necessidade sentida como comum, criar condições para experiências efetivas de grupo, pois um ato corriqueiro e cotidiano na vida das pessoas proporciona encontros e possibilidades inesperadas, quando se experencia o movimento do comum.

Quanto ao conceito de série, Bettoni e Andrade (2002) esclarecem que,

Na série, a relação entre os indivíduos não é capaz de levar a cabo uma iniciativa em comum. Mas é a partir desta mesma serialidade, e dentro dela, que os grupos se formam, quando o livre exercício da práxis inicia uma luta para vencer, na série, o que lhe foi imposto pelo Prático-Inerte (BETTONI & ANDRADE, 2002, p. 70).

Tais considerações são fundamentais para compreensão da formação de grupos, uma vez que é em direção a superação da serialidade que os sujeitos irão mover-se em direção a um propósito.

O conceito de grupos apresentado por Sartre é oposto ao conceito de série, já que o grupo nasce exatamente da fusão da serialidade. Lapassade (2016) afirma que o grupo não se define como um ser, mas como um ato. Não há uma essência no grupo, ele é o simples existir. É neste ato que o grupo se trabalha constantemente, uma práxis comum, em direção ao exterior, sendo que o grupo só é práxis se os sujeitos estabelecem juntos as relações que constituem o grupo. “Um grupo só é verdadeiramente tal se for fundado, de maneira permanentemente, ao mesmo tempo na autogestão, ou na autodeterminação, e na autocrítica, ou na auto-análise.” (LAPASSADE, 2016, p. 251). Nas palavras do próprio Sartre,

O grupo constitui-se a partir de uma necessidade ou perigo comum e define-se pelo objetivo comum que determina sua práxis comum; mas, a necessidade comum, a práxis comum, tampouco o objetivo comum, não poderão definir uma comunidade se esta não se fizer comunidade, experimentando como comum a necessidade individual e projetando-se na unificação interna de uma integração comum em direção a objetivos que ela produz como comuns. (SARTRE, 2002, p. 452).

Nessa perspectiva, quanto ao conceito de grupo em fusão, Rubini (1999) aponta este como sendo o nascimento do grupo, pois seus integrantes tomam a consciência de uma determinada tarefa em comum, na qual cada um depende dos demais. É neste momento que os indivíduos isolados tomam consciência de sua interdependência, de seus interesses e objetivos em comum. Nas considerações do autor, “Surge novo tipo de relação: cada qual torna-se para si e para os outros uma pessoa com a qual é necessário contar. Há uma transformação qualitativa

nas relações entre as pessoas e a “fusão” dos interesses comuns conduz a uma ação comum (práxis grupal), tirando as pessoas da inércia, transformando a realidade.” (RUBINI, 1999, p. 4).

Rubini (1999) destaca ainda que um aspecto essencial na fusão é a condição de “mediado” e “mediador”, em que o próprio sujeito e o grupo acabam por estabelecer, ou seja, entre o indivíduo e o grupo há sempre um terceiro que, de acordo com a teoria sartreana, é resultante da mediação entre os indivíduos. Assim, a mediação tanto poderá ocorrer na forma do grupo, ou seja, o grupo como mediador, como cada integrante pode funcionar com terceiro no grupo. Assim,

No grupo em fusão a relação sintética faz com que cada um seja em toda a parte o mesmo. Cada um pode decidir por todos. Esse “nós” grupal é “prático e não substancial”, “é o conjunto das liberdades práticas reunidas na brusca ressurreição da liberdade que se levanta contra a prisão do mundo prático inerte” (SARTRE apud RUBINI, 1999, p. 5).

O sentido do “nós”, que também pode ser chamado de terceiro, é o que constitui o grupo enquanto totalidade, uma vez que o terceiro se faz mediador entre o pensamento objetivo como outro e os sujeitos concretos, “Enfim, o mesmo indivíduo ou o mesmo grupo pode estar comprometido em uma ação recíproca e, ao mesmo tempo, definir-se como terceiro” (SARTRE, 2002, p. 232). Lapassade (2016) esclarece ainda que este mediador como a “terceira pessoa” totaliza as reciprocidades. O grupo, portanto, é a mediação dessas mediações. Assim, todos os integrantes do grupo são “terceiras pessoas” ao mesmo tempo em que são parceiros nos pares de reciprocidade, cada pessoa totaliza as reciprocidades do outro.

Schneider (2011) refere este momento do grupo organizado como distinto da série, uma vez que há a superação da solidão dos seus participantes e o tecimento ocorre com essa característica. Há o estabelecimento de uma afetividade, visto que as pessoas passam a ser importantes umas para as outras, ao mesmo tempo que, ao tornarem terceiros, passam a ser mediação do projeto individual do outro e do projeto coletivo, estabelecendo relações de reciprocidade. Nas palavras de Sartre,

Venho ao grupo como sua atividade de grupo e o constituo como atividade na medida em que o grupo vem a mim como atividade de grupo, como minha própria existência de grupo. O que caracteriza a tensão de interioridade entre o grupo (salvo eu) e eu que estou dentro é que, na reciprocidade, somos quase objeto e quase sujeito, simultaneamente, um para o outro e um pelo outro (SARTRE, 2002, p. 473).

Ao estabelecer uma integração entre objetivos em comum, o grupo organiza-se em torno de compromissos entre os seus membros. O compromisso fundamenta uma nova configuração para o grupo, pois a partir do estabelecimento de acordos são produzidos fazeres em comum, constituindo, deste modo, um projeto comum do grupo. Nesta perspectiva, o grupo avança para um novo momento da sua existência, a “organização”. Sartre (2002) define a organização como uma ação interna na qual o grupo define suas estruturas, em que sua própria atividade passa também a ser estruturada.

A organização é o momento pelo qual o grupo se toma como objetivo, ou seja, o ato de organizar-se é uma das estratégias para a sua não dissolução. Na busca por manter vivo o projeto do grupo, há a necessidade de integrar a práxis individual a uma práxis comum. Assim, o grupo se trabalha na medida em que tal ato é fundamental para a sua permanência e para alcançar os seus objetivos enquanto grupo.

Por meio de sua atividade prática, fazendo-se como ato, o grupo organizado busca estratégias de gerenciar a práxis comum, organiza-se em torno da distribuição de tarefas, em que todos os membros exercem alguma função que é fundamental para a organização do todo. No grupo, todos os membros passam a ser importantes no processo de decisão, não havendo a necessidade de hierarquias, chefias ou qualquer sujeito que represente o projeto do grupo. Todos serão uma mediação fundamental para a ação do grupo. Tal ação nunca é totalizadora, está sempre em inacabamento, considerando o caráter dialético das necessidades, das relações e da materialidade. Assim, “As ações passam a ser mutuamente necessárias umas às outras, e a práxis comum só pode ocorrer por causa das práxis individuais que a integram, ou seja, cada membro compreende que a sua função é necessária às funções dos outros membros, e vice-versa” (BETTONI, ANDRADE, 2002, p. 72).

A intenção do grupo ao realizar compromissos, acordos e definir tarefas, não inscreve apenas necessidades de ordenamento de suas funções ou de seus membros. A busca por manter o grupo vivo, ativo e engajado em seu projeto, tem por objetivo o próprio grupo, que se trabalha em razão de sua práxis comum. O movimento do grupo será sempre na direção da criação, da construção, em que tais atos irão integrar as necessidades sentidas como comuns. Necessidades estas que serão sempre definidas pelo exterior, sem jamais recorrer à noção de grupo enquanto organismo, ou seja, o grupo trabalha quando se organiza em torno de uma intenção em direção a um exterior a ser alcançado.

No entanto, a possibilidade de retorno à serialidade pelo risco de dissolução tanto interna, quando há a dispersão de seus membros, quanto externos ao grupo, marcará como uma

luta constante pela sua sobrevivência. A tensão entre a serialização e a totalização, ainda que seja uma totalização inacabada, poderá desfazer-se quando se extingue a evidência da práxis comum. O ideal de grupo, aqui proposto por Sartre, marca uma inteligibilidade que não se propõe a ser estruturada, uma vez que a unificação da práxis individual em torno de uma práxis sentida como comum, é tanto prática como dialética. Assim, não há como precisar o tempo de duração e a permanência de ação de cada grupo. No entanto, é certo afirmar que um grupo deixará de ser grupo organizado quando os seus membros se dispersarem, quando não houver mais um projeto de grupo em comum e quando não houver mais um “nós” mediando a sua existência.

Como mencionado, um grupo pode se desfazer pela não unificação de uma práxis comum, mas também, este mesmo grupo organizado pode, por meio de sua própria ação, estabelecer-se numa atividade mais estruturada, hierárquica e burocrática, caracterizando-se assim, como uma instituição.

Ao transformar-se em instituição, o indivíduo deixa de ser essencial e passa a ser um elemento que é pura e simplesmente submetido às finalidades gerais da instituição. Neste caso o grupo passa a exercer um certo controle sobre os indivíduos, assinalando assim a afirmação da hierarquia, da burocracia e da autoridade (BETTONI & ANDRADE, 2002, p. 73).

Sartre (2002) afirma que o movimento institucionalizador passa a definir e decidir sobre a relação entre as pessoas em função da relação principal do grupo. A distribuição de tarefa, a criação de aparelhos especializados como setores, diretorias e coordenações são alguns exemplos que se caracterizam neste primeiro momento pelo processo de diferenciação. Bettoni e Andrade (2002) esclarecem que neste momento o grupo agora passa a ser fechado, estático, com leis e códigos de condutas, e por uma estrutura estabilizada. A práxis individual é reduzida e os sujeitos do grupo entregam o seu poder a um único ente, um soberano.

Os membros do grupo perdem o seu poder de agir sobre os fins, tornam-se meios para que a instituição alcance seus objetivos. A grande ameaça de perder-se na serialidade é consolidada neste momento da instituição, pois a burocracia, característica deste tipo de agrupamento, e o soberano acabam por acentuar características marcadamente individualistas. A instituição faz um retorno à serialidade.

Considerando que o tema da institucionalização do grupo não será objeto de discussão deste estudo, compartilho com as palavras de Sartre “Para nós, o que conta é, portanto, a relação da ação do grupo sobre si próprio como a ação de seus membros sobre o objeto” (SARTRE,

2002, p. 541). Assim, nos artigos a seguir, proponho-me a dar visibilidade à práxis do grupo de mulheres a partir da teoria por ora apresentada, efetivamente ao que se relaciona ao aspecto primordial, a sua relação enquanto um grupo, as mediações entre seus membros, as estratégias lançadas por seus membros para a sua não extinção e sua permanência enquanto grupo organizado.

#### 4 ARTIGO 1 – A INTELIGIBILIDADE DE UM GRUPO EM MOVIMENTO

**Resumo:** Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa-intervenção realizada com mulheres que frequentam uma atividade em grupo em um CRAS da região metropolitana de Florianópolis. O objetivo do estudo foi compreender os sentidos que as mulheres atribuem a esta atividade grupal. Para tanto, a orientação teórica da pesquisa partiu de alguns conceitos da obra de Jean Paul Sartre, sobretudo, da teoria dialética de grupos. As informações obtidas partiram de uma entrevista coletiva realizada com o grupo, sendo que no processo de sistematização foi utilizado o recurso do software IRAMUTEQ para a identificação e discussão das categorias de análise. Foram selecionadas duas formas de análise lexical que permitiram uma melhor exposição dos conteúdos manifestados pelas participantes. A análise da nuvem de palavras permitiu a visualização das palavras que tiveram uma maior frequência e na análise de similitude foi possível verificar como as palavras estavam relacionadas. Os resultados apontados pela análise de nuvem de palavras demonstram que o “não” foi a palavra mais expressa pelas mulheres na entrevista. Assim, buscou-se destacar o contexto em que o “não” estava relacionado e foi selecionado para a discussão o conjunto de falas em que as participantes apontaram, sobretudo, ao desconhecimento do CRAS enquanto serviço público de Assistência Social. A análise de similitude nos permitiu o agrupamento das palavras em sua coocorrência com outras palavras. Consideramos que este tipo de análise permitiu uma melhor visualização do conteúdo manifestado na entrevista, no entanto, também foram utilizados trechos das falas para melhor ilustrar a articulação com o referencial teórico proposto para esta pesquisa. A partir dos relatos foi possível constatar o aspecto positivo que a atividade grupal exerce na vida cotidiana das usuárias, considerando inclusive a melhoria no vínculo entre elas e entre elas e o serviço. Com isto, é possível referir o alcance que esta atividade promove no que se refere ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários preconizados pela política de pública de Assistência Social.

**Palavras-chave:** Assistência social 1. CRAS 2. Grupos 3. Território 4.

## Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados de uma pesquisa-intervenção realizada com um grupo de mulheres que frequentam um CRAS da região metropolitana de Florianópolis que, por meio de uma entrevista coletiva, buscou-se compreender os sentidos que as mulheres atribuem ao grupo no qual participam.

Na construção desta pesquisa, incorporou-se aspectos da experiência como trabalhadores da política de assistência social, ao mesmo tempo, do âmbito acadêmico, em que se exerce a pesquisa e a produção do conhecimento. Assim, abaixo apresentaremos alguns aspectos e recortes desta política pública que foram fundamentais no processo de pesquisar, uma vez que não seria possível abordar esta política integralmente.

O campo das políticas públicas foi desenhado a partir da Constituição Federal de 1988 e com algumas garantias, foi possível ao longo de três décadas a implantação de importantes políticas para a população. A assistência social, enquanto política, está nesta Constituição. No entanto, foi apenas no ano de 2004 que teve a sua efetiva implantação.

Entre os seus princípios, a Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004) busca: o atendimento às necessidades sociais; a universalização dos direitos sociais; o respeito à dignidade do cidadão, à autonomia, direito a benefícios e serviços de qualidade, a convivência familiar e comunitária e a igualdade de direitos no acesso e ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais.

Quanto aos seus objetivos, compreende: a promoção de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e ou especial para famílias, indivíduos e grupos que necessitem; contribuir para a inclusão e equidade, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais e assegurar que as ações tenham a centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. Desta maneira, esta política visa a garantia dos mínimos sociais e a promoção da cidadania.

Quanto ao que preconiza a política no que se refere ao seu público,

Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos, inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas

diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 19).

Para a execução e o desenvolvimento dos preceitos da política, citados acima, foi desenvolvido o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a perspectiva de fazer a gestão desta política. Assim, “o SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo território nacional da rede de serviços socioassistenciais.” (BRASIL, 2004, p. 23). Nas considerações de Susin e Poli (2012), a partir de um sistema de gestão e diretrizes, o SUAS busca romper com uma história de caridade e benevolência, constitui a articulação de serviços, orienta e oferece consistência à política pública, propondo inclusive instaurar um processo que inclua os saberes de cada território e seus modos de resistência.

No que diz respeito a este estudo, fizemos o recorte pelas ações voltadas ao território. Com isto, cabe contextualizar os princípios que regem a Proteção Social Básica (PSB), que inserida no SUAS, tem “como objetivos prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.” (BRASIL, 2004, p. 19). Os sujeitos a que se destinam as ações da PSB é a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, da privação de renda, de acesso a serviços e ou a fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social.

Utilizando as mesmas referências acima, as ações previstas para PSB, referem-se a serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos de acordo com a identificação das vulnerabilidades apresentadas. Salientando ainda que esses serviços, programas e projetos devem ser articulados com as demais políticas públicas do território, garantindo assim, a sustentabilidade das ações e a efetividade dos encaminhamentos necessários. Assim, o atendimento às demandas e às necessidades da população local devem ser realizados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que, sendo uma unidade pública estatal, “Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio-assistenciais locais da política de assistência social.”(BRASIL, 2004, p. 19).

Segundo Yamamoto e Oliveira (2010), o CRAS representa um importante aparelho público estatal que visa a oferta de serviços, programas e projetos que previnam as situações de riscos no território. O CRAS, além de porta de entrada no sistema e o coordenador das ações no âmbito da Assistência Social no território, é o responsável pela oferta das atividades do



PAIF. Sendo este um serviço estratégico na aplicabilidade da política de assistência no território.

Quanto à oferta de serviço a serem disponibilizados pelo CRAS, o foco neste nível de atenção é direcionado em especial às,

Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; - Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; - Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; - Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 2009, p.13).

Para o atendimento às necessidades das famílias, o CRAS, enquanto unidade, pressupõe a existência do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Este serviço consiste no trabalho social com famílias, que de forma continuada, têm o objetivo de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de seus vínculos, promovendo o acesso aos direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. “Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.” (BRASIL, 2009, p.12).

Conforme mencionado, as atividades desenvolvidas pelo CRAS, onde foi realizada a pesquisa, vem a corresponder com as especificidades da proposta do Trabalho Social com Famílias no âmbito do PAIF. O conceito de Trabalho Social com Famílias, “Seria: conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um grupo social, unido por vínculos consanguíneos, de afinidade e/ou solidariedade.” (BRASIL, 2012b p.10). Para tanto, os procedimentos adotados pelas equipes que atuam neste serviço, devem privilegiar: A acolhida; as oficinas com famílias; as ações comunitárias; as ações particularizadas e os encaminhamentos.

No tocante às ações coletivas, essas podem ocorrer nas mais diversas configurações, inclusive fora do espaço do CRAS. As acolhidas em grupo e as oficinas com famílias, são algumas das ações estratégicas do PAIF e que frequentemente realizamos em nosso CRAS. Sobre a acolhida em grupo, que é o processo de acolhida realizada de forma coletiva, tem por objetivo o repasse de informações gerais sobre o serviço; a escuta das demandas das famílias; o impacto do território sobre as demandas da comunidade, bem como discutir e publicizar

assuntos de interesse das famílias e comunidades. (Brasil, 2012b). Tal forma de intervenção, busca a identificação de demandas de indivíduos e famílias e, com isto, é possível que a equipe técnica possa pensar outras ações por meio desta escuta inicial.

A mesma referência acima esclarece ainda que as oficinas com famílias consistem na realização de encontros organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias, responsáveis ou outros representantes, sendo sempre conduzidas por técnicos de nível superior do CRAS. E ainda,

As oficinas com famílias têm por intuito suscitar reflexão sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, identificados no território, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial, o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção a riscos (BRASIL, 2012b, p. 24).

Com esses objetivos, e com determinadas finalidades, as oficinas com famílias podem problematizar, estimular e possibilitar questões que envolvam a esfera familiar, comunitária e territorial e também podem ser adotadas ênfases para o trabalho coletivo, ou seja, de acordo com as orientações técnicas, o foco das oficinas podem ter o caráter da reflexão, da convivência e da ação.

Um outro recurso apresentado pela política a ser executado pela equipe PAIF é a realização de ações comunitárias. Estas ações (Brasil, 2012b) são eminentemente de caráter coletivo com objetivo de dinamizar as relações no território. São voltadas a um número maior de participantes, apresentando, portanto, distinção das oficinas com famílias. Devendo agregar diferentes grupos do território, estas ações objetivam o reconhecimento de interesses em comum. De acordo com seus objetivos as ações comunitárias procuram,

[...] promover a comunicação comunitária, a mobilização social e o protagonismo da comunidade; fortalecer os vínculos entre as diversas famílias do território, desenvolver a sociabilidade, o sentimento de coletividade e a organização comunitária – por meio, principalmente, do estímulo à participação cidadã (BRASIL, 2012b, p. 37).

Sobre a participação cidadã, as referências técnicas (Brasil, 2012b, p. 37) apontam que estas ações podem proporcionar espaços em que as famílias possam interferir e atuar sobre o território onde vivem, uma vez que estas ações podem possibilitar o acesso aos direitos, a aprendizagem democrática, expressão e manifestação dos interesses em comum. Podem

também, estimular as proposições e as reivindicações, possibilitando inclusive, a organização e o associativismo em defesa dos interesses coletivos.

Por essas considerações colocadas até aqui, compreende-se a importância de assegurar por meio de uma política pública o direito ao convívio familiar e comunitário. Assim, justifica o interesse e o exercício no cotidiano do trabalho em continuar insistindo em atividades como: as acolhidas em grupo, as oficinas com famílias e as ações comunitárias, haja vista a potencialidade dessas ações para a problematização da vida no território, bem como para conhecer a complexidade de relações que ali operam.

## **O território**

As diretrizes formuladas na PNAS e no SUAS estabeleceram o território como *princípio* para gestão, planejamento e ações da política. Portanto, a compreensão de território versa para além do espaço geográfico e pode ser compreendida da seguinte maneira,

O território é a base de organização do SUAS, mas é necessário elucidar que o território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intra-urbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (BRASIL, 2008, p. 54).

Do mesmo modo, tal perspectiva leva em conta também a proximidade do cidadão em acessar os serviços da política de assistência social, o que de fato é um grande avanço. No entanto, esta não deve ser a única perspectiva a ser considerada, pois ao estabelecer um determinado serviço, não se deve apenas considerar a promoção do acesso, há que se fazer a leitura sobre as necessidades da população residente nos territórios.

A configuração de uma política pública, territorialmente articulada, não se restringe à imposição ou transposição de uma lógica política administrativa para os territórios, mas deve ser baseada no reconhecimento das capacidades coletivas dos territórios enquanto espaços de vida e vivência com características políticas, econômicas e culturais. (NASCIMENTO & MELAZZO, 2013, p. 85).

Nascimento e Melazzo (2013) assinalam ainda para a importância do CRAS nos territórios, salientando que, tal serviço pressupõe a descentralização, a busca e a superação da

fragmentação das ações, possibilitando inclusive a universalidade da cobertura. Os autores defendem que o CRAS representa uma mudança importante na oferta de serviços de modo territorializado, pois não oferece apenas ganhos para a gestão da política de assistência social, mas, sobretudo, para a população potencialmente beneficiária desta política.

Segundo as diretrizes da política, para além da dimensão do acesso, o território é também o terreno das políticas públicas, onde estão estabelecidas as manifestações da *questão social*, oportunizando a criação de espaços de tensionamentos e possibilidades de seu enfrentamento. No território “podem apresentar configurações muito distintas a depender do lugar/lugares onde se encontram, onde se concretizam como sujeitos coletivos de ações político-territoriais, onde se fazem realidade e onde acontecem como vida.” (KOGA & NAKANO, apud BRASIL, 2008 p. 53).

Assim, para conhecer a realidade do território, a perspectiva do trabalho social com famílias, propõe a identificação da situação vivida pelas famílias e a proposição das ações no âmbito do PAIF sejam voltadas para esta finalidade. “Espera-se que por meio das ações se desenvolva o protagonismo do usuário em todas as esferas de sua vida, contribuindo para que ele venha a ter uma participação social ativa e crítica, no âmbito dos serviços, nos territórios e nos movimentos de caráter sócio-político.” (BRASIL, 2016, p. 34).

Nesta direção, Santos (2006) considera que por meio da compreensão do conteúdo geográfico do cotidiano se possa, talvez, contribuir para uma teorização do conhecimento dessa relação entre espaço e movimentos sociais, calcados sobretudo, na materialidade, “esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam.” (SANTOS, 2006, p. 217). O autor acrescenta ainda que, tudo o que fazemos está permeado pelos objetos que nos cercam, em que tudo o que fazemos produz informação.

Assim, compreendendo a importância da materialidade nos modos de vida dos territórios, nos propomos a apresentar algumas características e particularidades que compõem os dois bairros de abrangência do CRAS, onde foi realizada a pesquisa, e sobretudo, onde residem as participantes do grupo. Tal apresentação se faz necessária, uma vez que ambos possuem características distintas que precisam ser consideradas, muito embora sejam vizinhos geograficamente.

Ao optar por um dos municípios da região metropolitana de Florianópolis, nos detivemos em uma região em específico, considerando que esta compõe o território de

abrangência do CRAS. Esta localidade, de acordo com Pereira (2003) foi habitada inicialmente por sociedades denominadas de sambaquiana e pelos grupos indígenas Itararé e Guarani, ao qual ainda é possível constatar a referência indígena na denominação de determinadas localidades da região.

Dallmann (2013) acrescenta que a ocupação desta região ocorreu,

Nos séculos XVIII e XIX, a agricultura e a pesca promoveram a subsistência da população remanescente da colonização açoriana, e ainda propiciou uma pequena produção de caráter mercantil que caracterizou a colonização. Já no século XX, a produção mercantil do litoral catarinense, com poucas exceções de nível maior, entrou em processo de estagnação econômica, e se desestruturou rapidamente. Isto provocou um fluxo das antigas áreas rurais em direção ao núcleo urbano da cidade. O chamado êxodo rural, característica do final do século XX (DALLMANN, 2013, p. 32).

Tal situação refletiu na ocupação da região, sobretudo, com o impacto da criação de um importante aeroporto e da implantação de uma área militar no ano de 1923. Segundo o mesmo autor, esses empreendimentos atraíram para as localidades vizinhas, a implantação de um comércio local, a ocupação da área e a demografia local. As pessoas atraídas pela possibilidade de empregos e acesso rápido ao centro da cidade, provocou a explosão da população do bairro onde hoje está localizada a sede do CRAS.

O Fluxo da população que veio das cidades do litoral catarinense e da região serrana, como Enseada do Brito, Palhoça, Garopaba, Lages, Fraiburgo entre outras, trouxe pessoas que pretendiam trabalhar na lavoura e, não encontrando emprego nesse setor, dedicando-se a outras áreas, como o comércio e o funcionalismo público (DALLMANN, 2013 p. 32).

A população deste bairro em específico, possui uma população estimada de 12.962 habitantes e 6 localidades em sua configuração<sup>15</sup>. Possui uma rodovia principal com 3 quilômetros de extensão e inúmeras outras pequenas ruas e servidões que cortam o bairro. Martins (2013) acrescenta que o bairro tem a proximidade com o mar, possui um manguezal e com isso observa-se ainda o extrativismo, onde há a presença de maricultores, pescadores e catadores de berbigão.

---

<sup>15</sup> Fonte: SMS referente a estimativa populacional IBGE – ano de referência 2015. [http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/idades\\_saude/populacao/uls\\_2015\\_index.php](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/idades_saude/populacao/uls_2015_index.php) e relatório de dados produzido pelo setor de Gestão do SUAS na Secretaria de Assistência Social do município com base no ano de 2018.

No trabalho cotidiano como equipe PAIF, observamos cotidianamente nas visitas domiciliares, reuniões e eventos fora do CRAS, melhorias em algumas ruas e alguns aparelhos públicos sendo construídos. No entanto, o crescimento desordenado não comporta a estrutura atual e tão pouco consegue atender adequadamente a população. Assim como observou Martins (2013), ainda é possível constatar ruas sem pavimentação, sem saneamento ou qualquer infraestrutura. Ruas estas que são estreitas, sem calçadas e apresentam ocupações irregulares e desordenadas. Algumas servidões, paralelas às ruas principais, são estreitas, o que dificulta o acesso a carros maiores como, por exemplo, os caminhões de coleta de lixo. Inclusive, há ocupações em regiões de mangues sem a presença de qualquer infraestrutura.

Quanto as áreas de lazer, há apenas dois anos foram construídos dois espaços para parques infantis, e uma academia para os adultos, que são os únicos na comunidade. A estrutura viária não comporta espaços para caminhadas e/ou ciclovias. No entanto, está em construção uma praça de esportes, uma escola e uma creche. Quanto aos aparelhos públicos, o bairro possui uma unidade de saúde, duas escolas estaduais, duas creches, um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), um CRAS, um conselho comunitário que ofertam alguns serviços, incluindo um grupo para idosos. O bairro conta ainda com um serviço da prefeitura para a manutenção e realização de obras. Quanto ao comércio local, este bairro possui empreendimentos de pequeno porte e havendo a necessidade de demais serviços ou produtos, a população se dirige ao centro da cidade.

Este bairro possui uma outra característica peculiar, existem inúmeras igrejas, das mais diferentes congregações, e observa-se que as evangélicas são em número maior neste território. As religiões de matriz africana estão em dezenas espalhadas pelo bairro, sem que se identifique num primeiro momento. Porém, no cotidiano com os usuários, temos conhecimento sobre alguns desses lugares, e inclusive tivemos uma aproximação com algumas entidades em um projeto de estágio em Psicologia.

Quanto ao bairro vizinho, este possui uma população estimada de 9.084 habitantes e 6 comunidades em sua configuração<sup>16</sup>. Este território foi incorporado ao serviço no ano de 2016, e que fica de certa maneira mais distante do CRAS. Por possuir uma extensão territorial bastante ampla, não foi possível ainda uma apropriação completa deste lugar. No entanto, mesmo com

---

<sup>16</sup> SMS referente à estimativa populacional IBGE – ano de referência 2015. Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/unidades\\_saude/populacao/uls\\_2015\\_index.php](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/unidades_saude/populacao/uls_2015_index.php) e Relatório de dados produzido pelo setor de Gestão do SUAS na Secretaria de Assistência Social do município com base no ano de 2018. Acesso em: 10 out. 2019.

equipe reduzida, os técnicos do PAIF, têm realizado mensalmente reuniões com a rede e acolhidas coletivas para novos usuários neste território.

Pereira (2003) afirma que o bairro é uma das localidades mais antigas no que se refere à ocupação humana do município, onde recebeu nos anos de 1748-1756 açorianos e madeirenses que se fixaram ao longo das encostas e junto à praia. A comunidade também recebeu um número significativo de africanos e afrodescendentes que serviram como mão-de-obra escravas nos engenhos de café e na pesca da baleia. A região também serviu de porto para o comércio local da época, “O mar era o caminho, ao mesmo tempo em que era o supridor de alimentos” (PEREIRA, 2003, p. 18). O autor refere ainda que há uma outra característica significativa no bairro, a herança deixada pelos colonizadores quanto ao conjunto arquitetônico de valor histórico e artístico. As casas em estilo colonial chamam atenção pela preservação e, também, pela vida pacata característica por ali. Caracterizando-se deste modo, como um bairro que explora o turismo como um importante recurso para o desenvolvimento econômico da localidade.

Com relação ao aspecto econômico, há três décadas seus moradores trabalhavam exclusivamente no centro da cidade, pois não havia oportunidades de trabalho e renda na comunidade. Com os primeiros passos dados nos anos 80, a atividade da maricultura hoje é uma grande economia para a região atraindo turistas que desejam experimentar o que se produz no mar da região. Tal é a importância desta atividade que o bairro é considerado um dos maiores fornecedores de moluscos cultivados em Santa Catarina e no Brasil. Com esta atividade econômica, é possível observar inúmeros restaurantes oferecendo moluscos e empregando pessoas da região, o que, por fim, fomentou também o turismo gastronômico no território.

Há algumas décadas o bairro se caracterizava por sua população nativa e costeira. No entanto, hoje, é possível também constatar a transformação e o crescimento do ramo imobiliário, pois podemos ver a presença de prédios e condomínios sendo construídos nos últimos anos. Dessa forma, observamos o crescimento populacional do bairro, atraindo pessoas de todo o país. O que era corriqueiro ao andar pelas ruas, pegar o transporte coletivo e conhecer todas as pessoas da comunidade, hoje já não é mais possível.

Quanto aos aparelhos públicos, o bairro conta com 3 unidades de saúde; 3 escolas; 3 creches; 3 associações comunitárias, onde são ofertadas atividades para a comunidade; associações esportivas que ofertam serviços e entretenimento; uma sede da prefeitura para a manutenção e realização de obras. Assim como no bairro vizinho, ainda não possui agências bancárias. Para este serviço e para outros, a única possibilidade é ir até o centro da cidade.

Pereira (2003) refere também que por ser uma comunidade tradicional, o catolicismo se tornou referência na região tendo sido trazida na época pelo governo lusitano. No entanto, com o crescimento e a migração da população, hoje é possível perceber outras congregações religiosas. Quanto às religiões de matriz africana, apenas uma casa de santo fica identificada no bairro. Porém, sabe-se que há a implantação de outras, ainda que não identificadas, haja vista o forte estigma que carrega uma comunidade açoriana tradicional, onde predomina a religião católica.

Quanto às áreas de lazer, não há uma praça de esportes, locais para caminhada, ou ciclovia. Os moradores arriscam-se diariamente na extensão da rodovia para essas atividades. Há a presença de alguns pequenos parques infantis e associações comunitárias que ofertam atividades e eventos esporádicos na comunidade.

### **Compreensões sobre a teoria sartreana de grupos.**

Construída com referências no materialismo histórico e na dialética, a teoria de Sartre sobre grupos fundamenta-se na práxis e na contradição entre tese e antítese, cuja síntese é provisória e inacabada. Para o autor, a dialética é o fundamento da história e do seu constante movimento, ao passo que os sujeitos a fazem, ao mesmo tempo em que são feitos por ela. Define que a dialética é a lei da totalização, que faz com que existem vários coletivos, várias sociedades, realidades que se impõem aos indivíduos, mas que ao mesmo tempo são tecidas por atos individuais.

Uma dialética materialista só tem sentido se estabelece no interior da história humana a primazia das condições materiais tais como a *práxis* dos homens situados as descobre e se submete a elas. Em poucas palavras, se existe algo como um materialismo dialético, isso deve ser um materialismo histórico, isto é, um materialismo de dentro: é uma só coisa fazê-lo e submeter-se a ele, vivê-lo e conhecê-lo. (SARTRE, 2002, p. 153).

Maheirie (2002), acrescenta que os sujeitos estão envolvidos num cenário de múltiplas singularidades que se entrecruzam, que realizam suas histórias e a dos outros, de modo que também é constituído desta realidade, em que sujeito é produto e produtor de maneira simultânea. “Fazendo-se na pluralidade do contexto, o sujeito, como singularidade humana, está tecido no mundo e caracterizado por uma situação específica. Nela ele se movimenta, se constrói e produz a história, à luz de um projeto” (MAHEIRIE, 2002, p. 35), fazendo, cotidianamente, a dialética entre o singular e o coletivo, entre o sujeito e o grupo.



Ao pensarmos nos aglomerados humanos, na perspectiva sartreana, podemos identificar grupos e séries. Assim, a série se constitui como uma simples reunião de indivíduos que se unem em torno de relações formais na cotidianidade, ou seja, é o simples agrupamento de sujeitos em atos cotidianos. Muito embora não haja reciprocidade entre sujeitos nesses atos, ainda assim, são experiências como essas que podem possibilitar o encontro de pessoas, fazendo surgir necessidades e objetivos em comum entre os sujeitos.

Podendo emergir da serialidade, o grupo em fusão é o momento de encontro entre sujeitos que buscam por meio da ação e do ajuntamento humano maneiras de alcançar objetivos a fim de vencer as dificuldades, escassez ou perigos comuns. A unidade prática do grupo é a sua existência, ou seja, o seu ato, sua ação, sua finalidade. Para Schneider (2011), ao se compreender a dialética da realidade humana, faz-se necessário compreender a função de mediação que o grupo exerce nos sujeitos concretos. “Pela mediação do grupo, o outro se torna um meio para me realizar, assim como eu a ele. Essa estrutura nova, da reciprocidade mediada, caracteriza-se pela experiência de compartilhar ações, pensamentos, sentimentos.” (SCHNEIDER, 2011, p. 156).

O momento de nascimento do grupo, chamado por Sartre de grupo em fusão, se manifesta por meio dos sujeitos que, ao se unirem, buscam na interdependência a busca de uma solução contra a falta, escassez ou necessidade. Como acrescenta Rubini (1999), cada um no grupo é o grupo, permitindo a possibilidade de mediador e mediado nesta experiência entre ele próprio e o grupo. Neste dado momento da experiência grupal, “ocorre a unificação das liberdades estabelecendo-se, deste modo, uma relação de reciprocidade.” (RUBINI, 1999, p 4).

A reciprocidade, importante conceito para compreender o “nós”, surge por meio das relações grupais, e podem ser melhor entendidas na concepção dos autores,

A reciprocidade, por sua vez, sendo uma relação humana fundamental, consiste no reconhecimento do Outro tanto como sujeito e práxis como também um meio para alcançar uma finalidade da qual eu também sou um meio. As relações humanas, como mediadoras da materialidade e mediadas por ela, se encontram no campo da reciprocidade, que é também a condição de possibilidade para qualquer agrupamento humano. (BETTONI, ANDRADE, 2002, p. 68).

Quanto ao “nós”, compreensão de que entre os indivíduos e o grupo existe um terceiro, há o estabelecimento de experiências ternárias, havendo, portanto, a mediação neste “entre”. Assim, todos os membros do grupo são terceiros nesta relação, todos são mediados e mediadores. “Ser-com-o outro é compartilhar projetos, dividir situações, tomar decisões

conjuntas. É o estabelecimento de uma transcendência comum e dirigida a um fim único – o projeto que somos em grupo.” (SCHNEIDER, 2011, p. 151).

No entanto, em um grupo em fusão, a experiência grupal estará sempre submetida ao retorno à serialidade, uma vez que isto pode ocorrer pela própria dispersão de seus membros. Com isto, há a necessidade de afirmação de compromissos, que se fundam a partir do consentimento de todos, e é assumido pelos seus integrantes. Esta afirmação se faz necessária contra a dispersão, a dissolução do grupo e seus possíveis dissidentes. Maheirie (2010) define que o compromisso se revela como um poder exercido, na forma das relações, de um com todos e de todos com cada um, garantindo, assim, a permanência de seus integrantes e tornando possível um grupo relativamente estabilizado.

Na ânsia por garantir a sua estabilização e seguir na direção em que pretende alcançar os seus objetivos, o grupo passa a definir as suas tarefas, funções e compromissos, assim vai sendo delineada a organização. Esta, por sua vez, é definida por Sartre (2002) como a ação interna pelo qual o grupo define suas estruturas, ao passo que o próprio grupo como atividade estruturada se exercita no campo prático sobre si próprio.

Tanto no grupo em fusão quanto na organização existe a permanente ameaça da dissolução do grupo, haja vista a dialética da materialidade e das relações humanas. Assim, a história dos grupos será sempre marcada pela constante tensão entre a serialidade e a totalidade.

Em um grupo organizado as necessidades ou perigos sentidos como comuns produzem objetivos em comum. Neste movimento, fundamenta-se outro tipo de relação, agora não mais voltada aos interesses individuais, mas sim voltada ao grupo organizado, pois há a necessidade de integração da práxis individual para uma práxis comum. Nesta perspectiva, o grupo busca permanentemente um modo de encontrar e lançar estratégias para o alcance de objetivos que o mantenham na direção de seu projeto. Tal projeto, caracteriza-se, sobretudo, pela unificação dos interesses, no qual se torna evidente não mais os interesses voltados apenas ao indivíduo, mas aqueles voltados ao comum naquilo que foi acordado, negociado e decidido como melhor para a manutenção do projeto do grupo.

A organização do grupo, por meio da distribuição e tarefas, demarca a interdependência entre seus membros. Esta integração torna as iniciativas individuais possíveis dentro do campo do comum. Assim, ao trabalhar na perspectiva da unificação de suas funções, no grupo trabalha-se na medida em que se organiza na perspectiva de integrar-se em torno do objetivo comum. Entretanto, espera-se que em um agrupamento humano possam surgir divergências e diferentes perspectivas sobre uma dada questão. No entanto, quando há um

grupo organizado, tais questões são equacionadas e negociadas a fim de manter o projeto, possibilitando, inclusive, manter-se enquanto grupo.

Por fim, ao trabalhar-se enquanto grupo constante e continuamente, o grupo organizado toma a si como objetivo. Assim, a criação será uma característica fundamental, uma vez que por meio de sua ação, perseguirá os objetivos que agora são do grupo. A divisão de tarefas e funções, características de um grupo organizado, não se define apenas por isto, mas, sobretudo, pela integração de seus membros nas suas distintas funções. O grupo necessita de uma organização e reorganização constante, pois é na direção do projeto do grupo que é investida a ação de seus membros.

### **Os caminhos da pesquisa e seus achados**

Este estudo se constituiu de uma pesquisa-intervenção que ocorreu com um grupo de mulheres usuárias de CRAS da região metropolitana de Florianópolis. O período da pesquisa se deu entre os meses de junho de 2017 a dezembro de 2018.

Durante este período, foram utilizados alguns recursos que pudessem melhor qualificar e expressar essa experiência grupal. Assim, este estudo valeu-se de documentos existentes no serviço, como: um livro de registro de atividades coletivas e a frequência de participantes dos encontros. Quanto aos instrumentos pensados para a pesquisa, foi realizado o registro em diário de campo, contendo o registro de quarenta e quatro encontros, assim como uma entrevista coletiva. Quanto a esta última, objeto de discussão deste artigo, ocorreu no mês de julho de 2018, no próprio espaço do CRAS.

As mulheres que participam desta pesquisa, pertencem a dois bairros que compõem o território do CRAS e possuem idades entre 32 anos e 77 anos. Por ser uma atividade coletiva realizada pelo serviço desde 2016, muitas usuárias passaram pela atividade. No entanto, vale registrar que 14 delas permaneceram até o encerramento da pesquisa, sendo que apenas 11 delas participaram da entrevista coletiva. Este grupo, que inicialmente tinha uma frequência quinzenal, foi modificando-se ao longo da pesquisa e, ao atender o desejo das usuárias, tornou-se um grupo semanal. Deste modo, o total de encontros realizados para a pesquisa perfaz um número total de 44.

Vale ressaltar que as usuárias participantes do grupo são encaminhadas prioritariamente pela equipe PAIF e são beneficiárias dos programas federais, como: do Programa Bolsa Família (BF); do Benefício de Prestação Continuada (BPC); com filhos

frequentando o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CCFV), bem como participam de atendimentos psicossociais promovidos pela equipe PAIF. De acordo com as características do território, algumas dessas mulheres são oriundas de outras cidades do estado de Santa Catarina, bem como de estados vizinhos.

Para a entrevista coletiva, no dia acordado, 11 mulheres estiveram presentes e todas concordaram em participar da gravação em áudio, assinando inclusive o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ressaltamos que esta atividade foi planejada e informada na semana anterior. Assim, as mulheres que participaram da entrevista, estavam cientes desta atividade. Quanto aos critérios de inclusão para a participação da entrevista coletiva, as usuárias deveriam ser frequentadoras do grupo de mulheres e aceitar os termos da pesquisa. Os critérios de exclusão referiam à usuária que não estivesse participando das atividades do grupo. Como naquele momento as 11 usuárias atendiam aos critérios, iniciamos a gravação em áudio, tendo um roteiro que guiava a nossa conversa. Quanto ao roteiro, foram pensadas questões norteadoras que tratavam da experiência na atividade grupal, do sentido que elas atribuíam à atividade, bem como à aspectos relacionados ao serviço CRAS.

Mesmo seguindo o roteiro, ao final da entrevista coletiva, foi proposto que as entrevistadas pudessem falar mais sobre os temas trazidos até o momento. Assim, foi possível que elas acrescentassem e tivessem a liberdade de falarem o que não foi perguntado, dando a possibilidade de trazer outros temas que fossem relevantes para elas naquele momento. Não havendo mais interesse por se manifestarem, foi finalizada a entrevista coletiva e nos dias que se seguiram deu-se início a transcrição na íntegra das falas.

A transcrição da entrevista ocorreu no segundo semestre de 2018 e a sistematização e análise das informações ocorreu no primeiro semestre de 2019. Para esta última, foi utilizado o *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). As referências sobre este *software* informático foram obtidas por meio dos autores Camargo e Justo (2013). Este sistema possibilitou a análise lexical, permitindo por meio da palavra, tanto a apresentação do texto nas formas quantitativa quanto qualitativa.

Quanto ao que chamaremos de *corpus*, que refere ao conjunto de textos produzidos pelos pesquisadores, foi preparado conforme orientações previstas pelo próprio programa<sup>17</sup>. Considerando a possibilidade de o sistema oferecer diferentes recursos de análise lexical, para este *corpus*, optou-se pela análise de Nuvem de Palavras e a Análise de Similitude, pois ambas

---

<sup>17</sup> Tutorial para uso do software IRAMUTEQ. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS/UFSC. Florianópolis, 21 de novembro de 2018.

iriam contribuir com o alcance dos objetivos da pesquisa, mais especificamente do objetivo que trata do sentido que as mulheres do grupo atribuem à sua participação na atividade.

Conceitualmente é importante destacar que análise da nuvem de palavras, nas considerações de Camargo e Justo (2013), é um recurso de análise lexical mais simples, no qual as palavras são agrupadas e organizadas em razão da sua frequência, dando destaque no centro do texto para as palavras com maior frequência, e um menor destaque para as que não tiveram tanta representatividade.

Quanto à análise de similitude e seus objetivos, os autores referem,

*A análise de similitude se baseia na teoria dos grafos, possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexão entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura de um *corpus* textual, distinguindo também as partes comuns e as especificidades em função das variáveis ilustrativas (descritivas) identificadas na análise (MARCHAND & RATINAUD, 2012, apud CAMARGO E JUSTO, 2013 p. 516).*

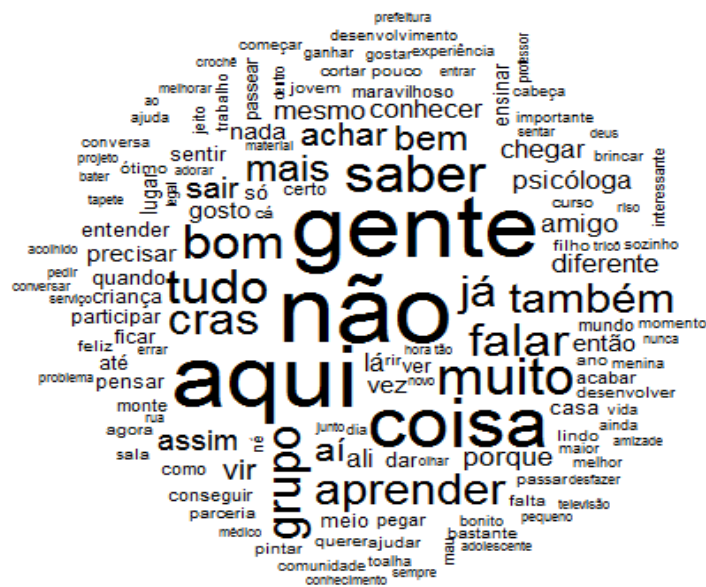
Destacamos ainda que, mesmo tendo utilizado essas duas análises informáticas, estas não foram apenas o único foco da análise da entrevista coletiva, pois Camargo e Justo (2014) apontam que a linguagem expressiva, em certa medida, não é capaz de tornar evidente algumas ideias e opiniões acerca de um objeto, às vezes por dificuldades de expressão ou por se tratar de tema fora dos padrões da sociedade. Para isto é fundamental o conhecimento dos pesquisadores sobre o seu tema de pesquisa, pois sem isso não há interpretação adequada dos dados.

Desta maneira, no caminho da escrita também serão apresentados trechos com as falas das participantes do grupo, pois faz-se necessário contextualizar o que o sistema apontou nos seus achados, juntamente com as experiências do campo.

## **Resultados e Discussão**

Primeiramente, nesta sessão apresentaremos as informações obtidas por meio da nuvem de palavras. Assim, na representação gráfica abaixo é possível visualizar e identificar as palavras chaves apresentadas em maior frequência no texto.

Figura 1. Nuvem de palavras referente ao corpus entrevista.

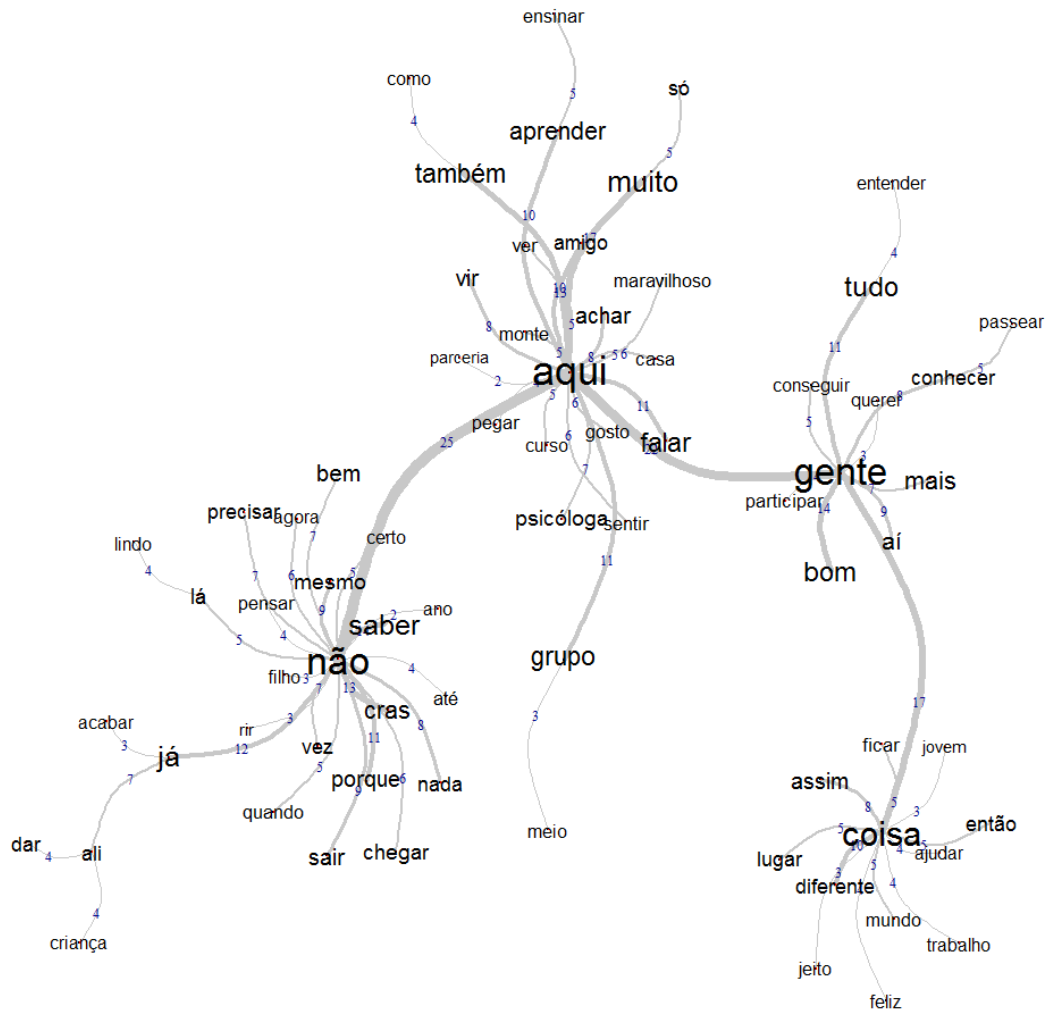


Fonte: Imagem gerada pelo *software* IRAMUTEQ.

Além da figura em forma de nuvem, a ferramenta utilizada permitiu outras informações referentes ao *corpus* entrevista. Assim, foi possível constatar que a totalidade do material verbal foi composto de 3565 ocorrências, com 796 palavras distintas, resultando, portanto, numa frequência média de 4,47 para as palavras citadas. Deste modo, na representação acima, no *corpus* da entrevista ficou evidenciada a palavra **não** como a mais frequente no vocabulário (n=73), seguida de **gente** (n=68); **aqui** (n=68); **coisa** (n=52); **muito** (n=37); **saber** (n=36); **tudo** (n=32); **bom** (n=32); **grupo** (n=31); **falar** (n=31); **já** (n=29); **aprender** (n=29) e **CRAS** (n=28). Importante destacar que, outras palavras apresentaram menor frequência e, portanto, não foram incluídas neste momento da análise.

Como mencionado anteriormente, para o *corpus* da entrevista, também foi realizada a Análise de Similitude. Tal análise permite complementar as informações obtidas com a análise da Nuvem de Palavras. Para tanto, segue a figura representada com o recurso da Análise de Similitude:

**Figura 2.**Análise de similitude referente ao corpus entrevista.



Fonte: Imagem gerada pelo *software* IRAMUTEQ.

Conforme é possível observar, a figura de representação gráfica escolhida para este estudo apresenta a identificação das coocorrências entre as palavras. As palavras centrais **não**, **coisa**, **gente** e **aqui**, tiveram preponderância e se relacionam com outras palavras mais expressivas no texto. Assim, as palavras selecionadas apresentaram maior frequência e possibilitaram fazer conexões que apresento a seguir:

No primeiro grupo de palavras apresentadas, o vocábulo **não** teve o seu destaque e se relaciona com palavras como **CRAS**, **saber**, **sair**, **precisar** e **nada**.

No entanto, há que se considerar que foi preponderante na entrevista o quanto que o vocábulo **não** está relacionado com o desconhecimento sobre o equipamento CRAS até a

chegada no grupo. As participantes pontuaram que as demais pessoas da comunidade também não o conhecem, faltando, inclusive, um maior esclarecimento e divulgação à população sobre o serviço.

A palavra **saber** também está relacionada com a desinformação sobre o CRAS, bem como se relaciona com as atividades de artesanato em que estão em constante aprendizado, justificando, portanto, o não saber. Relativa a conexão entre os vocábulos **não** e **saber**, uma fala nos aponta sua compreensão sobre a participação no grupo: *“Ninguém nasce sabendo, nós nunca devemos desistir, a gente tem que continuar, não entendeu, parar não vai a lugar nenhum, tem que continuar persistência entendeu, chegar aonde tu quer e o grupo vai ajudar isso”*.

A palavra **sair**, foi evidenciada no texto com a oportunidade de as participantes saírem de suas casas para estarem na atividade de grupo, como também o desejo por sair e conhecerem outros lugares na cidade por meio de passeios com este mesmo grupo. A fala de uma das usuárias exemplifica esta conexão: *“A gente também busca para ter amizade, para agente poder sair de casa. Eu mesmo que principalmente eu vim do centro, eu vivi a minha vida trancada em apartamento, não saía, não passeava, não via gente.”*. O vocábulo **precisar** relaciona-se no texto ao momento em que as participantes afirmam a necessidade deste grupo na comunidade: *“A gente tem mesmo que sair, fazer esse grupo, esse grupo aqui é muito bom, por que não tem um grupo de amigas, aqui não tem, por aí tem um monte de grupo, precisava desse grupo.”*. A palavra **nada** esteve vinculada ao fato de que as participantes buscam no grupo uma maneira de não pensar em nada e, com isto, se envolverem em uma atividade deixando as obrigações com a casa e famílias para outro momento. Novamente apareceu o desconhecimento sobre o CRAS e o não saber fazer nada, também relacionado ao aprendizado com o artesanato. Com relação aos vocábulos **não** e **nada**, extraímos do conjunto da entrevista a seguinte fala: *“não sabia fazer quase nada, as professoras são ótimas, a psicóloga também, e as amigas são muito queridas.”*.

Com o retorno ao material bruto da entrevista coletiva, fez-se a escolha por dar o destaque ao que foi preponderante, a vocábulo **não**, sobretudo, ao fato de estar relacionado com o desconhecimento sobre o CRAS. Muito embora este equipamento público esteja no território desde 2010, muitas mulheres acabaram conhecendo-o após a inserção no grupo de mulheres.

As orientações técnicas recomendam que sejam realizadas as acolhidas tanto particularizadas quanto as em grupo, a fim de apresentar serviços e benefícios disponível. Esta



estratégia possibilita que os usuários possam melhor qualificar a sua demanda a partir da identificação das possibilidades apresentadas pelo serviço. Nessa direção, a estratégia do acolhimento na forma coletiva foi implantada no CRAS pela equipe PAIF no ano de 2014. Nesses encontros semanais, de aproximadamente uma hora, são reunidas de oito a dez novas famílias para recebem orientações gerais sobre o CRAS e sobre os serviços disponíveis no território e no município. Há ainda a oportunidade de realizar tanto a escuta coletiva quanto individual de indivíduos e famílias, e estes momentos são, sobretudo, o início da relação destas com o CRAS, uma vez que outros atendimentos possam vir em sequência.

No entanto, ainda que esta iniciativa ocorra semanalmente há 5 anos, ainda se observa no cotidiano do trabalho o quanto é significativo este desconhecimento por parte da população. A equipe vem buscando alternativas para fazer essa divulgação, inclusive participando de ações comunitárias. Porém, no território que foi transferido ao CRAS em 2016, apenas neste ano de 2019 foi possível planejar ações de acolhida fora do CRAS, possibilitando, assim, uma maior divulgação do serviço neste território ainda desconhecido pelos profissionais do CRAS. Tal dificuldade ocorre, sobretudo, em razão dos deficitários recursos humanos tão rotineiro neste serviço.

Na entrevista, uma das participantes expressa muito bem em sua fala:

*Eu acho assim que, tem muitas coisas, muitas pessoas que não sabem que o CRAS oferece, como eu também não sabia o que tinha no CRAS. Falta, como se diz, falta uma propaganda, como se diz um esclarecimento para as pessoas saberem onde podem procurar algumas coisas.*

Em uma outra fala, uma delas diz que a partir do momento em que conheceu o CRAS, vem fazendo a divulgação, “*Eu agora eu sou uma repórter, passo para várias pessoas eu sento no ônibus vou conversando, aquela lá foi uma, essa daqui foi outra. Tem outras assim, vou passando. Mas eu não sabia que existia o CRAS.*”. Esta usuária que participou do acolhimento coletivo demonstra em sua fala que o caráter da acolhida em grupo possibilita não apenas o conhecimento do usuário e ou família sobre os serviços e benefício, o próprio usuário passa a ser um multiplicador dessas informações na comunidade. E isto é muito frequente ao observar no cotidiano usuários e famílias que chegam ao serviço pelo conhecimento de vizinhos e amigos.

Sobre esse desconhecimento do serviço há que se considerar dois aspectos importantes, um deles é a não divulgação por parte da mídia e do estado sobre o que o CRAS enquanto serviço público pode oferecer. Isso é expresso na fala da usuária *“Também não sabia essas coisas, porque a gente vive aqui perto, não sabe de nada o que significa o CRAS, agora tão falando na televisão que o CRAS é isso é aquilo, agora é que tão falando na televisão que antigamente não se fala nada.”*. A divulgação que a usuária se refere, dizia respeito ao conversor digital, que na ocasião existiam propagandas na televisão, jornais e rádio falando a respeito da distribuição pelo CRAS às famílias inscritas no CADÚNICO. Considerando o encerramento do sinal analógico, esta campanha foi também encerrada e não se teve mais a divulgação do serviço por meio da mídia.

Vale destacar que há uma diferenciação na divulgação estatal com relação a outras políticas públicas como, por exemplo, saúde e educação, ou seja, é possível verificar com maior frequência a divulgação de campanhas e ações a respeito de ambas as políticas, tanto propagandas governamentais, como na mídia de uma maneira em geral. Atualmente é possível afirmar que a divulgação do serviço no território está a cargo dos profissionais que ali trabalham, pois no momento não há campanhas institucionais sobre o CRAS ou qualquer outro serviço da política de Assistência Social sendo veiculada.

Chegamos aqui ao outro aspecto que é o desconhecimento do próprio profissional que inicia suas atividades no CRAS. Embora os cursos de graduação em Psicologia e Serviço Social venham a contemplar a temática “políticas públicas”, ainda é possível encontrar profissionais que, por escolha própria, seguiram outros caminhos na graduação e ao prestarem concursos públicos são lançadas na política de Assistência Social, o que dificulta sobremaneira a sua atuação e conseqüentemente a relação deste profissional com os usuários. Sicari, Oliveira e Pereira (2015) alertam para a necessidade de qualificação para estes profissionais com o objetivo de alcançar posturas mais críticas e reflexivas no tocante à formação. Alegam que por vez há a culpabilização dos usuários por sua condição de pobreza, não havendo uma reflexão sobre essa condição como produto das desigualdades sociais, ou seja, não basta apenas conhecer o sistema no qual trabalham, há que se compreender a necessidade de uma política pública de Assistência Social num contexto de capitalismo.

No segundo grupo de palavras apresentadas pela análise de similitude, a palavra **aqui** teve destaque e relaciona-se com palavras como: **grupo**, **falar**, **aprender**, **amigo** e **gosto**, e uma das falas exemplifica esta conexão: *“A gente, a gente quando chega aqui encontra as amigas,*

*uma passa a experiência para a outra, porque quem não sabe aprende com a amiga, quem não sabe aprende com a outra.”*

Quanto à palavra **grupo**, é possível verificar a forte relação com aspectos positivos relativos a esta atividade. Um outro aspecto com relação à palavra **grupo** surge quando relaciona o fato de que não há professores conduzindo a atividade, uma participante ensina para outra, criando assim uma rede de compartilhamento de saberes e trocas. Quanto à palavra **falar**, esta surge no próprio espaço proporcionado pelo grupo, onde há um lugar para desabafar e expor ideias. Quanto ao **aprender**, é destaque no texto quando as participantes informam o quanto aprendem uma com as outras e, de como outras pessoas da comunidade, incluindo jovens, também pudessem ter experiências de aprendizado no CRAS. Na palavra **amigo** e suas derivações (amigas/amizades) há fortes traços de que estão vinculadas a esta experiência grupal, em que é possível fazer novas amizades neste espaço, bem como a estarem satisfeitas na presença dessas amigas que o grupo proporcionou. A palavra **gosto** está vinculada ao fato de gostar de estar participando desta atividade.

No terceiro grupo de palavras, o vocábulo **gente** surgiu na relação entre as palavras **bom, tudo, conhecer, mais e lugar**. A fala de uma das participantes explicita esta coocorência: *“A gente pede ajuda, é um grupo muito participativo, esse grupo aqui para a gente. Por ser um grupo pequeno, porque também existem grupos maiores, mas o nosso grupo grupinho é bom, muito bom da gente ir participando.”*. Vale destacar que a maior parte das vezes em que esse vocábulo aparece refere-se à expressão “a gente”, que remete a “nós”, ou seja, ao grupo. O **bom** está relacionado no texto com os aspectos positivos de estar participando do grupo e estar com as amigas. Relatam ainda, a importância deste CRAS e de como seria bom que houvesse um em cada comunidade. A palavra **tudo** aparece no texto no que se refere ao grupo proporcionar o “tudo” como elas necessitam, ou seja, tendo psicóloga e assistente social e ainda se precisar de algo mais é orientado no espaço do grupo, quanto por outros serviços que o CRAS oferece. É mencionado o fato de não necessitarem fazer tudo certo no grupo, pois estão aprendendo e neste espaço não há cobranças. A palavra **conhecer** está relacionada com a possibilidade de conhecer coisas e lugares diferentes por meio do grupo e ao fato de ter novas amizades. A palavra **lugar** está presente quando se referem na maioria das falas correlacionadas aos lugares que gostariam de conhecer por meio do encontro do grupo. Relativo à palavra **mais**, esta aparece quando relatam aspectos positivos das experiências pessoais com o grupo e, também, se sentem mais à vontade neste espaço. Porém, referem que a sala está pequena demais para que possam desenvolver atividades e oficinas com mais pessoas que o CRAS pudesse

oferecer. O **mais** também está relacionado com o aprender e desenvolver melhor as técnicas, como é possível observar nesta fala: *“a gente troca experiência e aprende muito, eu estou aprendendo bastante e estou gostando. A professora dá muita atenção para a gente, muito bom, ela explica ensina tem paciência para a gente poder aprender, porque a cabeça da gente já está meia, mais é muito bom esse grupo.”*

No quarto grupo de palavras, o vocábulo **coisa** se relaciona com palavras como **diferente**, **mundo**, **lugar**, **ajudar** e **trabalho**. A palavra **diferente** está relacionada como apresentado acima, conectada com o aspecto de conhecer coisas, mais vinculada com o desenvolvimento de novas técnicas de artesanato e a palavra **lugares** também, em sua maioria, refere ao desejo por conhecer lugares diferentes por meio de passeios com o grupo, como exemplifica esta fala: *“Mas se você sai pode sair para outros lugares naquele horário também muda bastante, é uma coisa diferente, um passeio, conhecer coisas diferentes, acho legal também passear no shopping todo mundo lá, fazer um lanche, olhar umas lojas.”* O vocábulo **mundo** surge como uma ideia de agrupamento, de totalidade das pessoas que compõem este espaço de convívio. **Ajudar** está associada de fato com o auxílio que este espaço possibilita à troca entre as participantes, bem como esta experiência permite a ajuda no ponto de vista individual, como é possível verificar nesta fala: *“Uma outra também me ensina umas coisas, bem feliz eu estou. Foi eu que falei também para ela, a gente tem que ajudar um ao outro.”* O CRAS também é mencionado com este local da ajuda. Quanto à palavra **trabalho**, está relacionada às atividades manuais de artesanato, bem como ofertar cursos para jovens no CRAS para que possam estar preparados para o mercado de trabalho.

Para os três últimos grupos de palavras, há um destaque importante a ser feito nos resultados, é a palavra **grupo** e outras expressões ligadas a ela. Na entrevista, as falas referem o espaço do grupo como um momento em que as participantes têm a oportunidade de saírem de casa, e ali no espaço grupal podem se concentrar com outras atividades que não os afazeres domésticos, como por exemplo:

*Eu vou falar, eu estou aqui há 4 semanas né, eu já vi uma diferença eu vindo para cá, a gente realmente se sente acolhida né, é que a gente já sai de casa com a cabeça cheia, e chega aqui a gente esquece ou tem outra pessoa que tem uns problemas maiores do que a gente então aqui no grupo eu me senti acolhida é isso o que eu tenho para falar.*

“Acolhida”, termo apresentado pela política (BRASIL, 2012b), que significa um modo de relacionar-se com os usuários que acessam o serviço. A acolhida é, portanto, o contato inicial da família com o PAIF, podendo ser o primeiro contato das famílias e usuários com o

SUAS. É neste momento que o profissional busca reconhecer o significado das demandas, das vulnerabilidades e das necessidades apresentadas pelas famílias, bem como identificar recursos e potencialidades, e como tais possibilidades se relacionam e ganham significado num contexto social mais amplo.

No processo de acolhida, há que se considerar os aspectos acima, mas sobretudo, a capacidade de percepção de quem acolhe, “são condições básicas para que o saber profissional seja colocado à disposição da família, auxiliando-a na construção do conhecimento sobre sua realidade e, conseqüentemente, no seu fortalecimento.” (BRASIL, 2012b, p. 17).

Como pode ser visto na transcrição da fala da usuária e, também, em outras falas na entrevista, que elas apontam para a sobrecarga que a mulher exerce em sua vida diária. Com isto, ocorre em pensar no aspecto da mulher trabalhadora, que é beneficiária de programas sociais e no quanto é exigido delas o desempenho de inúmeras funções. Mariano e Carloto (2009) afirmam que ações com o Bolsa Família reforçam o lugar social que é destinado às mulheres quanto ao cuidado, à família, à reprodução e ao privado. Muito embora, o programa venha a possibilitar o acesso à bens, por meio da transferência de renda, as autoras apontam que temos que questionar o peso de categorias como gênero e raça interferem de fato na autonomia das mulheres.

A mesma usuária comenta:

*Aqui também uma das coisas que me chamou atenção foi quando a psicóloga falou que aqui a gente podia errar, né, que não podia fazer tudo certinho, que a gente não é profissional, que a gente podia vir aqui no curso e também errar, fazer e desfazer, que a vida toda cobram muito da gente né. Fazer tudo certo porque tá sendo pago para fazer, então, aqui a gente teve o direito de fazer e desfazer né do que a gente não conseguiu fazer né. Então a gente se sente mais à vontade por causa disso a gente pode errar e pode desfazer e fazer novamente.*

Esta fala vem a corroborar com esse peso que a mulher acaba por exercer em razão de exigências sociais. Com isto, identificando que o tema da sobrecarga da mulher é recorrente nos encontros, foram realizadas várias rodas de conversas durante o período da pesquisa sobre temas relacionados à condição da mulher na contemporaneidade. A intensão, portanto, sempre foi provocar inquietações, promover a reflexão e propor um movimento diferente dessas mulheres frente a questões do ser mulher no cotidiano do território.

Um outro aspecto a ser destacado nos resultados refere ao fato de que em boa parte, na trajetória do grupo, as atividades de artesanato foram conduzidas pelas próprias

participantes. Assim, há o destaque para as expressões que apontam as trocas de saberes, os aprendizados e ajuda entre elas. Em uma das falas isto é reforçado,

*Cada uma que tá aqui no grupo sabe alguma coisa uma ensina o outra, todo mundo tá aqui para aprender, então assim, eu sei crochê, a outra sabe tricô, cada uma sabe alguma coisa, todo mundo tem um objetivo, então todas aprendem, todas são bem dedicadas, querem aprender, e que sabe tá sempre disposta a ensinar, então não é só uma que ensina, são várias, então o grupo vai melhorando cada vez mais.*

Maia (2017), em uma experiência com mulheres e artesanato em um CRAS de São Paulo, refere que ao final dos encontros normalmente são de satisfação e os profissionais percebem o quanto a atividade é potente em construir a capacidade criativa das mulheres. Por vez percebe a insegurança, mas o grupo é um espaço propício para compartilharem esses sentimentos e proporcionar possibilidades da vivência de novas experiências ou aprendizagens. Nas considerações de Maheirie (2003), o processo de criação é uma articulação temporal realizada pela subjetividade, numa condição afetiva, que visa a transformar a objetividade numa outra objetividade, demarcando sempre a marca da subjetividade. Assim, o grupo é a unificação destas experiências subjetivas individuais, que no encontro com outras, encontram meios para estabelecerem um projeto comum, e o artesanato, portanto, foi a mediação para este encontro.

No entanto, vale destacar que o grupo vai além do aprendizado e das trocas, como é possível verificar em uma das falas:

*É um meio de se comunicar com as pessoas. Ter conhecimento, participar das coisas, né aí é um meio assim de pessoa ver coisas diferentes, conhecer coisas diferentes né, e tudo que vocês falaram aqui é muito interessante isso aí por causa que as pessoas aprendem e a Psicóloga analisa né, é muito interessante isso, aí as pessoas aprendem a conviver um com o outro, amar uns aos outros, entendesse, sentir uns aos outros, entendeu. É um meio de que tudo que vocês estiverem precisando tem a Psicóloga e tem a Assistente social né, tudo no grupo, entendeu é um meio, é um grupo de união, é o que eu penso né. É bem interessante essa parte aí, tudo o que vocês precisar, tem a psicóloga, não adianta a pessoa querer fugir, eu já tive problema tá, tive problemas, graças ao grupo eu tô bem melhor, a minha vida tá bem melhor, consegui coisas boas, entendeu, então é tudo uma análise e é bem bom a gente estar unidos, porque a pessoa sozinha é ruim, a gente tem que se abrir, aos pouquinhos, não precisa totalmente, mas falar mais.*

Abordando um aspecto nesta fala, muito embora ela contemple uma diversidade de temas que poderiam ser desdobrados aqui, vamos considerar o que a usuária refere sobre a participação da equipe PAIF nos encontros do grupo. Desde a formação do grupo em 2016, a proposta foi de que os membros da equipe PAIF sempre participassem de todas as atividades do grupo, pois entendíamos que para formarmos o vínculo com elas, tínhamos que ir além do lugar de especialistas que nos é colocado socialmente, e isto não foi diferente durante o tempo

da pesquisa. Nos encontros, mediávamos os debates nas rodas de conversa, planejávamos a participação de convidados, organizávamos nossas atividades como grupo, fazíamos passeios e aprendíamos com elas as mais variadas técnicas de artesanato. Em uma das falas, a usuária exemplifica isto, *“a psicóloga é uma pessoa que gosta de participar do grupo e a gente fica feliz com isso.”*. Assim, é possível referir que troca de saberes não é apenas entre usuárias, os profissionais adotam essa postura de aprendizado na relação com as participantes. Souza (2018) afirma que os profissionais devem estar abertos para conhecer junto com os usuários sua comunidade. *“Esse é um posicionamento ético e político que olha para essas pessoas de forma apreciativa, legitimando de seus saberes, empoderada de possibilidades de criar ações de transformação social, com histórias de enfrentamento a serem compartilhadas e valorizadas.”* (SOUZA, 2018, p. 233).

Nessa direção, a perspectiva dialética esteve presente durante todo tempo da pesquisa. O método dialético permitiu a viabilização de uma construção coletiva deste fazer, em que a mediação do profissional da psicologia foi o de valorizar os possíveis que o caminhar dos encontros foi apontando. As atividades do grupo promovem o encontro dessas mulheres com a história delas, com a história das outras, ganhando um sentido enquanto “nós”, ou seja, na capacidade de o grupo unificar essas experiências na direção de algo desejado por elas.

O modo de mediação que se estabeleceu foi fundamental para a formação de um grupo organizado, uma vez que todas as atividades foram definidas em conjunto. Buscamos dar ênfase à horizontalidade da relação com estas mulheres e não sermos apenas pesquisadores, observadores ou especialistas, atuávamos juntos na direção de novos possíveis, pois *“a necessidade do grupo não é dada a priori em qualquer ajuntamento”* (SARTRE, 2002, p. 447). No grupo a lógica do inacabado, do recomeçar é constante, não há síntese, não há algo que se esgote, é um sempre recomeçar fundado na ação. Como exemplo, podemos citar que o grupo decidiu sobre a sua continuidade, mesmo sem ter oficinairos, e foram as usuárias que tiveram a ideia de vender os produtos e fazer rifas para arrecadar dinheiro para a compra de aviamentos para a continuidade das atividades. Como grupo organizado, as mulheres decidiram dividir tarefas, encontrar alternativas materiais possíveis para continuar. O grupo não existiria mais se não fosse pela ação dessas mulheres, pois há o desejo comum pela manutenção desta experiência grupal. *“O grupo organizado, ao mesmo tempo em que atua no contexto, interrompe sua atuação por alguns momentos para pensar sobre si mesmo, sobre o seu projeto*

e sobre as estratégias que utiliza e utilizará no futuro, visando atingi-lo.” (MAHEIRIE, 2010, p. 268).

Quanto à presença do psicólogo na condução dos encontros e a perspectiva da horizontalidade, concordamos com Souza (2018) quando a autora refere que quando o psicólogo pensa sozinho como “especialista” encontra-se só e sem recursos. No entanto, quando ele conta com o usuário para ensinar o que é melhor para ele, está rodeado de possibilidades de ação para transformação social. “Portanto, a adesão como fruto de uma boa construção do contexto conversacional é como fruto do posicionamento da (o) usuária (o) não como alguém que deve ser orientado, mas como alguém que caminha conosco.” (SOUZA, p. 233). A autora refere que a corresponsabilização só é possível ao estarmos dispostos a olhar o outro como alguém capaz de responder aos seus próprios dilemas. Vale ressaltar que não fazemos aqui a defesa apenas do profissional da Psicologia, este modo de relação deve se estender a todos os profissionais que trabalham no CRAS, pois é imperativo viabilizar e valorizar a interdisciplinaridade das ações do PAIF.

Ao compreender que não sabemos tudo sobre o nosso usuário, nos abrimos para construção coletiva, e foi isto que ocorreu com o grupo pesquisado. Relembrando que quando iniciamos eramos sempre questionadas: “o que vamos fazer hoje?” Ou até mesmo “a gente pode fazer o que a gente quiser aqui?”. Nestes momentos, acabávamos por fazer a mesma devolutiva, justificando que no espaço do grupo podíamos fazer o que quiséssemos, o que fosse bom para o grupo, e, sobretudo, pensando em uma ação que fosse pertinente ao projeto do grupo.

É importante destacar que, por ser um grupo dentro de uma instituição pública, pressupõe-se metas e o retorno das ações para a população, temas para as rodas de conversa e possíveis convidados, esses foram sempre negociados, de modo que o espaço do grupo privilegiasse tanto o desejo delas quanto o da equipe. Acrescentamos que tal estratégia não foi um impeditivo, muito ao contrário, as usuárias passaram a entender que não se tratava de um grupo de mulheres que fazem artesanato, como já existiu na comunidade. Fomos consolidando os encontros como um espaço de trocas de informações; de saberes; de aprendizados e de vidas.

Na entrevista foi possível verificar também que há o gosto em participar das atividades, e que a partir dos encontros foi possível fazer novas amigas. Uma das usuárias relatou que *estava precisando de uma atividade assim na comunidade*. Tal fala remete para a importância do outro, da sua condição fundamental de mediação entre eu e eu mesmo, uma vez que este outro não é uma imagem que tenho dele, ele está na minha experiência concreta no mundo. “Uma vez que o outro é tal como me aparece e meu ser depende dele, o modo como



apareço a mim mesmo – ou seja, o momento do desenvolvimento de minha consciência de mim – depende do modo como o outro se me aparece” (SARTRE, 1998, p. 307).

Deste modo, a experiência grupal possibilitou modos de mediação dessas mulheres do território, pois havendo residentes de quatro comunidades e vinda de várias regiões do estado, e fora dele, esta atividade potencializou um aspecto importante preconizado pela política de assistência social, o fortalecimento de vínculos. A fala de uma das participantes explicita isto, “*Amigas que a gente não conhecia agora conhece, amigas de longe e de perto, foi muito maravilhoso conhecer vocês, o pessoal todo aí né.*”. De fato, foi observado no primeiro semestre de 2017 que um determinado número de mulheres vinha aos encontros com regularidade e opinavam sobre o que gostavam de fazer e o que poderia ser feito com os poucos recursos que sobraram das oficinas de 2016. Naquele ano, a equipe PAIF foi constatando que havia um grupo se formando ali, pois eram sempre as mesmas 8 usuárias. As amigas foram se constituindo durante esses anos e possibilitando o fortalecimento das relações entre elas e o fortalecimento desta experiência como um grupo organizado.

A perspectiva da acolhida e da horizontalidade das relações sempre foram uma prioridade para equipe PAIF, o que não foi diferente na condução da pesquisa intervenção. O método dialético que sempre foi o que deu fundamento em direção à construção de uma práxis comum, unificou os desejos e possibilitou o “nós”. “O “nós” que está presente neste tipo de grupo, é totalmente prático e não substancial.” (MAHEIRIE, 2010, p. 267). Assim, ao permitirmos que as mulheres decidissem sobre os rumos dos encontros, permitimos um maior interesse delas por esta atividade.

Ao buscar os registros no serviço, foi possível constatar que houve de fato um aumento de usuárias que se interessaram pela atividade do grupo de mulheres. No início dos encontros em 2016, a média de participantes foi de 4 usuárias por encontro e ao final da pesquisa, em 2018, a média por encontro foi de 10 participantes. Lembrando ainda que, a equipe PAIF gerencia uma lista de espera para a inserção de novas usuárias, assim, quando houver desistências, há a abertura de novas vagas. Isso também foi acordado com o grupo, pois nele há um limite de 15 inscrições.

De fato, no grupo pesquisado alcançamos a dimensão de um grupo organizado, nele foi possível reconhecer a mediação, a reciprocidade e a capacidade de agir de acordo com objetivos e finalidades comuns ao grupo. Este grupo estruturou-se, organizou-se, planejou-se e dividiu tarefas para a sua permanência e manutenção.

No entanto, o grupo luta constantemente contra a sua extinção, uma vez que por estar dentro de uma instituição pública a ausência de recursos é sempre constante e com isto há dificuldade de compra de materiais atrativos para as atividades. Também podemos considerar a possibilidade das participantes não se interessarem mais por esta atividade grupal.

Porém, isto ainda não ocorreu, uma vez que se observa o engajamento e o desejo pela continuidade, essas mulheres continuam reunidas e envolvidas. Mesmo durante o afastamento da profissional responsável por este projeto no CRAS, as mulheres mantiveram as atividades por 4 meses, recebendo inclusive o apoio de outros profissionais da equipe PAIF. Recentemente foi feito o planejamento para o segundo semestre de 2019, que incluem passeios, rifas e rodas de conversas. Este grupo que alcançou a condição de grupo em fusão no ano de 2017, mantém-se como um grupo organizado até os dias de hoje.

### **Considerações finais**

A política de Assistência Social apresenta aspectos preponderantes dentro de uma agenda neoliberal atual. Por meio do estabelecimento de tal política foi possível promover a garantia de alguns direitos sociais para a população. No entanto, o momento atual brasileiro aponta para a destruição de políticas públicas já estabelecidas e consolidadas há décadas. Com isto, a ameaça de uma mudança é um temor para os trabalhadores que experimentam diariamente o enfraquecimento da política de assistência Social. Digo isto, pois a extinção de ministérios, os cortes em políticas e serviços públicos consolidados, o contingenciamento do orçamento público, entre outros, tornou o projeto do governo atual.

Ainda que não ocorra a extinção dos preceitos da política, vale o investimento em práticas grupais e coletivas que abordem também o momento vivido hoje e que impacta sobremaneira a vida de todas as populações que lutam pela sobrevivência diariamente em nosso país. Pois, como já mencionado, o individual e o social estão intimamente relacionados e são a mediação do sujeito concreto no mundo. Assim, como os sujeitos são produto da história, o movimento da história também é feito pelo movimento dos sujeitos no mundo. Há que se considerar as possibilidades que uma práxis comum possa vir a ter.

A concepção da dialética de grupos sartreana é uma aposta para a direção de atividades coletivas e grupais nos CRAS. Muito embora, os cadernos de orientações técnicas definam as oficinas em um tempo de duração, há que se avaliar o movimento desses grupos a fim de

perpetuar iniciativas potentes que possam vir a ter outros contornos diferente do que foi previsto. Assim, o movimento constante e processual de um grupo deve ser considerado, uma vez que o inacabamento pode lhe proporcionar outros rumos. Deste modo, a equipe PAIF deve estar aberta ao avaliar esses movimentos, sobretudo, ao estar junto com os usuários participantes definindo os contornos e desejos que as ações venham a possibilitar.

Por fim, as ações coletivas e grupais cumprem não apenas uma possibilidade de inserir os sujeitos em práticas coletivas dentro do CRAS. Essas ações podem ir para além do que possamos definir enquanto equipe técnica, pois há que se estar preparado para o inesperado e para as novas possibilidades que uma atividade grupal possa configurar. Sobretudo, ao dar destaque às configurações que os territórios possam vir a ter, pois neste estudo, consideramos que a inexistência de espaços que privilegiem a convivência em comunidade, como praças, parques e áreas de lazer, permitiu que o CRAS fosse esse elo de integração entre as mulheres.

Há que se considerar um outro aspecto sobre o povoamento da região, uma vez que, sendo a população oriunda das mais diferentes cidades do país, existe a necessidade de criar espaços de encontros entre a população e o território. Isso, de fato, é uma aposta para as equipes e, sobretudo, na efetivação de propostas que vão ao encontro do fortalecimento de vínculos preconizados pela política nacional de assistência social.

## Referências

BRASIL. **Política nacional de assistência social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

BRASIL. **CapacitaSuas SUAS: configurando os eixos de mudança.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1.

BRASIL. **Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009.

BRASIL. **Orientações Técnicas: O trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social., Vol. 2. 1ª Edição. Brasília, 2012b.

BRASIL. **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2016.

BETTONI, R. A. ANDRADE, M. J. N. **A formação dos grupos sociais em Sartre.** Revista Eletrônica UFSJ Metavóia. São João del-Rei. N. 4, p. 67-75, jul, 2002.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: **Um software gratuito para análise de dados textuais.** *Temas em Psicologia*, 21 (2), 513-518, 2013.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Estudos qualitativos e o uso de software para análises lexicais.** Caderno de artigos: X SIAT & II SERPRO, 2014: Duque de Caxias, RJ.

DALLMANN, J. M. A. **O Mal-estar que sinto: A medicalização do sofrimento em camadas populares.** Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2013.

MAIA, A. M. **O atendimento em grupo operativo no CRAS: relato de uma experiência.** VÍNCULO – Revista do NESME, 2017, V. 14. N. 1.

MAHEIRIE, K. **Constituição do sujeito, subjetividade e identidade.** Interações • vol. VII, nº 13, p. 31-44, jan-jun. 2002.

MAHEIRIE, K. **O processo de criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky.** *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n. 2, p. 147-153, 2003.

MAHEIRIE, K. **O músico, os processos de exclusão e relações grupais no trabalho acústico.** In Kátia, Barbosa, Macêdo. Org. O trabalho de quem faz arte e diverte os outros. Editora PUC Goiás, 2010.

MARIANO, S. A., CARLOTO, C. M. **Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. Estudos feministas.** Florianópolis, 17(3): 901-908, setembro-dezembro, 2009.

MARTINS, K. L. **As condições de vida e de trabalho dos catadores de lixo reciclável do bairro Tapera em Florianópolis.** Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2013.

NASCIMENTO, P. F. MELAZZO, E. S. **Território: conceito estratégico na assistência social.** Serviço Social Revista. Londrina, Paraná. 16 (1) 66-88, 2013.

PEREIRA, R. N. **O patrimônio cultural do Ribeirão da Ilha: lugar de múltiplas memórias.** Trabalho de conclusão ao curso de história na Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

RUBINI, C. **Dialética dos grupos: contribuições de Sartre à compreensão dos grupos.** Revista Brasileira de Psicodrama, vol. 7; n. 2 – ano 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª edição. Editora USP, 2006.

SARTRE, J. P. **O ser e o nada: ensaio de fenomenologia ontológica.** 1998. 6ª ed. Editora vozes.

SARTRE, J. P. **Crítica da razão dialética.** Ed. DP&A. Rio de Janeiro, 2002.

SCHNEIDER, D.R. **Sartre a Psicologia Clínica.** Florianópolis. Editora da UFSC, 2011.

SICARI, A. A. OLIVEIRA, T. R. PEREIRA, E. R. **Grupos de discussão no CRAS: problematizando a pobreza e seus desdobramentos.** Revista da SPAGESP, 16(2), 88-101, 2015.

SOUZA, L. V. **Contribuições construcionistas sociais para o trabalho com grupos na proteção social básica.** In: Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas. 1ª edição. São Paulo, Instituto de Psicologia, 2018.

SUSIN, L. POLI, M. C. **O singular na assistência social: do usuário ao sujeito.** In: O psicólogo e as políticas públicas de assistência social. Cruz e Guareschi. Editora vozes, 2012.

YAMAMOTO, O. H. OLIVEIRA, I. F. **Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 anos.** Psicologia: Teoria e Pesquisa; edição especial, vol. 26, p. 9-24, 2010.

## 5 ARTIGO 2 – ENCONTRO DE MULHERES EM UM CRAS: UMA EXPERIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO GRUPAL

**Resumo:** Este estudo é resultado de uma pesquisa-intervenção realizada com um grupo de mulheres que participa de uma atividade regular em um CRAS da região metropolitana de Florianópolis – SC. O objetivo central da discussão foi apresentar o diário de campo produzido durante o período da pesquisa, que compreendeu entre os meses de junho de 2017 a dezembro de 2018. As informações contidas no diário de campo foram sistematizadas com o a utilização do software IRAMUTEQ que permitiu a identificação das categorias de análise do estudo. Dentre as possibilidades de análises lexicais disponível no sistema, optou-se pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD), pela qual foi possível a distinção de quatro classes que foram objeto de discussão. Quanto ao referencial teórico utilizou-se a teoria de grupos apresentada por Jean Paul Sartre. Assim, nos resultados, a classe 2 denominada *o serviço*, fez-se a problematização da gestão e do acesso aos usuários do CRAS enquanto serviço territorializado da política de assistência social. A problemática da precarização das políticas públicas na atualidade, interferem na efetivação dos preceitos da política de assistência e impactam sobre a vida de trabalhadores e usuários. A classe 4 apresenta a discussão sobre a utilização do artesanato como mediador dos encontros do grupo, pois para além da sua utilização como um atrativo, ele possibilita a criação, o compartilhamento e troca de saberes entre participantes. As classes 1 e 3, denominadas *encontros* e *afetos*, foram apresentadas juntas, considerando a proximidade dos temas gerados. Assim, apresentou-se elementos de como a experiência grupal permitiu o estabelecimento do “nós” e da importância do outro e do grupo como mediador no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A partir do resgate de trechos do diário de campo foi possível ilustrar a passagem de importantes intervenções e reflexões que foram feitas ao longo do estudo. Assim, é possível afirmar que a teoria de grupos proposta por Sartre, permitiu a compreensão da biografia deste grupo existente no CRAS.

**Palavras-Chave:** Política de assistência social 1. Grupos 2. CRAS 3. Diário de campo 4.

## Introdução

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa-intervenção realizada com um grupo de mulheres que frequenta um CRAS na região metropolitana de Florianópolis. Por meio do diário de campo, buscou-se trazer as considerações do caminho percorrido com este grupo, sobretudo, considerando o fato de que se traz as impressões de uma experiência de campo, na pesquisa e atuação profissional.

A trajetória da política social brasileira fez um longo caminho até ser consolidada como um direito social. De fato, o pilar da seguridade social se deu a partir da Constituição de 1988, a qual possibilitou que avanços fossem possíveis, buscando romper inclusive com o caráter assistencialista e clientelista históricos. Muito embora, nas considerações de Couto (apud Yazbek, 2004), este caráter assistencialista e filantrópico ainda é parte dos desafios a serem enfrentados, pois décadas de clientelismo marcaram uma cultura tuteladora em que nada tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários da assistência social brasileira.

No entanto, com o estabelecimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)<sup>18</sup> é possível reconhecer um novo modo de gestão na oferta dos serviços socioassistenciais oferecidos à população. Tal modelo de gestão, que está ancorado no território, permite o atendimento às famílias e indivíduos, aos serviços, programas e projetos na forma da proteção social.

Há que se destacar que, embora saibamos das contradições presentes em termos uma política pública de assistência social dentro de um sistema econômico como o capitalismo, é relevante fazer a defesa de uma importante conquista para os milhões de pobres e miseráveis deste país. Em sua história, o Brasil é marcado por desigualdades sociais, entre tantas barreiras, há inclusive a dificuldade de acesso às políticas públicas e a direitos previstos por elas.

Com o estabelecimento da política em 2004, a configuração de diversos serviços em âmbito nacional possibilitou o atendimento à população não sobre a forma de benesse ou caridade, mas sim por meio da garantia de direitos sociais.

Desde 2004, alguns marcos normativos e metodológicos foram lançados pelo hoje extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tais documentos, tiveram e

---

<sup>18</sup> BRASIL. **Política nacional de assistência social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

ainda têm sua relevância, uma vez que buscam organizar em todo território nacional os serviços previstos pela política de assistência social. Ao definir seus conteúdos, objetivos, público e outros tantos aspectos, buscam sobretudo, orientar gestores e trabalhadores das políticas de assistência social quanto à execução desses serviços dentro de um grande sistema de proteção social.

A proteção social da assistência social está dividida, portanto, entre proteção social especial e a proteção social básica. A proteção especial, que se destina à família e aos indivíduos quando há eminência ou já ocorreu a violação de direitos, buscando inclusive, atuar e garantir o caráter protetivo a indivíduos e famílias. Esta proteção divide-se ainda em média e alta complexidade, nas quais possuem especificidades que, apesar de sua relevância, não nos deteremos na discussão sobre esses serviços, uma vez que não são objetos de discussão deste estudo.

Todavia, nosso foco de atenção é proteção social básica, mas especificamente o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Para tanto, seguiremos adiante com algumas considerações sobre as motivações em realizar uma pesquisa neste serviço, mais especificamente a partir de uma experiência com um grupo de mulheres.

Nos termos da PNAS (2004), a proteção social básica tem por objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Quanto ao seu público, destina-se às pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, decorrente da ausência ou de precária renda, e da fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social. Quanto aos serviços previstos, estes compreendidos em âmbito local, onde a oferta de serviço, programas e projetos, buscam o acolhimento, a convivência e a socialização de famílias e indivíduos no território em que as pessoas vivem. Tais serviços da proteção social também devem estar articulados com outros serviços de outras políticas também presentes no território, buscando a ruptura com o atendimento segmentado e descontextualizadas das situações de vulnerabilidade sociais vividas.

Recorremos à Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, de 2009, uma vez que este documento fundamenta a forma e a natureza de todos os serviços a serem disponibilizados em âmbito nacional à população. Quanto aos serviços tipificados e previstos para a proteção social básica, estão: os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que podem ser oferecidos para crianças, adolescentes, adultos e idosos; o Serviço de



Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas; e o equipamento CRAS, onde é disponibilizado o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF.

O CRAS, equipamento que por definição deve ser público e estatal, é a “porta de entrada” para os serviços da proteção social básica e destina-se a ser referência no território para a população acessar os serviços da assistência social. Este equipamento pressupõe a execução do PAIF, sendo este a sua principal oferta, uma vez que este serviço é o responsável pela articulação com o território, com outras políticas e, sobretudo, pela oferta à população de ações relativas à acolhida de famílias e usuários, ofertas de grupos e coletivos, oferta de ações comunitárias e inúmeros encaminhamentos a outras políticas e a benefícios socioassistenciais. Portanto,

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (BRASIL, 2009, p. 12).

Cabe ao PAIF, também, respeitar a heterogeneidade dos arranjos familiares, o fortalecimento da cultura do diálogo e o combate às formas de violência, preconceito e discriminação, e de estigmatização nas relações familiares, bem como o enfretamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas por toda a família, contribuindo para a proteção integral, consolidada pela matricialidade sociofamiliar.

Para tanto, é essencial que na execução do PAIF estejam previstas as seguintes possibilidades de execução do trabalho social com famílias,

Acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa. Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares (BRASIL, 2009, p. 13).

Considerando as prerrogativas do trabalho a ser executado pelo PAIF, fazemos um destaque para as que envolvam a execução de grupos de famílias; atividades comunitárias; o

desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; a mobilização para a cidadania; e a promoção por meio de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. Ao escolher tais aspectos, estes nos possibilitam pensar em uma atuação voltada para coletivos e grupos em que essas dimensões possam ser problematizadas. No entanto, a perspectiva do trabalho em grupo é sempre um grande desafio e requer alguns apontamentos.

Dentre esses aspectos, inicialmente, gostaríamos de tratar da relação que se estabelece entre o trabalhador do SUAS e o usuário do serviço. Primeiramente é importante destacar que, foi por meio da Constituição de 1988 que a participação cidadã foi possível, assim como uma série de outros mecanismos previstos ao longo da estruturação do SUAS, como conselhos de direitos, fóruns e conferências. Muniz (2011) apresenta que a PNAS ao garantir o lugar do usuário na política, aponta para a perspectiva de estímulo ao desenvolvimento da autonomia dos indivíduos, famílias, coletividades, respeitando inclusive, suas formas próprias de organização coletiva e de intervenção social e política. Esta nova maneira de compreender o usuário da política,

Busca-se assim superar, a concepção de “carente”, “necessitado”, “assistido” que leva a formas tuteladoras e autoritárias de operar a política que sempre os tornaram ainda mais vulneráveis e incapazes de reconhecer SUAS formas próprias de associação, resgatando as possibilidades de estimular seu (auto) reconhecimento social como portadores de direitos [...] (MUNIZ, 2011, p. 111).

A autora ainda defende a importância de conceber o usuário da política de assistência enquanto sujeito, o que implica a compreensão de ser autônomo e cabendo a apenas ao usuário e famílias julgar quais orientações escolherá. E ao profissional cabe apenas respeitar. “A integralidade do atendimento fica prejudicada quando não se considera o usuário enquanto sujeito, portador de direitos e de opções de vida (MUNIZ, 2011, p. 108).

Tais considerações apontam ainda para um tema importante no serviço, **o vínculo**. Para Muniz (2011), é fundamental compreender o sujeito e suas condições de vida em um contexto social mais amplo, permitindo, por esse viés, que os trabalhadores possam estabelecer uma relação de confiança, de respeito e de não julgamentos. Deste modo, é possível que o sujeito coloque suas necessidades, anseios, ansiedades e sentimentos, encontrando, portanto, receptividade necessária.

Na verdade, é um processo de reflexão-ação em que o trabalhador oferece ao usuário – individual ou coletivo – condições para refletir e tomar decisões, tornando disponíveis conhecimentos e informações, e nesse processo vão se construindo e

fortalecendo condições de participação ação na transformação das condições geradoras das situações vivenciadas (MUNIZ, 2011, p. 104).

Rizzotti (2011) justifica a aliança entre trabalhadores e usuários dos serviços da assistência social. No entanto, aponta que os modelos de políticas sociais adotadas no Brasil nos anos 2000 são produtos da luta e da organização da sociedade civil, a qual foi possível por meio da Constituição Federal de 1988, que garantiu, entre outras coisas, a participação social e adoção de um modelo de gestão democrático para a sociedade. Assim, pontua que no cotidiano do trabalho a relação com os usuários é algo que expressa e consubstancia o campo das lutas, pois há a necessidade de expansão dos direitos sociais e o exercício da democracia, criando condições para diminuição das desigualdades sociais. “Se o selo da aliança dos trabalhadores com os usuários da política de assistência social está na garantia de direitos, vale destacar que todo o trabalho desenvolvido pela rede socioassistencial deve ser lido sob a perspectiva técnico-política.” (RIZZOTTI, 2011, p. 73).

Sob esses aspectos, Yamamoto e Oliveira (2010) também versam, no âmbito da Psicologia, para uma atuação profissional que possua um caráter transformador no cotidiano do trabalho, em que seja possível combater os excessos da desigualdade, que possibilite produzir fissuras nas iniquidades determinadas pela própria política, resultando, portanto, numa atuação mais crítica com relação à política e à Psicologia enquanto profissão. Reforçam, inclusive, que a concepção clássica de “sujeito psicológico” não cabe nos desafios do CRAS, muito menos a crença de intervenção exclusiva no sofrimento psíquico e nas práticas de ajustamento.

De fato, o trabalho na proteção social básica, exige dos psicólogos não apenas uma adequação do trabalho; exige um conhecimento de aspectos que estão fora do escopo do que a Psicologia delimitou em seus campos de saber. A atuação com pessoas em situação de pobreza exige não a adequação de um conhecimento teórico-técnico, mas, sim, a criação de novos conhecimentos e uma mudança na postura que marca historicamente a atuação dos psicólogos (YAMAMOTO, OLIVEIRA, 2010, p. 19).

Como citam os autores, a atuação profissional requer a necessidade de outros aspectos e conhecimentos para além do que é hegemônico em nossa disciplina. Por outro lado, este ato de “despir-se” e “abrir-se” para novos modos de relação com os usuários e comunidade, e até mesmo com o nosso fazer, nos tira de nossa “zona de conforto”. “O discurso de cientificidade impera e nos torna escravos das teorias psi, ao invés de produzir teoria a partir da própria prática” (SOUZA, 2018, p. 227).

Essa possibilidade, pode também nos fazer lançar sobre perspectivas aferradas com relação as normativas ministeriais na ânsia de encontrar um lugar seguro. Essas possibilidades, no entanto, podem nos fazer afastar daquilo que, de fato, justifica nossa ação, os sujeitos. “Muitas vezes observa-se nos serviços públicos ou privados que as respostas dadas às demandas são ditadas muito mais pela organização do trabalho do que pela necessidade do usuário.” (MUNIZ, 2011, p. 106). Esse fato é um fator rotineiro no serviço, pois muitas vezes exercemos práticas para atender as necessidades da instituição, e, por vezes, realizar nossos próprios desejos profissionais.

Cabe salientar que as dificuldades de exercer um trabalho efetivo e comprometido para as famílias e usuários também reside na precariedade colocada hoje nas políticas públicas. Os contratos de trabalho precarizados, a falta ou a insuficiência de recursos humanos, a falta ou a inexistência de materiais básicos, estrutura física adequada para um serviço público, contribuem para a dificuldade do exercício da profissão, que vão para além de nossos referenciais teórico-metodológicos,

Esses desafios contribuem para uma prática, de todos os profissionais da assistência social, destoante do que rege a PNAS. A indefinição de contratos de trabalho, que são muitas vezes temporários, desmotiva os profissionais e dificultam o desenvolvimento de intervenções contínuas. Dessa forma, reitera-se que preparo acadêmico, capacitação continuada, maiores investimentos no setor público e fortalecimento dos recursos humanos são fatores imprescindíveis na implementação e execução da “verdadeira” política de assistência social (ANDRADE, MORAIS, 2017, p. 381).

A perspectiva do trabalho que considera posição do usuário enquanto sujeito, nos ocorre pensar no caráter dialético que se estabelecem entre indivíduo e território. Ao privilegiar esta forma de olhar para a realidade, reconhecemos a constante produção dos sujeitos sob a realidade e esta mesma realidade produzindo subjetividades. Neste movimento constante entre sujeitos e social, podemos reconhecer tanto as vulnerabilidades quanto potencialidades existentes. Desta maneira, o território e os encontros possíveis que ele permite é uma aposta para quem escolheu fazer Psicologia.

### **A dialética dos grupos como ferramenta teórico-metodológica**

Em seu texto, *Questão de Método*, Sartre (1987) introduz alguns elementos que serviram de base para a compreensão de sua obra posterior, *Crítica da Razão Dialética*. Nesta

última, é possível reconhecer o esforço do autor em detalhar os fundamentos da gênese dos grupos e seus desdobramentos.

Entretanto, a fim de fundamentar importantes elementos, recorreremos inicialmente ao conceito de dialética utilizado por ele, que muito embora esteja ancorado no conceito hegeliano, o autor faz uma importante diferenciação ao conceito de totalização. Defende a dialética como algo que está perpetuamente em curso como história. Sartre (1987) afirma que o intelectual habituado ao método dialético considera os homens, suas objetivações e seus trabalhos, as relações humanas, como o que há de mais concreto, pois recoloca-os sem dificuldade em seu nível e encontra suas determinações gerais.

A dialética para Sartre não é uma lei, ou um conjunto delas. Na sua compreensão, “refere-se à totalidade como o movimento da história e como esforço teórico e prático para ‘situar’ um acontecimento, um grupo ou um homem” (SARTRE, 1987, p. 159). Defende, portanto, a dialética como uma não totalidade, mas como um conjunto de estruturas de uma totalização em marcha. Propõe ainda, uma compreensão para uma dialética em que a inteligibilidade está ancorada na materialidade, em uma compreensão de que são os próprios sujeitos que fazem a dialética.

O método progressivo-regressivo proposto por Sartre, que pressupõe o caráter dialético é, “[...] é ao mesmo tempo um vaivém enriquecedor entre o objeto (que contém toda a época como significações hierarquizadas) e a época (que contém o objeto na sua totalização)” (SARTRE, 1987, p. 176). Para Freitas (2018), o método proposto por Sartre é um movimento dialético progressivo e regressivo, regressivo e progressivo, como um vai e vem entre passado e futuro, singular e universal que se cruzam, sendo possíveis a partir dos acontecimentos. Assim, o movimento de compreensão é sempre simultâneo, progressivo, em direção ao resultado objetivo, e regressivo, remontando em direção à sua condição original.

Este método, também, possibilita-nos pensar a partir de singularidades, ou seja, é possível compreender os sujeitos por meio das mediações em famílias, determinados grupos e a sociedade. Neste sentido, esses elementos têm a função de exercer e constituir particularidades, ao mesmo tempo em que as exterioridades são constituídas dessas múltiplas singularidades. “Tudo, a todo instante, é sempre significativo e as significações revelam-nos homens e relações entre os homens através das estruturas de nossa sociedade.” (SARTRE, 1987, p. 179).

Quando nos propomos a discutir sobre grupos, escolhemos seguir a mesma racionalidade do método proposto por Sartre, pois é compreendendo a época, os sujeitos envolvidos e o seu projeto em comum, é que podemos melhor entender a sua história de formação e os modos que ligam estes sujeitos à sua permanência. Sartre (1987) define que o grupo confere poder e eficácia aos indivíduos que o constituíram e cuja característica é uma maneira de viverem a universalidade. Assim, é importante fazer algumas distinções apontadas por Sartre a respeito do nascimento, da formação e da extinção dos grupos.

Anterior ao conceito de grupo propriamente, é necessário apresentar considerações do autor a respeito da compreensão sobre série. Em nossa vida cotidiana, vivemos inúmeros momentos dessas experiências serializadas, qual seja, ficar em uma fila de lotérica, assistir a um filme no cinema, utilizar um transporte coletivo, como ônibus e metrô. A essas experiências podemos designar uma espécie de conjunto humano sem unidade de envolvimento, troca ou qualquer implicação, são apenas sujeitos que buscam fazê-los de modo individual, alcançando objetivos próprios diante da perspectiva da escassez, ou de qualquer outro meio de obter aquilo que lhe é de desejo.

Esse contexto de serialização permite que, a partir desses próprios acontecimentos e ajuntamentos humanos, possa ocorrer o surgimento de grupos, pois são os próprios sujeitos quem, por meio da necessidade de resolução de suas necessidades, encontram, por intermédio dos outros, a unificação de subjetividades por meio da objetividade, a possibilidade do alcance dos seus fins transformando-a numa nova objetividade.

Enquanto na série existe apenas a dispersão dos sujeitos, a massa de pessoas na multidão, o grupo, por outro lado, resulta na totalização das reciprocidades. Importante destacar que a totalização não é sinônima de síntese, pelo contrário, uma totalização é sempre um recomeço, que não há fim, o movimento do grupo está sempre em curso. Para Lapassade (2016), a vida dos grupos é feita de uma tensão permanente entre esses dois extremos, a serialização e a totalização. Sendo, portanto, este o motor da dialética do grupo, pois em diferentes momentos, há a luta constante contra a extinção do grupo e a possibilidade do retorno à serialidade.

O grupo em fusão demarca a passagem da simples serialidade para um momento mais complexo. Por meio da práxis, os sujeitos buscam modificar o meio, as condições materiais a sua volta por meio da ação grupal. O autor esclarece primeiramente que, nenhuma ação é dada a priori, ou seja, as determinações do grupo, seu motivo de ajuntamento, se darão a partir de uma necessidade à posteriori,

Na medida em que o grupo, pela unidade de sua práxis, os determina em sua inércia inorgânica, eles apreendem as finalidades e a unidade do grupo através da livre unidade unificante da práxis individual deles e a partir do modelo dessa livre síntese que é fundamentalmente a temporalização prática do organismo. Com efeito, no campo prático, toda multiplicidade exterior torna-se, para cada agente, o objeto de uma síntese unificante [...], mas o grupo que unifico no campo prático produz-se enquanto grupo, como já unificado, ou seja, como estruturado por uma unidade que, por princípio, escapa à minha unificação e a nega (enquanto ela é práxis que me lança na impotência) (SARTRE, 2002, p. 449).

O grupo em fusão se constitui, portanto, da unificação espontânea dos sujeitos, que buscam a partir de uma necessidade ou numa situação de perigo comum, buscam uma solução pelo fim do perigo, da escassez e ou necessidade. Com os olhos do comum, com as necessidades sentidas como comuns, seus membros buscam a resolução de suas necessidades, de maneira recíproca, por meio do outro, encontraremos o que Sartre (2002) chama por *mediação de cada um como terceiro* (itálico nosso). A este fato, em que podemos reduzir pela expressão “nós”, que cada um do grupo e todos se tornam terceiros na relação, ou seja, a mediação entre todos faz surgir uma unidade capaz de ser a reciprocidade de cada um com todos e todos com cada um.

Como acrescenta Lapassade (2016), o grupo é a passagem dialética da quantidade para a qualidade, ou seja, não importam quantos são seus membros, quem será o último ou o primeiro, todos terão sua importância na unificação das necessidades sentidas como comum. Ou como concluiu Sartre, “Com efeito, pelo terceiro, a unidade prática, como negação de uma práxis organizada ameaçadora, revela-se através da constelação de reciprocidades.” (SARTRE, 2002, p. 467).

Sobre a concepção de mediação, Sartre esclarece que,

Eu afirmei: os membros do grupo são os terceiros, ou seja, cada um como totalizando as reciprocidades de outrem. E a relação de terceiro a terceiro já nada tem a ver com a alteridade: pelo fato de que o grupo faz-se meio prático dessa relação, trata-se de uma relação humana (cuja importância para as diferenciações do grupo é capital) a que daremos o nome de reciprocidade mediada. E, como iremos ver, tal mediação é dupla porque é mediação do grupo entre os terceiros e mediação de cada terceiro entre o grupo e os outros terceiros (SARTRE, 2002, p. 474).

Sendo assim, a reciprocidade é mediada uma vez que a ação de cada um é recíproca da ação de um outro, que o grupo se funda como a mediação dessas mediações.

Para Sartre o grupo em fusão vive em constante possibilidade de seu fim. O ato de extinguir-se é possível ao passo que seus membros não possuem mais interesses em comum, sendo a única possibilidade o retorno à serialidade. Desta maneira, a fim de evitar a dispersão dos seus membros, o grupo busca modos de manter-se vivo, para isto utiliza a estratégia de afirmação de compromissos que sejam assumidos por seus membros, ou seja, livremente seus membros assumem o compromisso para manter o futuro do grupo. Essa afirmação é fundamental para o estabelecimento de um grupo organizado.

Além da afirmação de compromissos, o grupo organizado, também se fundamenta com o estabelecimento das divisões de tarefas e funções entre seus membros. “A palavra “organização” designa a ação interna pela qual um grupo define suas estruturas e, ao mesmo tempo, o próprio grupo como atividade estruturada que se exercita no campo prático sobre a matéria trabalhada ou sobre outros grupos” (SARTRE, 2002, p. 539).

Ao definir, dirigir, controlar e corrigir sua práxis comum, a diferenciação é algo próprio da organização, com isto, cada grupo certamente se diferenciará de um outro. Assim, suas exigências responderão às necessidades próprias, e, portanto, esta é uma modalidade concreta da organização que se fez “diferenciável, ou se preferirmos, tornou-se tal que as diferenciações não quebram sua unidade e, ao mesmo tempo os problemas práticos podem revelar-se a ele através de problemas diferenciais” (SARTRE, 2002, p. 541).

O grupo ao trabalhar em razão de sua própria organização, passa a trabalhar sobre si, sua ação passa a ser voltada para a própria manutenção da sua condição como grupo organizado. Ao definir as funções de seus membros, tal ação buscará que as ações individuais agora integrem-se em ações em torno da práxis comum. Tal práxis estará sempre na dependência da própria organização e reorganização do grupo.

Quanto ao ato de organizar-se e reorganizar-se pressupõe uma ação a depender da criação do grupo. Assim, o ato de criação é a característica de um grupo que se pensa, se organiza e se trabalha constantemente. Tal necessidade refere-se à necessidade de manter o grupo vivo, ativo no seu projeto, pois o seu oposto é um grupo sem um projeto comum, um grupo cristalizado em suas funções, podendo vir a ser um grupo hierarquizado, no qual não existe mais um “nós” permeando as relações.

## **O método da pesquisa e seus achados**



A discussão a que nos propomos é o produto de uma pesquisa-intervenção realizada com um grupo de convivência de mulheres que frequenta uma atividade promovida por um CRAS da região metropolitana de Florianópolis. Tal pesquisa foi realizada entre o período de junho de 2017 a dezembro de 2018 e uma das ferramentas de registro utilizada durante a pesquisa foi a produção de um diário de campo. Este recurso possibilitou que fossem colocadas as impressões, reflexões e apontamentos sobre cada encontro do grupo de mulheres que foram realizados.

Ao utilizar o diário de campo como material de análise, nossa intenção é apresentar a experiência, proporcionando dar destaque ao vivido e ao compartilhado entre pesquisadores e sujeitos envolvidos. Dias (2017) defende que a interferência do pesquisador no processo de pesquisar não é uma dificuldade ou empecilho, mas, sim, uma condição para produção de conhecimento. “E o diário de pesquisa é uma ferramenta dessa construção e da produção de conhecimento e não de desvelamento da realidade” (DIAS, 2017, p. 38).

Quanto ao grupo de convivência de mulheres, este é fruto de uma experiência que iniciou por meio de oficinas de criação artísticas no ano de 2016, e mesmo sem oficinairos e insumos para as atividades de artesanato, as usuárias decidiram por continuar a atividade no ano de 2017. Neste mesmo ano fomos constatando que um determinado número de mulheres comparecia aos encontros, se envolviam nas atividades e traziam outras participantes. Naquele momento, tivemos a certeza de que havia um grupo se formando ali, sobretudo, manifestado pelo desejo das próprias usuárias. Logo, a pesquisa-intervenção, foi uma aposta em conhecer melhor o funcionamento e manutenção deste grupo ao longo dos encontros. É importante frisar que nos encontros, além das atividades de artesanato, são realizadas também rodas de conversa com temas pertinentes às premissas do PAIF, bem como outros de interesse das usuárias.

As mulheres que participaram desta pesquisa pertencem à dois bairros que compõem o território do CRAS e possuem idades entre 32 anos e 77 anos. Por ser uma atividade coletiva, realizada pelo serviço desde 2016, muitas usuárias passaram pela atividade. No entanto, vale registrar que 14 delas permaneceram até o encerramento da pesquisa.

Quanto ao território de abrangência da área do CRAS, este é composto por 12 comunidades que correspondem a dois grandes bairros. O bairro onde fica situado a sede do CRAS, possui uma população em maior vulnerabilidade social, decorrente de uma ocupação desordenada das últimas duas décadas. Nas localidades que compõem o bairro, é possível observar famílias e indivíduos oriundos das mais diversas cidades do estado de Santa Catarina

e do Brasil. Por ter acesso facilitado ao centro da cidade e aluguéis mais baratos, é hoje um dos bairros bastante procurados para quem deseja se instalar no município. O outro bairro, que possui uma extensão territorial maior, foi incorporado como território do CRAS no ano de 2016 e possui 6 localidades em sua extensão. Há um importante conjunto arquitetônico, haja vista ser uma das localidades mais antigas no que se refere à ocupação na cidade, apresentando em sua atividade econômica o turismo, inclusive o gastronômico, como promotor de mudanças significativas do ponto de vista econômico.

A fim de encontrar o maior número de informações possíveis que caracterizassem a experiência, o campo e as mulheres, buscou-se informações existentes no serviço, bem como produziu-se informações com uma entrevista coletiva e um diário de campo. Para a discussão que pretendemos neste artigo, apresentaremos aspectos deste último. Assim, as informações produzidas no diário de campo foram analisadas por meio de um *software* informático. Escolhemos utilizar o IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), diante do volume inicial de vinte e cinco páginas de texto digitalizado.

De acordo Silva e Enumo (2017), a utilização deste software possibilita tanto análises quantitativas, apresentando a frequência das palavras, quanto qualitativas, pois analisam as palavras presentes nos discursos. Esta possibilidade colocada pelo sistema permitiu que por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) pudéssemos extrair deste material as categorias de análise para o estudo.

A CHD, nas palavras dos autores Camargo e Justo (2014), consiste em classificar os segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários e, por conseguinte, dividindo-os com base na frequência e qui-quadrado. Um outro aspecto a ser salientado é que,

Esse tipo de análise é um método interessante para exploração e descrição dos dados. Seu objetivo é identificar semelhanças e dessemelhanças estatísticas das palavras, a fim de identificar padrões repetitivos de linguagem. Em sua principal vantagem é a de o pesquisador poder obter uma visão geral de um volumoso corpus de dados em curto espaço de tempo (KRONENBERG; WAGNER, 2013), identificando as possíveis associações do material textual com variáveis descritivas previamente identificadas (CAMARGO E JUSTO, 2014, p. 48).

Nessa interface disponível pelo IRAMUTEQ é possível a apresentação de informações e diversas formas gráficas sobre o *corpus* do texto. Nesse processo, o sistema organiza os segmentos de textos, no qual é possível o agrupamento das palavras estatisticamente significativas nas classes, permitindo, deste modo, sua análise qualitativa.

## Resultados e discussão

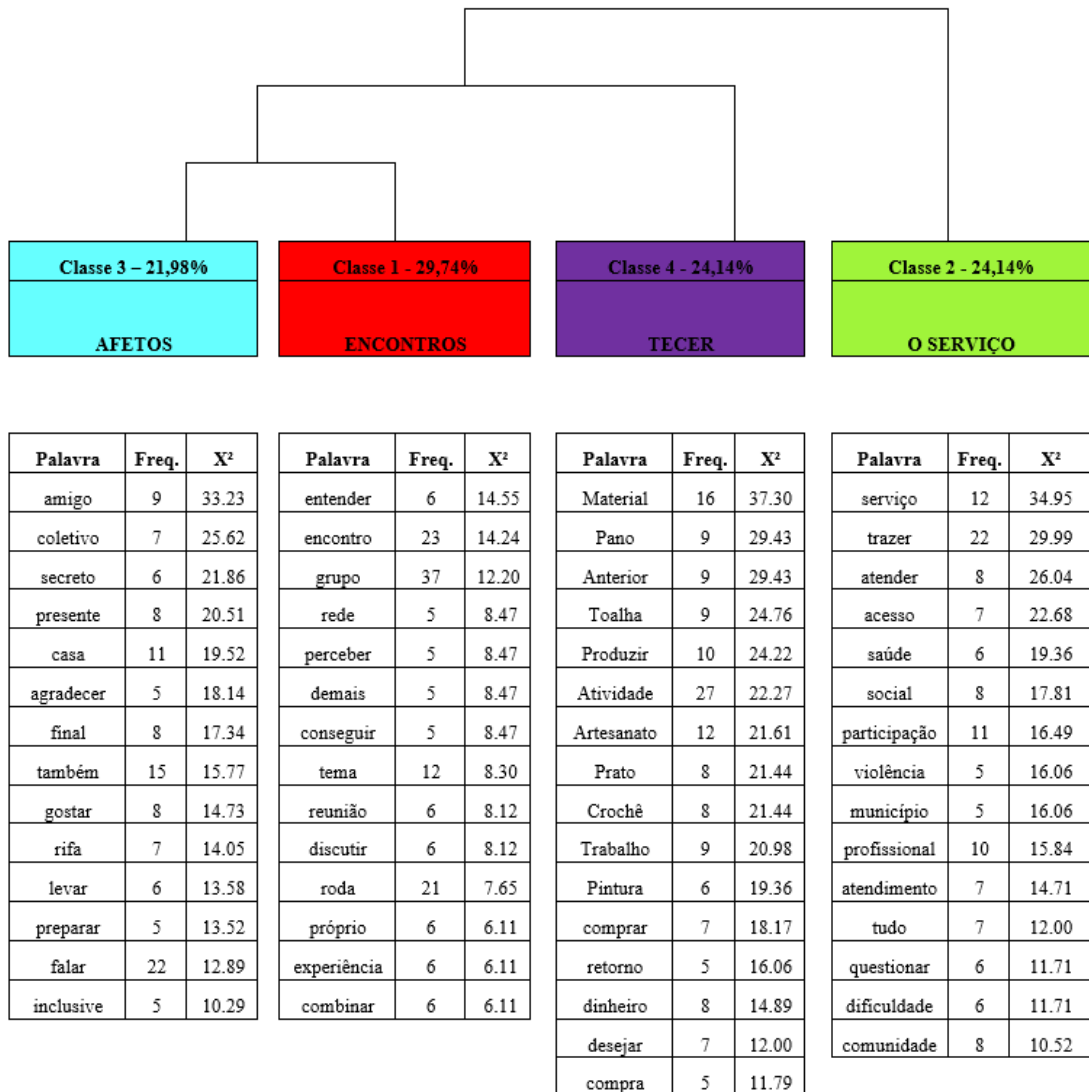
O *corpus* diário de campo, submetido ao *software* IRAMUTEQ, foi dividido pelo método de CHD em quatro classes distintas, sendo possível inclusive verificar a relação entre as classes. Considerando que foram realizados 44 encontros do grupo durante o tempo estabelecido para a pesquisa, tais registros foram submetidos à análise em que esses textos foram classificados em 294 segmentos de texto, retendo-se um total de 78,91% deste material pelo sistema.

No texto a ocorrência de palavras totais foram de 10.610, sendo 2.214 palavras distintas. O corpus se dividiu em 4 classes de segmentos de texto a partir da CHD realizada e, as palavras apresentadas no dendrograma (Figura 3) tiveram frequência maior e igual a 5.

Assim, apresentadas as ramificações e classes, fizemos a escolha por nomeá-las e apresentá-las na seguinte disposição: Classe 2 – O serviço (24,14%), Classe 4 - Tecer (24,14%), Classe 3 – Afetos (21,98%) e Classe 1 – Encontros (29,74%).

É importante destacar que, a importância da palavra para a classe foi evidenciada pelo seu Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ) de associação com classe.

**Figura 3.** Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente relativa ao corpus Diário de Campo.



Fonte: Dados obtidos com as entrevistas por meio do *software* IRAMUTEQ.

A primeira classe a se diferenciar do restante do corpus foi a classe 2, denominada **o serviço**. Esta foi responsável por 24,14% do conteúdo analisado. Está representada nas figuras 3 e 4 pela cor verde. A palavra de maior destaque na classe é *serviço*, seguidas de outras como, *trazer, atender, acesso, saúde, social e participação*. O conteúdo desta classe remete ao processo de trabalho e de gestão que envolve o CRAS enquanto serviço público previsto pela política pública de assistência social.

Quanto aos aspectos que versam sobre o processo de trabalho das equipes há inúmeras questões que poderíamos destacar neste texto. No entanto, gostaríamos de mencionar especificamente o acesso dos usuários ao serviço, que no modelo de gestão ainda vigente, caracteriza-se pela distribuição de recursos oriundos da gestão federal, estadual e municipal

com o objetivo da implantação e manutenção dos equipamentos da política de assistência social, incluindo neste caso o CRAS.

No cenário atual, a precarização das políticas públicas com os cortes no orçamento federal, a extinção de alguns ministérios, políticas e serviços apontam para um panorama de desmonte de um estado que nos últimos 15 anos buscou algumas garantias para a população em maior situação de vulnerabilidade social. De fato, a precarização sempre esteve presente, uma vez que esta é uma estratégia utilizada pelo projeto neoliberal. Yamamoto e Oliveira (2010) esclarecem que tal questão parte de uma agenda em que estão previstas a elevação de taxas de juros, a diminuição da taxação de altos rendimentos, o desemprego, a repressão ao movimento sindical, corte de gastos sociais pela desmontagem dos serviços, as privatizações, enfim, promovendo o estabelecimento de um “Estado mínimo”.

As considerações colocadas pelos autores, ganham muita força no governo atual, e se a política de assistência social caminhava a duras penas, a curto e médio prazo não sabemos sobre o seu futuro. De fato, perdemos o status de ministério para sermos apenas uma secretaria no governo atual.<sup>19</sup>

A esta situação colocada, há o impacto significativo no processo de trabalho das equipes nos CRAS, ora pela ausência de trabalhadores que sejam suficientes para execução dos atendimentos à população, ora pela ausência de políticas que garantam o acesso à benefícios aos usuários, e de modo amplo, o não efetivo investimento na política de assistência social. Neste momento, não falamos de melhorias, nos limitamos enquanto trabalhadores e a defender a manutenção de algumas garantias que foram conquistadas, inclusive buscando a preservação de aspectos técnicos e éticos, em detrimento da caridade da filantropia e do primeiro damismo, que ganham força no cenário atual.

Nessa perspectiva, é importante problematizar o “lugar” que usuários e famílias ocupam no serviço diante deste cenário. Vale ressaltar que desde 2016 por conta da perda de empregos e de oportunidades relativas ao mercado de trabalho, observamos uma crescente demanda de usuários e famílias ao CRAS por acesso aos benefícios sociais. Somadas a isso, observou-se também o deslocamento de famílias inteiras vindo para o município em busca de oportunidades, não oferecidas nos seus locais de origem. Tais questões, impactam significativamente na qualidade do acesso ao serviço e aos benefícios sociais. Enfim, o CRAS é a “porta de entrada” do sistema, mas atualmente pouco se tem a oferecer como saída.

---

<sup>19</sup>Informações referentes ao assunto podem ser acessadas em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/institucional>. Disponível em: 22 out. 2019.

Nesta direção, nos ocorre pensar que é fundamental que os trabalhadores estejam atentos e críticos para não se deixarem enganar por alguns artifícios. Dizemos isto, pois na ânsia de promover o acesso aos direitos, há mecanismos cada vez mais contundentes pelo monitoramento e fiscalização das populações. Couto (2015) considera fundamental escapar de algumas armadilhas colocadas nesse campo, já que há a perspectiva do adestramento da população usuária, a expectativa de construir modelos ideais de famílias, de serviços e territórios, que, de certa maneira, perdem as possibilidades de se problematizar as condições de vida, de lutas e de resistência das populações. Acrescenta ainda a necessidade de garantir um serviço de qualidade que atenda às necessidades sociais da população.

Novamente, recorreremos à problemática de para quem devemos fazer a política social. Para essas questões, retomamos a discussão sobre a concepção de sujeitos que devemos nos apoiar. Assim, reforçamos que durante o processo de pesquisa, com o grupo de mulheres no CRAS, o pressuposto sempre foi a compreensão de sujeitos de direitos e não mais o entendimento que marcou a história da assistência social brasileira, deste como sendo o carente, o necessitado e o assistido. Os cadernos de orientações técnicas, e outros instrumentos da política<sup>20</sup>, foram utilizados neste estudo, bem como são utilizados pela equipe do CRAS para referendar as suas ações, pois é fundamental que não nos percamos nas armadilhas.

Com relação às participantes da pesquisa, durante este período, foi constante aprimoramento do exercício da horizontalidade na relação com este grupo. Apesar de termos esta clareza, as participantes ainda nos questionavam sobre o que fazer, sobre como devem proceder com algum artesanato a produzir, e tantas outras coisas que surgiram ao longo do caminho. Isto nos faz pensar no quanto as participantes aguardam a palavra de uma “autoridade” ou um “especialista”. Nesses momentos reforçávamos a importância da decisão delas no processo grupal, sempre devolvíamos a pergunta, o que elas gostariam de fazer. Nos primeiros anos, já como grupo, constatávamos o desconforto e o não entendimento de algumas mulheres com esta perspectiva de trabalho, mas foi necessário continuar fazendo afirmações do tipo “a gente pode fazer o que quiser” e acreditamos que isto foi sendo equacionado ao longo do tempo.

---

<sup>20</sup>BRASIL. **Política nacional de assistência social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

BRASIL. **Orientações Técnicas: O Serviço de Proteção e o Atendimento Integral à família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social., Vol. 1 e 2 - 1ª Edição. Brasília, 2012.

O recurso da Roda de Conversa foi extremamente importante nos encontros, visto que o exercício do debate e as discussões contribuíram para a reflexão sobre os lugares a serem ocupados no grupo, na comunidade e na sociedade. Quanto ao nosso fazer enquanto pesquisadores, procuramos ser mediadores dos encontros, e sempre problematizado, fomos construindo a práxis deste grupo a cada encontro.

Em diversos momentos isto apareceu ao longo das reflexões do diário de campo.

*Verifiquei o quão rico foi o debate da roda de conversa por meio de um vídeo apresentado a elas. E assim, ocorreram os demais encontros. Como disse uma das participantes “o nosso grupo tá bombando”, e assim elas se veem como pertencentes daquele espaço no serviço e são motivadas a continuar nele. Tivemos que utilizar salas no andar superior do CRAS, pois nossos encontros passaram a ter de 10 a 12 participantes, bem como deixamos de encaminhar mais usuárias para o grupo, pois não teríamos materiais e condições de conduzir grupos muito grandes. (D.C.08 jun. 2017).*

Em uma outra reflexão, descrevemos sobre a autonomia que o grupo passou a ter ao longo do tempo:

*[...]ao final dessa discussão, elas foram avidamente para as atividades de bordado, assim percebo o quanto este fazer as mobiliza e que minha presença vem se fazendo desnecessária, pois opinam abertamente sobre o que esperam sobre o grupo e sobretudo, considerando que deixo para estas mulheres livres para decidirem sobre os rumos do grupo. Com isto, vou propor num próximo encontro a redução do meu tempo com elas, irei propor o horário das 14h às 15h para a roda de conversa apenas. Após elas seguem com os seus afazeres, visto que o grupo está vinculado, participativo e caminhando para a autonomia. (D.C. 19 out. 2017).*

Tais reflexões, apontam para o caráter participativo desta atividade, em que as mulheres do território foram construindo com as pesquisadoras os meios para o alcance dos seus fins. Durante o processo de pesquisa, por conta da perspectiva dialética na condução do grupo, foi possível compreender que a autonomia foi sendo construída na aliança entre usuárias e pesquisadoras. Assim, compreende-se que os serviços e instituições governamentais e não governamentais “podem e devem modificar-se pela práxis concreta de seus sujeitos.” (RIZZOTTI, 2011, p. 78).

A classe 4, que na cor lilás, se destacou no corpus a partir da segunda partição, demos o nome de **Tecer** e representou 24,14% dos segmentos de textos classificados. A palavra de maior destaque na classe é *material*, seguida de outras como: *pano, anterior, toalha, produzir, atividade, artesanato* entre outras. O conteúdo desta classe representa a utilização do artesanato como mediador dos encontros, pois para além do seu caráter de mobilizar e motivar as usuárias

a participarem de atividades coletivas, possibilitou a criação, o compartilhamento e a troca de saberes nos encontros.

O projeto inicial para este grupo de mulheres surgiu de visitas domiciliares e atendimentos realizados por uma Psicóloga e uma Assistente Social enquanto dupla de PAIF. Nos atendimentos, as profissionais foram observando que havia usuárias em certo isolamento social e comunitário. No ano de 2014 foi elaborada uma proposta de intervenção na perspectiva de oficinas, nela o artesanato seria o mediador dos encontros, visto que este estava presente nas casas em que a equipe visitava. Os materiais solicitados em 2014 chegaram apenas em 2016, e foi apenas em setembro deste ano que iniciaram as oficinas de criação artística com a participação de umaicineira conduzindo as atividades.

De fato, o recurso do artesanato inicialmente permitiu que as mulheres fossem chegando e se interessando em participar de uma atividade coletiva. Nos anos iniciais, a equipe foi questionada muitas vezes pelas usuárias, “O que vocês fazem aqui?” Ou quando elas chegavam na recepção do CRAS e diziam: “eu vim participar do curso”. Para a equipe, este tipo de interesse era positivo, visto que estas mulheres estavam chegando no CRAS e sendo convidadas a participar de uma nova proposta, na qual havia uma mudança na relação com o serviço e com a equipe.

A equipe também se propôs a uma outra forma de relação com as usuárias, que em função de não saber ao certo o caminho a percorrer, se propôs a decidir e a construir junto com as mulheres. Sabíamos onde queríamos chegar, mas não como faríamos. Em uma experiência semelhante em um CRAS no estado do Paraná, as autoras refletem sobre o lugar das usuárias no serviço, salientando a importância dos espaços privilegiados que são os grupos, “Além disso, quando a própria equipe se implica e assume o papel de gerir o serviço, quando rompe com suas próprias resistências, é que é possível que se dê o acolhimento das famílias.” (PEDROSO, MOREIRA, 2017, p. 6).

Na experiência do grupo de convivência de mulheres estudado, nos propomos a estabelecer uma nova relação com as usuárias, qual seja, não ser apenas responsável pela condução do grupo, mas também estar presente na confecção do artesanato. Desta maneira, é possível observar tal perspectiva durante o processo da pesquisa intervenção

*Neste dia fiquei apenas fazendo artesanato e acompanhando as mulheres nas conversas. Sempre sou solicitada por elas a participar fazendo algo, a estar junto com elas. Durante esses anos aprendi a fazer fuxico, a pintar pano de prato e a me aventurar com o ponto cruz. Como este ano elas optaram pelo patchcolagem, neste dia foi possível aprender o ponto caseado e foi com grande satisfação que trocamos ideias e passamos a tarde assim, algumas no bordado, outras no crochê e também no*



*patchcolagem. Durante este ano também amadurecemos essa ideia, nem todas precisam fazer as mesmas coisas. As participantes vão se articulando entre si e de acordo com as habilidades de cada uma. Assim, não temos mais uma única atividade como no ano anterior. Penso que melhorou a participação e a frequência dos encontros, pois ouvi de uma delas que não havia participado no ano anterior, pois não gostava de pintura em pano de prato. (D.C. 12 jul. 2018).*

Com a utilização do artesanato, foi possível, inclusive, que o grupo continuasse a existir e suas atividades se mantivessem até os dias de hoje. Inicialmente apenas queríamos a aproximação dessas mulheres com o CRAS para trabalharmos temas pertinentes a este grupo populacional. No entanto, em outubro de 2017, uma das participantes sugere a venda das toalhas que o grupo produziu até aquele momento e isto foi registrado no diário de campo do dia

*Deste modo, uma delas sugeriu que pudéssemos vender algumas toalhas para conseguir dinheiro para comprarmos materiais para o grupo, visto que neste evento tem a feira de artesãos. As participantes gostaram da ideia e falaremos mais sobre quando estivermos próximo da data. (D. C. 05 out. 2017).*

Esta importante decisão do grupo permitiu inclusive que a pesquisa-intervenção pudesse se entender até 2018, ao passo que não determinamos inicialmente um tempo para a pesquisa, ela foi seguindo o movimento do próprio grupo. No referido ano, foi possível atender melhor o desejo das participantes, pois tínhamos dinheiro para a compra dos materiais necessários, pois o que a prefeitura enviava era insuficiente para o número de participantes e para as variedades de artesanatos que elas queriam produzir. Neste mesmo ano, foi realizada uma rifa na comunidade com uma cesta de itens produzidos por elas e, novamente o dinheiro do grupo permitiu novas aquisições.

Com a chegada de uma nova oficina enviada pela prefeitura, que trabalhou com o grupo nos meses setembro, outubro e novembro de 2018, o grupo teve materiais a trabalhar e criar mais coisas diferenciadas. Vale ressaltar que a oficina chegou, mas os materiais não. Com isto, o grupo organizado, articulou a compra de materiais e os novos trabalhos foram produzidos para serem vendidos em 2019, na forma de rifas e expostos em feiras na comunidade.

É importante deixar registrado, que ao longo de sua existência, o grupo contou com apenas seis meses de oficinas orientadas por profissionais da área, enviadas pela prefeitura. Durante o restante do tempo foram as próprias participantes, com os mais diversos conhecimentos e habilidades em artesanato, que foram as facilitadoras dos encontros. A troca de saberes sempre esteve presente na racionalidade do grupo.

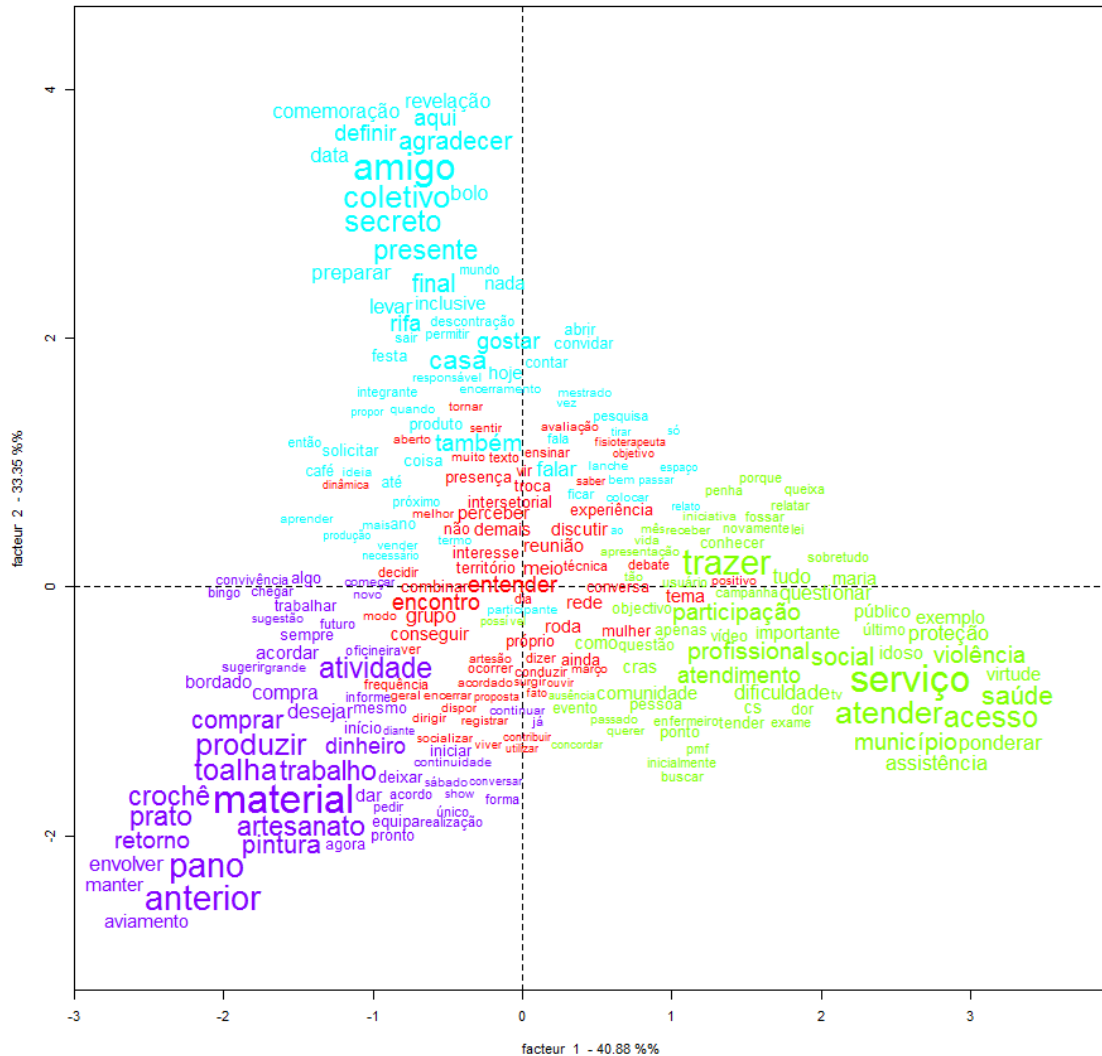
Apresentadas até o momento as duas primeiras classes que se diferenciaram no corpus do texto, a seguir iremos expor e discutir sobre as duas classes que obtiveram uma importante aproximação e que, juntas, somaram 51,7% do total do corpus.

A classe 1, denominada **Encontros**, a maior do corpus, representou 29,74% dos segmentos de texto classificados. Encontra-se representada na cor vermelha nas figuras 3 e 4. A palavra de maior frequência na classe é *entender*, seguida de *encontro*, *grupo*, *rede*, *perceber*. O conteúdo desta classe trata principalmente das questões relativas à experiência dos encontros, do grupo e das rodas de conversa.

A classe 3, representada pela cor azul claro, foi denominada de **Afeto**, e representou 21,98% dos segmentos de texto classificados, a palavra de maior frequência na classe é *amigo*, seguida de *coletivo*, *secreto*, *presente*, *casa* e *agradecer* e demais palavras que se encontram representadas na figura 1. O conteúdo desta classe retrata a amizade e o caráter positivo destes espaços de encontro no CRAS.

Portanto, com essas apresentações, a classe 1 e classe 3, são representadas na figura 4 pelas cores vermelha e azul claro e apontam para a aproximação e uma junção no centro da figura. Assim, decidimos por apresentá-las juntas, pois as semelhanças convergem para os temas, os quais queremos iluminar com a teoria de grupos proposta por Sartre e seus interlocutores.

Figura 4. Plano fatorial das classes da CHD do corpus Diário de campo.



Fonte: Imagem obtida pelo *software* IRAMUTEQ.

Ao buscar compreender como o grupo de mulheres se constituiu, apesar de tantas dificuldades, temos certo que a escassez, já colocada lá no início dos anos de 2017, foi decisiva para que as participantes, que naquele momento eram apenas uma série, fossem encontrando uma alternativa para a sobrevivência daquele espaço promovido pelo CRAS. Maheirie (2010) defende que quando ocorre a fusão da série, não há como possibilidade de pensar, sentir e agir de forma individualizada e isolada. Nestes momentos, os sujeitos passam a entrelaçar-se com outros sujeitos em torno de um projeto em comum. Processos estes, que são sempre abertos e inacabados.

A equipe do CRAS sempre buscou dar apoio às decisões daquelas mulheres e respeitar o movimento que estava sendo formado por aquele coletivo. Pelo curso costumeiro das coisas, num ambiente de gestão, quando não há condições de realizar uma atividade, geralmente optamos pela não execução. Mas neste caso, o desejo da equipe em ter um grupo, no qual se pudesse alcançar algumas prerrogativas previstas pela política, fez criar um movimento de resistência, de criação e de promoção de espaços de negociação com essas mulheres. As mulheres e a equipe foram encontrando, em certa medida, caminhos possíveis para continuar.

Assim, o grupo pesquisado nasceu ao resistir e superar uma determinada situação, “a unidade de suas sínteses, portanto, nos elucida o projeto de ser do grupo – a sua biografia.” (FREITAS, 2018, p. 192). Aquelas mulheres juntas permitiram trocar experiências e ensinar umas às outras quando não havia oficinairos, organizaram a venda dos seus produtos para arrecadar dinheiro para comprar materiais, quando não havia possibilidades ofertadas pela prefeitura. Nestes momentos, observa-se que as usuárias tinham objetivos em comum e se lançaram para o alcance e a continuidade deles, o que de fato caracteriza o nascimento do grupo. De fato, esta experiência foi percebida em ato, pois anteriormente à pesquisa, a profissional do PAIF responsável pela atividade, foi constatando a passagem da serialidade ao grupo.

Ao longo de sua trajetória, o grupo criava espaços e, eventualmente, negociava estratégias para sua existência e continuidade. Um registro em nosso diário de campo nos traz essa ideia:

*Conforme já mencionado em diversos momentos pelas usuárias, trouxe a questão da frequência dos encontros do grupo. Assim, como é de desejo da maioria, o grupo ocorrerá semanalmente às quintas-feiras”. Um outro aspecto que aprimoramos com o tempo foi a realização de um planejamento de ações e intenções que, aliás, foi uma ideia colocada por uma das participantes. “Neste dia realizamos o encontro do grupo com o objetivo de planejarmos o ano de 2018. Com isto, fizemos a roda de conversa e fomos elencando os objetivos e o que iríamos fazer durante o ano, bem como fazermos alguns acordos necessários para a continuidade do grupo. (D. C. 21 set. 2017 – 15 mar. 2018).*

Tais registros remetem à importância da equipe PAIF abrir-se para a possibilidade de construir espaços coletivos e grupais com os usuários do serviço. Com isto, é possível que sejamos mais assertivos em atendermos as necessidades dos sujeitos que nos procuram. Souza (2018) aponta que a Psicologia, enquanto categoria prevista no SUAS, encontra nas práticas grupais um terreno conhecido em sua formação. No entanto, faz importantes reflexões como: os temas a serem discutidos, os horários ofertados, o desconforto para alguns usuários em participar apenas de práticas coletivas, as relações de poder e inclusive, “[...] sobre a disposição das(os) coordenadoras(es) de grupo de realmente compartilhar o protagonismo com a(o)

usuária(o) na proposição de suas práticas, entre outros aspectos” (SOUZA, 2018, p. 229). Assinala ainda, para a importância de valorização de iniciativas que já acontecem na comunidade que poderão ser incorporadas ao CRAS.

Ao discutir relativamente sobre as questões grupais e coletivas no CRAS compreendemos que há um duplo desafio lançado, qual seja, a proposição de iniciativas, ou a incorporação das que já existem na comunidade e a manutenção desses espaços. Assim, como estamos apresentando e problematizando neste texto, não basta apenas o desejo, o engajamento da equipe, há que se considerar o que também deseja os usuários que participam desses espaços. Sobre a continuidade, não podemos fazer afirmações, pois somente os sujeitos envolvidos nos grupos, por meio da práxis grupal é que definiram os caminhos a seguir.

O grupo por ser apenas ato e sua razão de existir residir na pura ação dos sujeitos, é que vamos encontrar o grupo trabalhando constantemente a si. O fazer de um grupo é a sua ação e um permanentemente fazer. “Ele se trabalha para se dar, em uma espécie de criação contínua, essa unidade ontológica que não tem, que jamais terá e da qual conserva, contudo, o desejo [...]” (LAPASSADE, 2016, p. 267).

Todavia, um outro importante aspecto a ser destacado, que vem a considerar a perspectiva do “nós” grupal, é o constante exercício para que de fato isto aconteça, e podemos assegurar que este se constituiu num grande desafio. Na contemporaneidade, há a valorização das iniciativas individuais em detrimento das coletivas. Mesmo sendo o sujeito produto da sua historicidade, o momento atual nada tem favorecido as trocas e compartilhamentos, e isto foi registrado durante a pesquisa,

*Sobre a noção do coletivo, venho trabalhando muito com este grupo. Percebo que por vezes temos iniciativas pessoais ou, lançarem sobre mim uma responsabilidade ou iniciativa. Sempre trago todas as discussões para o consenso do grupo, em nenhum momento o dinheiro é gasto sem a anuência e a participação delas. O exercício do nós é trabalhado a cada encontro, seja nas combinações diárias ou em acordos futuros. Sempre levo temas e pautas que elas desejam e com isto, venho trabalhando a possibilidade de fala, de se permitirem escolher e tomar decisões coletivas. O que espero com essas ações, é que esse exercício realizado neste grupo seja útil na vida diária de cada mulher, que elas possam encontrar meios de fazerem escolhas e decidirem por suas vidas. (D. C. 23 ago. 2018).*

Sobre os efeitos que um grupo pode gerar, Rubini (1999) enfatiza o surgimento de um novo tipo de relação, no qual cada sujeito torna-se para si e para os outros uma pessoa com a qual é necessário contar, havendo uma transformação qualitativa das relações, ou seja, “cada um é o grupo e o grupo é cada um” (MAHIEIRIE, 2010, p. 267). Assim, ao apostar em experiências de grupos nos serviços da assistência social, pressupõe o desenvolvimento de

ações que também vão ao encontro da concepção de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários previstos pela política.

O fortalecimento de vínculos familiares e comunitários é um dos pilares centrais do trabalho do PAIF, assim como a matricialidade familiar e o território. Os cadernos de orientações técnicas versam ainda para a valorização do caráter subjetivo. Todavia, destaca que ao assumir a subjetividade como um dos elementos do trabalho social com famílias, não é negar ou diminuir a importância de outras questões objetivas como a vulnerabilidade e a desigualdade social que atingem as famílias. Tais definições propostas, vem a corroborar inclusive com a perspectiva teórica e metodológica orientada na pesquisa, qual seja, “Ao contrário, é reconhecer que os seres humanos são historicamente constituídos pelo entrelaçamento das dimensões subjetivas e objetivas, sendo, portanto, plenos de capacidade de mudança.” (BRASIL, 2012a, p. 19).

Os registros também fazem referência a esses momentos de encontros que produzem efeitos no grupo e, seguramente, para essas mulheres que dele participam.

*Hoje foi um dia especial. Recebemos aicineira, tão esperada pelo grupo. Também neste dia iríamos comemorar nossos 2 anos da existência. Antecipadamente solicitamos que quem pudesse trazer algo para o café, seria muito bem-vindo, pois, com isto, faríamos um lanche coletivo em comemoração. A medida em que foram chegando, verifiquei a mesa sendo acrescida de bolos, pães, bolachas e sucos, coisas preparadas por elas, inclusive. (D. C. 20 set. 2018).*

As festas, são uma rotina no grupo, são comemorados os aniversários, o encerramento do ano e de tudo mais que elas queiram comemorar. A fala de uma participante resgatada no diário, ilumina esta compreensão: “Não é o que eu faço ali no grupo, é eu estar com vocês, de tá rindo, é estar com vocês.”. (D. C. 13 dez. 2018).

Ao longo do tempo, ao mediar este grupo, foi possível perceber que muitas mulheres se tornaram amigas, havia trocas de mensagens em celular, o grupo de *WhatsApp* delas, a visita que uma fazia à casa da outra, eventos e passeios que foram juntas na comunidade, e isto ia sendo compartilhado por elas durante os encontros. O fortalecimento dessas relações produziu efeitos subjetivos importantes. Reforçamos isto também em virtude das características do território, pois a população é originária de diversas regiões do estado de Santa Catarina e de outros estados do país; e a ausência de rede de apoio familiar e comunitário é algo comum. Um outro aspecto a mencionar é a falta de renda suficiente para visitar parentes em outras cidades e até mesmo dentro dela, o que possibilita gerar o isolamento social que mencionamos. Para algumas mulheres, o grupo tornou-se uma rede social importante. Isto justifica, portanto, a

realização de atividades grupais no âmbito do CRAS, uma vez que estas famílias e indivíduos são vistos como prioritários nos atendimentos e o grupo pode ser um grande mediador desses encontros.

Para além de buscar uma aproximação entre elas, fomos um pouco adiante durante a pesquisa; também estávamos atentas em promover a aproximação delas com a comunidade. Assim, promovemos e organizamos a participação do grupo em um importante evento no bairro. A maioria das mulheres estava resistente em expor seus produtos, tendo em vista que consideravam que eles não eram suficientes ou que não tinham qualidade. No entanto, ponderou-se que o objetivo da participação no evento era de tomar conhecimento e experimentar participar de uma feira de artesanato. Fez-se considerações sobre a quantidade de coisas boas e bonitas para serem expostas, pois também nada garantiria a venda dos produtos, mas sim, estaríamos participando de um evento comunitário, sendo esta nossa primeira participação enquanto um coletivo a expor produtos. De fato, as vendas não foram muito efetivas, mas naquele espaço puderam conversar com outros expositores e experimentar essa atividade. Algumas já haviam expostos os seus trabalhos em outros locais, mas para muitas era algo novo. Essa iniciativa tinha o caráter de dar visibilidade ao trabalho do grupo, mas que também elas próprias pudessem vislumbrar uma possibilidade de ganho de renda com a venda dos seus produtos, uma vez que sempre levávamos a produção do grupo e a que elas produziam individualmente.

Um outro aspecto importante a mencionar foi a implantação das rodas de conversa durante o período da pesquisa. Quando os primeiros encontros foram iniciados em 2016 não havia um espaço destinado para isto, ou seja, as mulheres chegavam ao grupo e dirigiam-se diretamente para as atividades de artesanato. Entretanto, sempre esteve como projeto a ser executado com este grupo, a possibilidade de discussão de temas de interesses para a assistência social, pois queríamos sair do lugar comum, um grupo de mulheres que fazem artesanato; já que estas são práticas rotineiras e já existentes em diversas comunidades. Entendíamos que, por ser um grupo dentro de uma política pública, era nosso dever trabalhar alguns temas ainda latentes na sociedade.

Como algumas experiências de conversas já haviam sido experimentadas e surtiram efeitos importantes, percebeu-se a possibilidade de inclusão da roda de conversa como ferramenta para o desenvolvimento da pesquisa e para o próprio grupo. “A roda de conversa é no âmbito da pesquisa narrativa, uma forma de produzir dados em que o pesquisador se insere como sujeito da pesquisa pela participação na conversa e, ao mesmo tempo, produz dados para

discussão.” (MOURA, LIMA, 2014, p. 99). Assim, foi negociada a primeira hora dos encontros para a roda de conversa. Nestes momentos, foi possível exercitar a possibilidade de fala e de escuta. Trouxemos temas e convidados para estes momentos. Temas que, aliás, foram sendo escolhidos por elas também. Ao longo do tempo foi extremamente positivo ver algumas mulheres se soltando e encontrando um espaço de fala e de partilha. Nesse processo, a socialização de trocas de experiências permitiu que caminhássemos para a construção de novos fazeres e conhecimentos.

A roda de conversa também foi um importante instrumento para a negociações entre o grupo, pois neste espaço, discutíamos sobre qual artesanato fazer, sobre o que e como arrecadar dinheiro, bem como o que comprar, ou seja, nada no grupo era decidido fora deste espaço, tudo era colocado enquanto ideia para apreciação e discussão de todas. Até hoje é possível constatar que as participantes vão chegando aos encontros e se posicionam na roda e assim já começam as conversas.

Por fim, considera-se que o grupo de convivência de mulheres tornou-se um grupo organizado e autorreflexivo. A práxis comum é a constante luta e resistência pela manutenção deste espaço dentro do CRAS. Ao organizar, planejar e dividir as tarefas, este grupo trabalha para manter-se vivo, produzindo encontros, afetos e subjetividades, continuando ativo e engajado no seu projeto.

Quanto à equipe PAIF, esta busca a viabilização e valorização deste espaço criado e mantido com uma dedicação que está para além das condições materiais dadas. O que querem com isto? Certamente no projeto, enquanto grupo de trabalhadores da política de assistência social neste CRAS, executar uma política que vá ao encontro dos desejos e necessidades dos usuários que frequentam o serviço, e seguramente é isto que orienta a prática. Por isso, continuamos a resistir junto com essas mulheres criando condições para um modo de fazer a política voltadas às necessidades e desejos da população.

### **Considerações Finais**

Este grupo que se formou anteriormente à pesquisa e mantém-se após ela é de fato uma experiência exitosa no campo da política de assistência social. A experiência grupal certamente foi fortalecida durante esse período com os instrumentais teóricos-metodológicos utilizados; e algumas dessas ferramentas e compreensões são mantidas até hoje.



Todavia, devemos atribuir ao sucesso da atividade a implicação da equipe PAIF e do interesse das mulheres pela atividade, ainda que seja frequente a falta de materiais, lanche e oficinairos para a execução da atividade. Tal situação se deve às poucas oportunidades oferecidas pela Secretaria de Assistência Social do município. Assim, nesses três anos de existência, as mulheres vêm buscando, como grupo, encontrar alternativas para a venda dos seus produtos e com isto mantê-lo.

Na análise realizada foi possível compreender a importância do recurso do artesanato como mediador para a inserção dessas mulheres no grupo. Tal iniciativa, que foi observada em 2014 pela equipe PAIF, permitiu que o CRAS pudesse oferecer para as mulheres do território algo que, aos olhos da equipe, era do interesse da maioria. Assim, ao ofertar uma atividade, é importante que a equipe PAIF esteja atenta ao que mobiliza e motiva os usuários a participarem de propostas coletivas no CRAS; ou, até mesmo, propor atividades que já estejam de algum modo acontecendo na comunidade. Com isto, talvez sejamos mais assertivos na aproximação da equipe PAIF e usuários do serviço.

A perspectiva da dialética dos grupos, permitiu a compreensão sobre o grupo pesquisado e, também, a aproximação entre a matriz teórica com os cadernos de orientações técnicas e normativas ministeriais. Encontramos, deste modo, uma matriz teórica conceitual semelhante, pois tanto a teoria utilizada quanto os documentos oficiais apontam para respeito aos usuários, usuárias e famílias como sujeitos de direitos e, sobretudo, oportunizando e valorizando a liberdade no pensar, no agir, na capacidade e possibilidade de escolha entre o individual e ou coletiva.

Por fim, o grupo de convivência de mulheres é um espaço importante de acesso às usuárias do serviço, pois muitas delas entraram no grupo e após foram conhecendo e acessando os direitos. O espaço grupal também permitiu ser o próprio grupo uma rede de apoio importante. Não há dúvidas que ao longo da pesquisa promovemos, o acesso a direitos, ao debate, à valorização do protagonismo e, sobretudo, foram fortalecidos os vínculos, prerrogativa importante na execução do trabalho do PAIF.

## Referências

- ANDRADE, A. G. S. MORAIS, N. A. **Avaliação do Atendimento Recebido no CRAS por Famílias Usuárias.** *Psicologia: Ciência e Profissão* Abr./jun. 2017, v. 37 n° 2, p. 378-392.
- BRASIL. **Política nacional de assistência social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.
- BRASIL. **Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009.
- BRASIL. **Orientações Técnicas: O Serviço de Proteção e o Atendimento Integral à família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social., Vol. 1 e 2 - 1ª Edição. Brasília, 2012a.
- BRASIL. **Orientações Técnicas: O trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social., Vol. 2. 1ª Edição. Brasília, 2012b.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. [2013]. **IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais.** *Temas em Psicologia*, 21 (2), p. 513-518.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Estudos qualitativos e o uso de software para análises lexicais. **Caderno de artigos: X SIAT & II SERPRO.** Duque de Caxias, RJ: 2014.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2018.
- COUTO, B. R. **Assistência social: direito social ou bem-estar?** *Serv. Soc. Soc. São Paulo*, n. 124, p. 665-677, out-dez. 2015.
- DIAS, L. R. R. **Judicialização e contracondutas no trabalho da equipe de um CREAS: forças em tensão na assistência social.** Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em Psicologia. Florianópolis: 2017.
- FREITAS, S. M. P. **Sartre, Psicologia de Grupo e Mediação Grupal.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Estadual de Maringá, 2018.
- LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições.** 5º ed. Editora Vozes, 2016.
- LOPES, Deise Lucia. **Diário de Campo [D.C.].** 2017/2018.
- MAHEIRIE, K. O músico, os processos de exclusão e relações grupais no trabalho acústico. *In: KÁTIA; BARBOSA; MACÊDO. (Org.). O trabalho de quem faz arte e diverte os outros.* Editora PUC. Goiás: 2010.

MOURA, A. F. LIMA, M. G. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan.-jun., 2014.

MUNIZ, E. Equipes de referência no SUAS e as responsabilidades dos trabalhadores. *In*: BRASIL. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito Socioassistencial**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2011.

PEDROSO, J. M. V.; MOREIRA, L. N. F. O processo grupal no CRAS: a experiência com grupo de mulheres em Telêmaco Borba – PR. Londrina. 2017. Disponível em: <http://docplayer.com.br/52974396-O-processo-grupal-no-cras-a-experiencia-com-grupo-de-mulheres-em-telemaco-borba-pr.html>. Acesso em: 05 nov. 2019.

RIZZOTTI, M. L. A. A Aliança estratégica entre os trabalhadores e os usuários do SUAS. *In*: BRASIL. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito Socioassistencial**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2011.

RUBINI, C. Dialética dos grupos: contribuições de Sartre à compreensão dos grupos. **Revista Brasileira de Psicodrama**, vol. 7; n. 2 – ano 1999.

SARTRE, J. P. **Crítica da razão dialética**. Ed. DP&A. Rio de Janeiro, 2002.

SARTRE, J. P. **Questão de método**. Coleção “Os pensadores”. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1987.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Site**. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>. Acessado em: 22 out. 2019.

SILVA, A. M. B. ENUMO, S. R. F. **Descrição e Análise de uma Intervenção Psicológica com Bailarinos pelo Software IRAMUTEQ**. Temas em Psicologia – Jun. 2017, Vol. 25, nº 2, 577-593.

SOUZA, L. V. Contribuições construcionistas sociais para o trabalho com grupos na proteção social básica. *In*: CORDEIRO, M. P. SVARTMAN, B. SOUZA, L. V e. **Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas**. 1ª edição. São Paulo, Instituto de Psicologia, 2018.

YAMAMOTO, O. H. OLIVEIRA, I. F. **Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 anos**. Psicologia: Teoria e Pesquisa; edição especial, vol. 26, p. 9-24, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil**. Temporalis, Brasília n. 3, 2. ed., p. 33-40, jan/jul 2004.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei a escrita deste trabalho apresentando as minhas motivações sobre este tema tão inquietante para nós profissionais dos CRAS, **os grupos**. Em vários momentos na academia fui advertida sobre a não compreensão da minha escrita, pois misturava o campo e a pesquisa. De fato, este trabalho foi sendo construído numa dupla experimentação, eu como psicóloga trabalhadora da política de assistência social e, eu psicóloga pesquisadora. Durante este tempo, também fui advertida que não era possível fazer esta distinção, o que me deixou mais tranquila, pois como separar o que foi vivido de forma tão singular com estas mulheres? Não seria possível.

O percurso de um ano e meio para uma pesquisa intervenção num curso de mestrado, também foi inquietante, haja vista o tempo curto que temos. No entanto, o resultado da construção de uma pesquisa junto a este grupo foi desafiante e gratificante.

Aos desafios, relaciono também o quanto as equipes de CRAS e PAIF têm no seu cotidiano a execução de inúmeras atividades que, de modo muito frequente, faltam insumos e recursos para serem desenvolvidas. Acrescento ao próprio desafio o fato de sermos trabalhadores em uma política que também tem um caráter compensatório, que utiliza a mão de obra dos trabalhadores para lançar medidas autoritárias e de controle sobre as populações. Devemos estar atentos para que não nos percamos nas armadilhas.

Não obstante, neste percurso, tive que deixar de acompanhar alguns encontros do grupo por reuniões ou outras atividades que tinha que realizar no serviço. Inclusive, tive que diminuir o meu tempo com elas nos encontros, considerando que éramos em poucos no CRAS e havia a necessidade de manter os atendimentos individuais e outras acolhidas. Por certo, o período de desenvolvimento da pesquisa foi de um grande desgaste e sobrecarga. Acredito que a sobrecarga no trabalho seja uma constante para outros profissionais pelo país, já que a escassez de recursos humanos para dar conta da demanda é uma queixa comum entre os trabalhadores.

As orientações ministeriais versam para uma equipe mínima nos equipamentos de CRAS, que os equipamentos em que estão referenciadas 5.000 famílias, tem-se como orientação a necessidade de 4 técnicos de nível superior e 4 técnicos de nível médio. Entretanto,

em minha experiência neste CRAS, já fui a única técnica do PAIF e tivemos que em vários momentos fecharmos o serviço em um turno, passando a atender toda a população em apenas um período, no vespertino. Tal precariedade no que se refere aos recursos humanos, impacta inclusive no acesso dos usuários a um serviço fundamental que deveria ser a “porta de entrada” para a política de assistência social, mas, por vezes, estes usuários encontram a “porta fechada” por falta de quem execute o serviço nos territórios.

As referências ministeriais apontam que as necessidades dos serviços devem ser supridas por meio de nomeação de aprovados em concursos públicos. De fato, em nosso município, houve um incremento significativo de profissionais concursados, em substituição a contratos terceirizados nesta década. No entanto, com a sobrecarga e precarização das condições de trabalho, muitos profissionais pediram exoneração. Com estas perdas estamos sempre em defasagem com o que preconiza as tais orientações.

Considerando que os equipamentos de CRAS devem ser instalados em áreas de maior vulnerabilidade social, o CRAS em que foi realizada a pesquisa cumpre essa exigência, pois fica distante do centro da cidade, em uma área de grande vulnerabilidade social e com a presença do tráfico de drogas. No entanto, aos olhos de outros profissionais isto tornam-se impeditivos para continuar neste lugar e certamente a rotatividade de recursos humanos prejudica ainda mais a execução das atividades existentes, bem como as que potencialmente poderiam ser desenvolvidas.

Todavia, vale ressaltar que há os que resistem e procuram, ainda na escassez e necessidades, encontrar motivações para continuar, sejam elas financeiras, profissionais ou outras. Assim, é importante enfatizar e valorizar quem escolheu trabalhar com a política de assistência social e fazer dela também o seu posicionamento ético-político, e, sobretudo, ao buscar dar destaques às necessidades dos usuários como primeiras em detrimento de posicionamentos e interferências de gestão. Posso assegurar o quanto a equipe deste CRAS buscou e busca cotidianamente estratégias para continuar executando o PAIF que preconiza a política.

Como trabalhadora em políticas públicas há 23 anos, vi muitos prefeitos, secretários, gerentes e coordenadores passarem. Porém, somos nós trabalhadores os responsáveis pela execução da atividade fim nos territórios. Sejam “usuários”, “pacientes” ou “educandos”, nossas motivações e posições serão para quem são destinadas as políticas públicas. Não saberia afirmar se a maioria dos trabalhadores pensa ou age desta maneira, mas foi muito gratificante constatar que, ao longo da minha trajetória profissional, encontrei muitos nesta caminhada.

Ainda sobre a execução do PAIF, acredito que, por não saber ao certo como acertar com os grupos e coletivos, acabamos por experimentar a condição de impotência e incompetência. A matriz teórica utilizada mostrou que, para o estabelecimento dos grupos, devemos nos permitir criar com os usuários, validando os seus desejos e intenções. Com isto, é assertivo que devemos ampliar o nosso posicionamento para todas as categorias profissionais que atuam em nossos serviços.

Acredito que devemos criar condições para os possíveis dentro ou fora do equipamento CRAS, pois é fundamental considerarmos a dialética das relações e da realidade. Digo fora do CRAS, pois foi extremamente importante ter realizado muitas visitas domiciliares e constado tantas mulheres em isolamento. Hoje me defino como uma profissional que escolheu a rua para trabalhar, não é por acaso, é nela que encontro as respostas e possibilidades para continuar, ou seja, temos que ousar em sair do CRAS para conhecer minimamente o movimento de nossos usuários nos territórios.

Um outro aspecto, que gostaria de destacar, é que diante da precariedade de insumos e materiais para a execução do grupo, as participantes buscaram e continuam buscando manter as atividades com a venda dos seus produtos. Assim, ocorre pensar que os produtos produzidos pelo grupo poderiam gerar alguma renda para essas usuárias, como, por exemplo, criarmos uma cooperativa ou um grupo de economia solidária. No entanto, se tivéssemos todos os materiais de que o grupo precisasse sendo fornecido pela secretaria de assistência a renda da arrecadação poderia ficar para essas mulheres, considerando que a vulnerabilidade financeira é comum entre elas. Neste cenário, acredito que possamos fortalecer esta ideia no futuro, mas se ainda trabalharmos na lógica de que precisamos vender a produção para mantermos o grupo, esta ideia talvez seja impossível neste momento. Ainda assim, acredito que podemos aprimorar e avançar neste aspecto.

Ao concluir esta escrita, na qual entende-se o limite de uma pesquisa-intervenção dentro do modelo acadêmico, encerrou-se uma etapa no processo da pós-graduação. Entretanto, a experiência no campo continua e a partir de agora apenas como psicóloga responsável por esta atividade no CRAS, seguirei conduzindo esta atividade com as mesmas ferramentas que proporcionaram ter êxito durante o processo da pesquisa. Digo isto, pois ao me valer da dialética dos grupos, e da roda de conversa, observei o quanto tais referências foram instrumentos importantes e potencializaram o entendimento e a execução da atividade grupal.

Quanto à teoria de Sartre sobre grupos, compreendo que esta teve a sua relevância não apenas na compreensão da inteligibilidade do grupo pesquisado. O mesmo referencial teórico

pode ser utilizado em experiências futuras, bastando estar atentos a dinâmicas dos usuários e famílias que atendemos, pois ao localizarmos experiências no território ou pensarmos estratégias para outros coletivos e grupo devemos, sobretudo, ouvir e validar o que dizem, pensa e desejam os sujeitos que nos procuram.

Quanto à roda de conversa, compreendo que tal ferramenta permitiu inúmeras possibilidades durante a sua utilização com o grupo pesquisado. Com este instrumental as mulheres puderam primeiramente olhar e conhecer o outro que também participava da atividade. As apresentações das novas participantes, os debates sobre temas trazidos por elas e pela equipe e tantos combinados foram fundamentais com esta técnica. A possibilidade de falar, de ouvir e de compartilhar saberes e ideias foram sendo experimentadas e a continuidade da roda nos encontros futuros do grupo, certamente se farão presentes.

Em muitos momentos nas rodas de conversa fui percebendo uma dificuldade em falar e mediar os encontros do grupo, pois as mulheres falavam avidamente, fazendo algum debate, contando suas histórias ou partilhando algo com alguma outra integrante ao seu lado. Por vezes, eram de 12 a 14 mulheres falando ao mesmo tempo. Este fato nunca me incomodou, pelo contrário, ficava satisfeita ao ver o quanto elas falavam e debatiam suas ideias. Para mim, tinha alcançado um importante objetivo, permitir que o espaço do grupo fosse delas, no qual elas pudessem falar livremente sobre o que pensam e sentem e as muitas que ficavam quietas e envergonhadas agora falavam com mais desenvoltura e interagiam com as outras.

Dentre os objetivos da pesquisa, compreendo que conseguimos alcançar com êxito as nossas intenções. Foi possível conhecer e compreender a experiência de grupo, principalmente por meio da teoria utilizada. Com a entrevista foi possível compreender os sentidos que as mulheres atribuem à sua participação no grupo, sobre o modo como pensam e o que desejam sobre esse espaço dentro do CRAS. Sobre o CRAS, também foi possível constatar o desconhecimento do serviço por parte dessas mulheres, o que não deve ser diferente com o restante da população que atendemos. Diante isto, nos ocorre pensar que devemos estar mais próximos em comunidades mais distantes e continuar a divulgar nosso trabalho no território.

Quanto ao objetivo que buscava analisar o recurso do artesanato, foi possível verificar como ele foi um importante mediador. Com este recurso foi possível estimular a criação e promover encontros. A utilização de oficinairos ligados às formas de expressão artísticas, sempre serão um veículo que aproxima os usuários ao CRAS. Já tivemos outras experiências exitosas com jovens em que utilizamos a música, o grafite, a fotografia, o hip hop, e esta experiência bem-sucedida, certamente poderíamos replicar. Até uma experiência com horta

comunitária reuniu 30 pessoas num sábado. Assim, devemos identificar o que motiva nossas famílias e usuários a participar desses espaços e, com isto, tencionar para que o gestor público operacionalize a compra de materiais e a contratação de oficinairos.

Quanto ao fortalecimento de vínculos, conceito fundamental nas premissas do trabalho do PAIF, compreendo que o grupo foi decisivo para que se efetivasse tal prerrogativa. Criamos uma rede de apoio social para essas mulheres, pois nas palavras das usuárias, muitas tornaram-se amigas e passaram a se conhecer melhor.

Os parceiros que tivemos ao longo do caminho permitiram que também pudéssemos fortalecer os laços com outros profissionais de outras políticas do território e do próprio CRAS. Os passeios pela cidade, que sempre estiveram no nosso planejamento, mas que as dificuldades com transporte nos impossibilitaram de realizar, sempre estiveram no horizonte da equipe, pois entendemos que devemos ofertar o acesso à cultura da cidade, a espaços de arte, à história local e ao meio ambiente. Precisamos continuar caminhando para além do acesso a benefício e atendimentos, devemos também ofertar oportunidades, promover encontros, fortalecer os vínculos entre famílias e usuários, com a equipe, com a comunidade e com a cidade.

Por fim, considero que este estudo possa proporcionar uma referência importante para a academia, bem como para outros profissionais que atuam em políticas públicas e com grupos, sobretudo, ao utilizar uma matriz teórica que fundamente a execução de grupos em que se privilegie os sujeitos que participam destas atividades.

A pesquisa aqui desenvolvida permitiu uma intervenção direcionada para a produção de conhecimento voltadas para a aplicabilidade de uma teoria e metodologia própria. Por meio da dialética dos grupos, construiu-se a todo momento por meio da ação, a práxis grupal. Acredito que tal perspectiva teórica possa ser utilizada, no entanto, vale ressaltar os limites e alcances de tal referencial, pois não é possível esperar os mesmos resultados, pois certamente serão outros sujeitos, em outros contextos e necessidades. Ainda assim, vale a aposta pelo novo, pelo imprevisível e inesperado que o território e o encontro entre humanos possibilitam.



## REFERÊNCIAS

- ALBERTO, M. F. P. FREIRE, M. L. LEITE, F. M. GOUVEIA, C. N. N. A. As Políticas Públicas de Assistência Social e a atuação profissional dos (as) Psicólogos (as). *In*: OLIVEIRA, I. F. YAMAMOTO, O. H. **Psicologia e Políticas Sociais: temas em debate**. Belém: ed. UFPA, 2014, p. 127-174.
- ANDRADE, A. G. S. MORAIS, N. A. **Avaliação do Atendimento Recebido no CRAS por Famílias Usuárias**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, abr./jun. 2017, v. 37 n°2, p. 378-392.
- ANDRADE, L. F. ROMAGNOLI, R. C. **O Psicólogo no CRAS uma cartografia dos territórios subjetivos**. *Psicologia: ciência e profissão*, 01 set. 2010, Vol.30(3).
- AUGUSTO, D. M. ET AL. **A utilização dos mapas afetivos como possibilidade de leitura do território no CRAS**. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 01 jun. 2016, Vol.7(1), p.145-158.
- AZEVEDO, M. T. O 'feminino' como gênero do desenvolvimento. **Revista Estudo Feministas**, 2018, Vol.26(1).
- BENELLI, S. J. **As éticas nas práticas de atenção psicológica na assistência social**. *Estud. psicol. (Campinas)*, jun. 2014, vol.31, no.2, p.269-287.
- BENELLI, S. J. **Risco e vulnerabilidade como analisadores nas políticas públicas sociais: uma análise crítica**. *Estud. psicol. (Campinas)*, Dez 2016, vol.33, no.4, p.735-745.
- BENELLI, S. J. COSTA-ROSA, A. **Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos**. *Psicol. USP*, Dez 2012, vol.23, no.4, p.609-660.
- BENELLI, S. J. COSTA-ROSA, A. **Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na assistência social**. *Estud. psicol. (Campinas)*, jun. 2013, vol.30, no.2, p. 283-301.
- BETTONI, R. A. ANDRADE, M. J. N. A formação dos grupos sociais em Sartre. **Revista Eletrônica**. UFSJ -Metavóia. São João del-Rei. N. 4, p. 67-75, jul., 2002.
- BRASIL. **Política nacional de assistência social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.
- BRASIL. **Norma operacional básica de recurso humanos no SUAS – NOB-RH/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2006.
- BRASIL. **CapacitaSuas SUAS: configurando os eixos de mudança**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1.

BRASIL. **Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009.

BRASIBRASIL. **Orientações Técnicas: O Serviço de Proteção e o Atendimento Integral à família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social., Vol. 1. 1ª Edição. Brasília, 2012a.

BRASIL. **Orientações Técnicas: O trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social., Vol. 2. 1ª Edição. Brasília, 2012b.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise L. Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 201

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. [2013]. **IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais**. *Temas em Psicologia*, 21 (2), p. 513-518.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Estudos qualitativos e o uso de software para análises lexicais. **Caderno de artigos: X SIAT & II SERPRO**, 2014: Duque de Caxias, RJ.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC: 2018.

CAREGNATO, R. C. A. MUTTI, R. **Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. *Texto e contexto Enfermagem*, Florianópolis, 2006 out-dez 15(4):679-84.

CARLOTO, C. M. MARIANO, S. A. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Revista Estudo Feministas**, May-August, 2010, Vol.18(2), p.451(21).

CASTRO, F. G. **Fracasso do projeto de ser: Burnout, existência e paradoxos do trabalho**. Editora Garamond. Rio de Janeiro, 2012.

CORDEIRO, M. P. CURADO, J. C. **Psicologia na assistência social: um campo em formação**. *Psicol. Soc.*, 2017, vol.29.

COSTA, S. L. ET AL. **Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas**. *Saúde Soc.*, Set 2015, vol.24, no.3, p.1089-1102.

COUTO, B. R. **Assistência social: direito social ou benesse?** *Serv. Soc. Soc. São Paulo*, n. 124, p.665-677, out-dez. 2015.

- DALLMANN, J. M. A. **O Mal-estar que sinto: A medicalização do sofrimento em camadas populares.** Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2013.
- DETONI, P. P. MACHADO, P. F. NARDI, H. C. “Em nome da mãe”: performatividades e Feminizações em um CRAS. **Revista Estudo Feministas**, 2018, Vol.26(1).
- DIAS, L. R. R. **Judicialização e contracondutas no trabalho da equipe de um CREAS: forças em tensão na assistência social.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis: 2017.
- DIOGO, M, F. MAHEIRIE, K. **Uma breve análise da constituição do sujeito pela ótica das teorias de Sartre e Vygotski.** *Aletheia*, n. 25, p. 139-151, jan./jun. 2007.
- FREITAS, S. M. P. **Sartre, Psicologia de Grupo e Mediação Grupal.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Estadual de Maringá, 2018.
- GROFF, A. R. MAHEIRIE, K. ZANELLA, A. V. **A constituição do(a) pesquisador(a) em ciências humanas.** *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 62, n. 1, 2010.
- LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições.** 5º ed. Editora Vozes, 2016.
- LEANDRO, M. ET AL. Retorno à sociedade: Percepções e experiências de ex-detentas. **Revista de Psicologia da IMED**, 2018, Vol.10(1), pp.125-139.
- LOPES, Deise Lucia. **Diário de Campo [D.C.]**. 2017/2018.
- MACERATA, I. M. PASSOS, E. **Intervenção com jovens em situação de rua: problematizando cuidado e controle.** *Psicol. Soc.*, dez. 2015, vol.27, no.3, p.537-547.
- MAHEIRIE, K. **Constituição do sujeito, subjetividade e identidade.** *Interações • vol. VII*, nº 13, p. 31-44, jan.-jun. 2002.
- MAHEIRIE, K. **O processo de criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky.** *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n. 2, p. 147-153, 2003.
- MAHEIRIE, K. O músico, os processos de exclusão e relações grupais no trabalho acústico. *In: KÁTIA; BARBOSA; MACÊDO. (Org.). O trabalho de quem faz arte e diverte os outros.* Editora PUC Goiás, 2010.
- MAHEIRIE, K., FRANÇA, K. B. **Vygotski e Sartre: aproximando concepções metodológicas na construção do saber psicológico.** *Psicologia & Sociedade*. 19(1): 23-29; jan. – abr., 2007.
- MAHEIRIE, K. PRETTO, Z. O movimento progressivo-regressivo na dialética universal e singular. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, v. 19 – nº2, p. 455-462, Jul./Dez. 2007.
- MAIA, A. M. O atendimento em grupo operativo no CRAS: relato de uma experiência. **VÍNCULO – Revista do NESME**, 2017, V. 14. N. 1.

MARIANO, S. A., CARLOTO, C. M. **Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. Estudos feministas.** Florianópolis, 17(3): 901-908, setembro-dezembro, 2009.

MARTINS, K. L. **As condições de vida e de trabalho dos catadores de lixo reciclável do bairro Tapera em Florianópolis.** Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2013.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** Editora Hucitec-Abrasco. 4ª edição. São Paulo – Rio de Janeiro, 1996.

MINAYO, M. C. S. (Org.). DESLANDES, S. F. GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Editora vozes. 34ª edição, 2015.

MOTTA, R. F.; SCARPARO, H. B. K. **A psicologia na assistência social: transitar, travessia.** Psicol. Soc., 2013, vol.25, no.1, p.230-239.

MOURA, A. F. LIMA, M. G. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação,** João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan.-jun., 2014.

MUNIZ, E. Equipes de referência no SUAS e as responsabilidades dos trabalhadores. *In:* **BRASIL. Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito Socioassistencial. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2011.

NASCIMENTO, P. F. MELAZZO, E. S. Território: conceito estratégico na assistência social. **Serviço Social Revista.** Londrina, Paraná. 16 (1) 66-88, 2013.

PAULON, M. S. **A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção.** Universidade do Vale do Rio dos Sinos. *Psicologia & Sociedade*, 17 (3), 18-25, set-dez: 2005.

PEREIRA, R. N. **O patrimônio cultural do Ribeirão da Ilha: lugar de múltiplas memórias.** Trabalho de conclusão ao curso de história na Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PEREIRA, W. C. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática.** 2ª ed. Ed. Vozes, Belo Horizonte, 2002.

PEDROSO, J. M. V.; MOREIRA, L. N. F. O processo grupal no CRAS: a experiência com grupo de mulheres em Telêmaco Borba – PR. Londrina. 2017. Disponível em: <http://docplayer.com.br/52974396-O-processo-grupal-no-cras-a-experiencia-com-grupo-de-mulheres-em-telemaco-borba-pr.html>. Acesso em: 05 nov. 2019.

PINTO, A. A. *et al.* Violência doméstica contra crianças e adolescentes: prevenção nos Centros de Referência de Assistência Social. **Revista Ciência em Extensão**, 01 August 2015, Vol.11(2), pp.91-103.

RAMMINGER, Tatiana. **Psicologia comunitária X assistencialismo: possibilidades e limites.** Psicol. cienc. prof., Mar 2001, vol.21, no.1, p.42-45.

- REZENDE, S. O. MELO, M. F. A. Q. **Proyecto desperdicio: una experiencia de extensión universitaria em los Centros de Referencia para la Asistencia Social (CRAS).** *Alternativas em Psicologia*, 01 July 2014, Vol.18(30), pp.134-146
- RIBEIRO, A. B. *et al.* Desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte. **Fractal, Rev. Psicol.**, ago. 2014, vol.26, no.2, p.461-478.
- RIZZOTTI, M. L. A. A Aliança estratégica entre os trabalhadores e os usuários do SUAS. *In: BRASIL. Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito Socioassistencial. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.* Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2011.
- ROCHA, M. L. AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Revista ciência e profissão**, 2003, 23 (4), 64-73.
- ROSSI, A. PASSO, E. Análise Institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro – RJ. Vol. 5, nº 1, jan.-jun. de 2014. Pag. 156-181.
- RUBINI, C. Dialética dos grupos: contribuições de Sartre à compreensão dos grupos. **Revista Brasileira de Psicodrama**, vol. 7; n. 2 – ano 1999.
- SAMPAIO, J. SANTOS, G, AGOSTINI, M, SALVADOR, A. **Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano.** *Comunicação Saúde e Educação*, 2014; 18 Supl. 2:1299-1312.
- SANTOS, D. P. *et al.* **Implicações no trabalho infantil para adultos: experiências e infância.** *Psicologia & Sociedade*, january, 2013, Vol.25(spe), p.91-100.
- SANTOS, K. L. HECKERT, A. L. C. **Problematizando a produção da vulnerabilidade e da pobreza higienizada na Assistência Social.** *Psicologia: teoria e prática*, 01 August 2017, Vol.19(2), p.86-97.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª edição. Editora USP, 2006.
- SARAIVA, L. F. O. **O atendimento a queixas escolares no CRAS.** *Psicol. Esc. Educ.*, abr. 2018, vol.22, no.1, p.215-217.
- SARTRE, J. P. **Questão de método.** São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1987. Coleção “Os pensadores”.
- SARTRE, J. P. **O ser e o nada: ensaio de fenomenologia ontológica.** 1998. 6ª ed. Editora vozes.
- SARTRE, J. P. **Crítica da razão dialética.** Ed. DP&A. Rio de Janeiro, 2002.
- SCHNEIDER, D.R. **Sartre a Psicologia Clínica.** Florianópolis. Editora da UFSC, 2011.

SCOPINHO, R. A. ROSSI, A. **Entre a caridade, a filantropia e os direitos sociais: representações sociais de trabalhadoras do care.** *Estud. psicol. (Campinas)*, Mar 2017, vol.34, no.1, p.75-85.

SICARI, A. A. OLIVEIRA, T. R. PEREIRA, E. R. Grupos de discussão no CRAS: problematizando a pobreza e seus desdobramentos. **Revista da SPAGESP**, 16(2), 88-101, 2015.

SILVA, A. M. B. ENUMO, S. R. F. **Descrição e Análise de uma Intervenção Psicológica com Bailarinos pelo Software IRAMUTEQ.** *Temas em Psicologia – jun. 2017*, Vol. 25, nº 2, 577-593.

SOBRAL, M. F. C. LIMA, M. E. O. **Representando as práticas e praticando as representações nos CRAS de Sergipe.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, jan. 2013, Vol.33(3), p.630-645.

SOUZA, L. V. Contribuições construcionistas sociais para o trabalho com grupos na proteção social básica. *In: CORDEIRO, M. P. SVARTMAN, B. SOUZA. L. V e. Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas.* 1ª edição. São Paulo, Instituto de Psicologia, 2018.

SPINK, P. K. **O pesquisador conversador no cotidiano.** *Psicologia & Sociedade*; 20. Edição especial, p. 70-77, 2008.

SUSIN, L. POLI, M. C. O singular na assistência social: do usuário ao sujeito. *In: CRUZ, L. R. da. GUARESCHI, N. (Org.) O psicólogo e as políticas públicas de assistência social.* Cruz e Guareschi. Editora vozes, 2012.

VIEIRA, A. P. A. DIAS, C. N. PEREIRA, E. R. "Dá até pra fazer poesia": o recurso estético disparando reflexões e potência. **Revista Psicologia e Saúde**, 01 dec. 2016, Vol.8(2), p.55-66.

YAMAMOTO, O. H. OLIVEIRA, I. F. **Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 anos.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa; edição especial*, vol. 26, p. 9-24, 2010.

**APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COLETIVA**

- 1) Como é para você a experiência de participar de um grupo de mulheres?
- 2) Como essa experiência de participar de um grupo afeta você?
- 3) O que você busca nesse grupo?
- 4) O que te atrai ou motiva a estar no grupo?
- 5) Qual a importância do grupo na sua vida?
- 6) Como é participar de um grupo de convivência oferecido pelo CRAS?
- 7) Como você compreende a participação do profissional do CRAS na condução do grupo?
- 8) Há algo que você gostaria que fosse diferente no CRAS?
- 9) O que você sugere para melhorar os encontros do grupo?

## ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar como voluntária, na pesquisa que tem como título **“Experiências Coletivas em Centros de Referência em Assistência Social: desafios e possibilidades para a Psicologia”**. Este estudo será conduzido pela acadêmica, Deise Lúcia Antunes Lopes, sob responsabilidade da Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup>. Kátia Maheirie, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Peça orientação quantas vezes for necessário para esclarecer todas as suas dúvidas. A proposta deste Termo é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é investigar a experiência de um grupo de mulheres que ocorre em um CRAS no município de Florianópolis. Para tanto, 10 mulheres que frequentam um grupo de convivência de mulheres serão convidadas a participar. Caso você aceite o convite, você participará de uma roda de conversa que será gravada e terá a duração de 45 a 60 minutos. Esta gravação será fundamental para facilitar a análise dos dados. Nesta roda de conversa, serão colocadas 8 questões sobre a sua experiência de participar deste grupo. O local para a realização desta atividade, bem como o dia e horário serão acordados com as participantes e respeitarão o que for mais conveniente para todas.

Participar desta pesquisa poderá oferecer alguns aspectos desagradáveis, tais como: cansaço, desconforto, aborrecimento ou constrangimento ao se expor durante a realização da entrevista. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação sem nenhum problema. Caso você identifique que exista a necessidade, todo o auxílio psicológico será disponibilizado pelos pesquisadores responsáveis desta pesquisa, e/ou pelos serviços de atendimento psicológico oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

As pesquisadoras serão as únicas a terem acesso aos dados e tomarão todas as providências para manter este material sob sigilo. Porém, ainda que remota, existe a possibilidade da quebra do sigilo, mesmo que involuntário e não intencional. Sinta-se absolutamente à vontade em deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem ter que apresentar qualquer justificativa e com a certeza de que você não terá qualquer prejuízo. Caso você venha a sofrer qualquer dano ou prejuízo decorrente desta pesquisa, você terá garantia de indenização.

Todas as informações colhidas serão analisadas em caráter estritamente científico, os pesquisadores serão os únicos a ter acesso aos dados e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em



encontros ou revistas científicas da área da psicologia e mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade. Os dados da sua entrevista serão utilizados apenas para essa pesquisa e ficarão armazenados por pelo menos cinco anos, em sala e armário chaveados, de posse da pesquisadora responsável, podendo ser descartadas posteriormente ou mantidos armazenados em sigilo. Porém, caso ocorram despesas decorrentes da sua participação na pesquisa serão devidamente ressarcidos.

Por outro lado, embora esta pesquisa não lhe ofereça benefícios diretos imediatos, você poderá contribuir para ampliar o conhecimento acerca da efetiva participação de usuários em atividades coletivas e em grupo oferecidas nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Por fim, o pesquisador responsável, que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a resolução CNS 510/16, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

Caso você queira maiores explicações sobre a pesquisa você poderá entrar em contato com a pesquisadora Dra. Kátia Maheirie, responsável por este estudo, através do telefone: (48) 3721-3510, ou pelos e-mails: [maheirie@gmail.com](mailto:maheirie@gmail.com). Em caso de dúvidas ou preocupações quanto aos seus direitos como participante deste estudo, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC pelo telefone (48)3721-6094; e-mail [cep.propesq@contato.ufsc.br](mailto:cep.propesq@contato.ufsc.br) ou pessoalmente na rua Desembargador Vítor Lima, nº 222, 4º andar, sala 401, bairro Trindade.

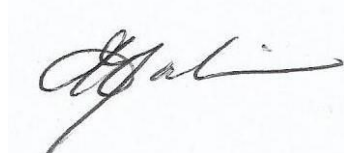
### **Declaração de consentimento**

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, li este documento e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa intitulada:

“Experiências Coletivas em Centros de Referência em Assistência Social: desafios e possibilidades para a Psicologia”. Estou ciente que receberei uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por mim e pela pesquisadora responsável. Entendo que ao assinar este documento, não estou abdicando de nenhum de meus direitos legais.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Data



Kátia Maheirie – Coordenadora da pesquisa

Florianópolis, de \_\_\_\_\_ de 2018.

**ANEXO B – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL****UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA****AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Pela presente autorização, declaro que fui informado(a), de forma clara e detalhada, sobre os objetivos e a justificativa do projeto de pesquisa intitulado: — “Ações coletivas no Centro de Referência de Assistência Social: desafios e possibilidades para a Psicologia”. Dessa forma, autorizo a realização da pesquisa no Centro de Referência de Assistência Social. Autorizo a execução da pesquisa e declaro que acompanharei o seu desenvolvimento para garantir que será realizada dentro do que preconiza a Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 do CNS. Autorizo, também, a utilização dos dados coletados no Centro de Referência, tais como: atas, registros das atividades do grupo a ser pesquisado, bem como acesso aos relatórios gerenciais fornecidos pela Vigilância Socioassistencial do Município. No entanto, tais informações não poderão conter a identificação do local nem de seus participantes no desenvolvimento da pesquisa. Entendo que os pesquisadores, vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina, manterão sigilo sobre os dados e que, após sua utilização na consecução dos objetivos propostos pela pesquisa, os mesmos serão inutilizados.

---

Assinatura do responsável pela instituição

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Identificação do responsável pela instituição: \_\_\_\_\_

## ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO**

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores, Deise Lúcia Antunes Lopes, Kátia Maheirie e Ana Maria Justo, do projeto de pesquisa intitulado “Ações coletivas no Centro de Referência de Assistência Social: desafios e possibilidades para a Psicologia” a realizar as fotos que se façam necessárias sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, LIBERO a utilização destas fotos e/ou vídeos (seus respectivos negativos ou cópias) para fins científicos e de estudos (livros, artigos e vídeos), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados.

Por ser a expressão da minha vontade assino a presente autorização, cedendo, a título gratuito, todos os direitos autorais decorrentes dos depoimentos, artigos e entrevistas por mim fornecidos, abdicando do direito de reclamar de todo e qualquer direito conexo à minha imagem e/ou som da minha voz, e qualquer outro direito decorrente dos direitos abrangidos pela Lei 9160/98 (Lei dos Direitos Autorais).

\_\_\_\_\_  
Assinatura da participante da pesquisa Data

\_\_\_\_\_  
Kátia Maheirie – Coordenadora da pesquisa

Florianópolis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019